



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**LUÍS EDUARDO PEREIRA DA SILVA**

**A LEITURA DA ATUAL CRISE CAPITALISTA NA OBRA DE MICHAEL  
ROBERTS: APORTES E LIMITAÇÕES.**

**FORTALEZA**

**2024**

LUÍS EDUARDO PEREIRA DA SILVA

A LEITURA DA ATUAL CRISE CAPITALISTA NA OBRA DE MICHAEL ROBERTS:  
APORTES E LIMITAÇÕES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Ceará como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Edemilson Paraná.

**FORTALEZA**

**2024**

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S5811 Silva, Luís Eduardo Pereira da.  
A leitura da atual crise capitalista na obra de Michael Roberts : aportes e limitações / Luís Eduardo Pereira da Silva. – 2024.  
142 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Edemilson Paraná. 1. crises capitalistas. 2. Economia Política. 3. taxa de lucro. 4. Karl Marx. 5. Michael Roberts. I. Título.

CDD 301

---

**LUÍS EDUARDO PEREIRA DA SILVA**

**A LEITURA DA ATUAL CRISE CAPITALISTA NA OBRA DE MICHAEL ROBERTS:  
APORTES E LIMITAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Ceará como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 08/02/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Edemilson Cruz Santana Júnior

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof(a). Dr(a). Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Universidade de Brasília (UNB)

---

Prof(a). Dr(a). Raquel de Azevedo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Sem prover os meios de vida não há vida. Agradeço, primeiramente, a todos os que me ajudaram a chegar bem até hoje. Mãe, vovô e vovó, meu *paidrasto*. Não haveria como sem vocês.

Tios e tias, Pedro, Lívia, Fernando e Ligiane, obrigado pelo apoio, afeto e estímulo no pensar,

Aos amigos, Vitória, Rafael, Carina, Janderson, Robson, Samuel, Alice, Átila e Fernando Bralo, por todas as conversas e momentos, que não foram em vão.

Aos membros do Viès – Núcleo de Economia Política, especialmente ao professor Fábio Sobral, que me deram as bases do pensamento crítico.

Ao meu orientador, Edemilson Paraná, por me incentivar e servir como inspiração de trabalhador intelectual.

Aos membros do NETS, que deram provas da existência cotidiana de pesquisadores comprometidos com a atividade intelectual.

Às professoras que compõem a banca, Raquel de Azevedo e professora Lourdinha, que muito contribuíram na primeira análise do trabalho.

Por fim, à minha amiga e grande amor, que viu, pacientemente, esse trabalho crescer todo dia, Larissa Félix.

Though I know I'll never lose affection  
For people and things that went before  
I know I'll often stop and think about them  
In my life, I love you more.

## RESUMO

Essa dissertação tematiza a obra do economista marxista inglês Michael Roberts, visando compreender como, a partir da produção teórica deste autor, é possível explicar o capitalismo contemporâneo e sua crise – ou, em seus termos, a “Longa Depressão”. Além de uma exposição crítica da pesquisa de Roberts, com sua base teórica, seus aparatos metodológicos e conclusões, busca-se situar o autor dentro do campo mais geral da Economia – em contraposição às outras tradições – e no interior do marxismo, ressaltando, assim, as contribuições e os possíveis limites ou falhas existentes. Dessa forma, a pesquisa tem um duplo objetivo: apresentar e problematizar, de maneira sistematizada, a obra do autor aos leitores brasileiros, e elaborar criticamente, a partir dela, um panorama abrangente da crise do capitalismo contemporâneo. Além de uma introdução, essa dissertação conta com quatro capítulos. O capítulo 2 busca apresentar as três leis de movimento do capitalismo tais como desenvolvidas por Roberts, tomando por referência principal a obra de Marx. O terceiro tem como tema os artifícios metodológicos utilizados por Roberts para a captação do movimento da economia, quais sejam: medida da taxa de lucro, a taxa de lucro mundial e os ciclos da economia capitalista. O capítulo 4, o mais relevante para o objetivo desse trabalho, trata da explicação de Roberts da Grande Recessão e da sua tese sobre o capitalismo atual – que este vive uma “Longa Depressão”. Por fim, o quinto capítulo, à guisa de conclusão, é denominado “Considerações finais: a agonia da Longa Depressão – permanência e validade de uma tese” e retoma os principais temas dos capítulos anteriores a partir da visão de críticos do autor e da minha própria visão das qualidades e insuficiências da sua obra.

**Palavras-chave:** crises capitalistas; Economia Política; taxa de lucro; marxismo; Karl Marx; Michael Roberts; Grande Recessão; Longa Depressão.

## ABSTRACT

This master thesis addresses the work of the English Marxist economist Michael Roberts, aiming to understand how, based on this author's theoretical production, it is possible to explain contemporary capitalism and its crisis – or, in his terms, the “Long Depression”. Apart from a critical exposition of Robert’s research, including its theoretical foundation, methodological apparatus and conclusions, the goal is to position the author within the broader field of Economics – in contrast to other traditions – and within the theoretical field of Marxism, thus highlighting the contributions and possible shortcomings or existing flaws. In this way, the research has a dual objective: to present and systematically analyze the author's theoretical work to Brazilian readers, and to critically examine, based on it, a comprehensive overview of the crisis of contemporary capitalism. Apart from an introduction, this thesis includes four chapters. Chapter 2 aims to present the three laws of motion of capitalism as developed by Roberts, with Marx's work serving as a key reference. The third chapter explores the methodological tools employed by Roberts to learn about the dynamics of the economy, namely: measuring the rate of profit, the global profit rate and the cycles of the capitalist economy. The fourth chapter, the most relevant to the aim of this work, deals with Robert’s explanation of the Great Recession and his thesis about current capitalism – asserting that it is experiencing a “Long Depression”. Finally, the fifth chapter, the conclusion, is titled “Final Considerations: the agony of the Long Depression – persistence and validity of a thesis”. It revisits the main themes from the preceding chapters, incorporating the perspectives of the author's critics and my own assessment of the strengths and shortcomings of his work.

**Keywords:** capitalists crisis; Political Economy; profit rate; marxism; Karl Marx; Great Recession; Long Depression.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 AS TRÊS LEIS DE MOVIMENTO DO CAPITALISMO .....</b>	<b>16</b>
2.1 As leis de movimento .....	16
2.2 Lei do valor.....	16
2.3 A lei geral da acumulação capitalista.....	18
2.4.1 A Lei da queda tendencial da taxa de lucro em Marx.....	20
2.4.2 A LQTTL e as crises capitalistas .....	23
2.4.3 Monocausalidade e teoria da crise: o debate com David Harvey.....	28
<b>3 A MEDIDA DA TAXA DE LUCRO E OS CICLOS DO CAPITALISMO: QUESTÃO DE MÉTODO .....</b>	<b>50</b>
3.1 A medição empírica da taxa de lucro geral ou da “economia como um todo”.....	51
3.2 A taxa de lucro mundial .....	66
3.3 Os ciclos da economia capitalista.....	79
<b>4 A GRANDE RECESSÃO E A LONGA DEPRESSÃO .....</b>	<b>91</b>
4.1 O relato da Grande Recessão: antes e durante.....	91
4.1.1 A crise financeira propriamente dita (2007-2009).....	98
4.2 As causas de Grande Recessão: diagnóstico consolidado .....	106
4.3 Da Grande Recessão à Longa Depressão .....	116
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AGONIA DA LONGA DEPRESSÃO – PERMANÊNCIA E VALIDADE DE UMA TESE .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento do caráter cíclico da economia capitalista não é privilégio dos críticos do sistema. Por mais diversas que sejam as causas atribuídas às crises, economistas das mais diversas escolas são obrigados a reconhecer que o capitalismo não se move sempre de maneira ascendente, vivendo épocas de queda na produção, desemprego e deflação. Concordar com a existência dos ciclos, entretanto, é diferente de reconhecer o caráter imanente das crises no capitalismo, ou seja, que é o próprio movimento do capital que as gera. Também não significa assentir que as quedas periódicas no crescimento econômico podem se perpetuar no longo prazo, com a economia crescendo num ritmo mais lento do que antes da recessão, não por acidente, mas porque as causas da recessão não foram eliminadas. Esse último cenário é o das depressões. O economista inglês Michael Roberts, ligado à tradição marxista, ressalta a diferença entre os dois fenômenos.

É a obra desse último que essa pesquisa é dedicada. O objetivo é proporcionar, por meio da obra de Michael Roberts, um diagnóstico do capitalismo contemporâneo e suas crises e, em seguida, realizar uma breve exposição crítica da obra do autor a partir desse diagnóstico, demonstrando suas qualidades e limites. Com isso, um duplo objetivo será alcançado: apresentar e problematizar, de maneira sistematizada, a obra do autor aos leitores brasileiros, e elaborar criticamente, a partir dela, um panorama abrangente da crise do capitalismo contemporâneo.

Roberts, de acordo com a apresentação contida em seu próprio blog (*The Next Recession*) é um economista com experiência de atuação prática de mais de quarenta anos na City de Londres, que – o que parece contraditório, à primeira vista –, além disso, tem uma trajetória de militância socialista e uma obra teórica consistente desenvolvida a partir do marxismo. A obra de Michael Roberts compõe-se de seis livros, sendo dois os de maior relevância, *The long depression* (2016) e *The Long Recession* (2009). Um terceiro livro (2018), publicado em conjunto com Guglielmo Carchedi, é uma reunião de artigos de autores marxistas que trabalham o tema da lucratividade em diversos países, *World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability* (2018). Outros dois livros tratam teoricamente da obra de Marx e Engels e foram lançados em comemoração aos duzentos anos de nascimento dos autores, *MARX 200* (ROBERTS, 2018) e *ENGELS 200* (ROBERTS, 2020). O último é *Capitalism in the 21st Century: Through the Prism of Value* (2023), com discussões teóricas de temas longamente debatidos pelos autores e de outros inéditos relativos ao desenvolvimento da sociedade capitalista, como crise ecológica e automação.

Além dos livros, Roberts é um escritor voraz de artigos, estes publicados no blog *The Next Recession*, acompanhando fenômenos da realidade capitalista com grande constância. Fora os textos para o grande público, Roberts tem alguns artigos acadêmicos e capítulos de livros publicados.

Em *A Grande recessão*, de 2009, Roberts investiga os antecedentes, o decorrer e as consequências da recessão de 2008-9. Já em “A longa depressão” ele amplia a análise do período pós-2008, explicando os motivos do baixo crescimento com base na lei da lucratividade de Marx. Além disso, debate com autores das mais diversas tradições as causas das crises, sendo esse um dos diferenciais da obra de Roberts, o tom polêmico e a crítica de outras tradições, como a keynesiana e o pós-keynesianismo.

O grande tema das publicações do autor é o das crises capitalistas, que ele busca compreender empiricamente com base na teoria marxista. O principal instrumento teórico-metodológico utilizado por Roberts é a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” (LQTTL) de Marx, desenvolvida nos manuscritos que originaram o livro III de *O Capital*. Trabalhar com esta lei pressupõe a concordância com outros pressupostos da teoria marxista, como a lei do valor e a “lei geral da acumulação capitalista”. Às três em conjunto Roberts denomina “leis de movimento do capitalismo” e é com esse instrumental que busca explicar o desenvolvimento do capitalismo antes e após a crise de 2008.

A primeira, a lei do valor, identifica no trabalho abstrato o fundamento do valor das mercadorias, como o elemento que confere a elas “trocabilidade”. Sob o capitalismo o excedente de trabalho assume a forma do mais-valor, na medida em que os trabalhadores diretos estão submetidos ao assalariamento e não se apropriam diretamente do produto do trabalho. O valor das mercadorias é determinado pelo “tempo de trabalho socialmente necessário” à produção delas e é o fundamento dos preços. Em *Marx 200 – a review of Marx's economics 200 years after his birth*, Roberts cita alguns trabalhos que, segundo ele, dão conta de demonstrar empiricamente a legitimidade da lei do valor para explicar o comportamento dos preços das mercadorias. A consistência teórica, a possibilidade de prova matemática e o trabalho empírico comprobatório são alguns critérios que o autor utiliza para definir uma “lei”, que se aplicariam, segundo ele, às três leis de movimento de Marx.

A segunda lei é a lei geral da acumulação capitalista. A acumulação é o fundamento da produção capitalista, que tem como objetivo o lucro e a expansão do capital. Além da mudança quantitativa (a acumulação propriamente dita), o desenvolvimento capitalista implica em mudanças qualitativas na composição do capital, da relação entre os seus dois

componentes principais, o capital variável (força de trabalho) e o capital constante (meios de produção). A tendência geral do capital é aumentar o investimento nesse último e diminuir relativamente o que é feito no primeiro, elevando, assim, a composição orgânica do capital.

Os capitalistas individuais operam essas mudanças buscando uma vantagem concorrencial que os permita extrair um “lucro extraordinário” - acima da média social. As consequências prováveis da substituição de trabalho vivo por trabalho morto para a classe trabalhadora são: aumento do desemprego, cíclico e crônico, e redução dos salários. Isso decorre do aumento da superpopulação relativa, que eleva a concorrência entre os trabalhadores. A realidade dessa lei é clara para qualquer um que observe a história do capitalismo, mas Roberts também busca demonstrá-la empiricamente.

Essas duas leis são de suma importância para compreender a posição de Roberts no debate das crises, porque elas diferenciam a escola marxista das demais, heterodoxa ou ortodoxa. Keynes, por exemplo, rejeitava completamente uma teoria do valor-trabalho, base da explicação marxista do capitalismo e do lucro. Para ele, esta era “pior que o crédito social como conceito econômico. Era uma complicada mistificação” (ROBERTS, 2016, p.61). No entanto, sem aceitar a teoria do valor não é possível conceber a queda da lucratividade como fundamento das crises.

A terceira lei é justamente a da queda da lucratividade. Ela decorre da tendência da acumulação capitalista de incrementar o investimento em capital constante enquanto diminui relativamente o realizado em força de trabalho. Como a exploração desta última é a fonte do lucro, o capital trabalha inconscientemente, como “autômato”, contra a própria medida da sua valorização. Sendo a taxa de lucro o motor da economia capitalista, determinando o ímpeto de investimento dos burgueses, a queda dela, principalmente quando junto disso ocorre uma diminuição dos próprios lucros, leva à queda no investimento e, com isso, da produção.

Roberts considera a queda tendencial da taxa de lucro como uma explicação causal para as crises. Diferente de alguns marxistas, como David Harvey, que ele discute textualmente (ROBERTS, 2019), Roberts reivindica que essa é a base da explicação das crises para Marx<sup>1</sup> e, acima de tudo, que essa lei tem acordo com os fatos da realidade,

---

<sup>1</sup> “Na minha visão, a teoria das crises de Marx sob o capitalismo tem como base subjacente a terceira lei de movimento do capitalismo de Marx, a lei da lucratividade”. ROBERTS, Michael. Marx 200 – a review of Marx’s economics 200 years after his birth. 1 ed. Lulu Press, 2018, p.47.

podendo a coincidência entre altas da taxa de lucro (ROP) e crescimento econômico ser demonstrada estatisticamente.

Segundo Roberts, essa lei teria uma existência ao mesmo tempo cíclica e “secular” para Marx, ou seja, servindo tanto para explicar os ciclos econômicos quanto para indicar a tendência de colapso do capitalismo (ROBERTS, 2018). Para a economia como um todo, na qual vigora uma taxa de lucro média, a queda da taxa de lucro significa que há pouca mais-valia produzida para muito capital a ser valorizado, de forma que a recuperação passa por uma eliminação do capital excedente. Apesar da tendência geral do capitalismo de aumentar o investimento em “c” e reduzir o investimento em “v” – o que deveria indicar uma redução crônica da taxa de lucro –, a lei se faz valer em ciclos, porque há contra-tendências que freiam sua execução plena. Essas contra-tendências atuam em dois sentidos principais: no aumento da taxa de mais-valia e na diminuição da composição orgânica, pela redução do valor do capital.

A própria queda da taxa de lucro “limpa” da economia os capitais excedentes, que não conseguem se valorizar com a taxa de lucro vigente, por não serem capazes de produzir no tempo de trabalho socialmente necessário vigente quando o mercado encolhe nas crises. As consequências da queda da lucratividade se mostram no desemprego, no aumento da superpopulação relativa e na redução do valor do capital pela desvalorização em massa. Assim, o próprio capital cria, em seu movimento, as condições para uma nova era de prosperidade, pois reduz o valor dos seus componentes – capital constante e capital variável.

O capítulo 2 dessa dissertação tem como tema a apresentação das três leis de movimento do capitalismo tais como desenvolvidas por Roberts, tomando por referência principal seu trabalho de divulgação *Marx 200 – a review of Marx's economics 200 years after his birth*. O objetivo é mostrar as particularidades da sua interpretação da obra marxiana, o uso metodológico das noções apreendidas a partir dela e explorar críticas a outras interpretações das três leis. Esse capítulo, entretanto, não é uma discussão teórica pura, pois as categorias e teorias discutidas servem como ferramentas metodológicas para Roberts interpretar fenômenos concretos.

O capítulo é dividido em cinco tópicos, os quatro primeiros tratam justamente das três leis. O quarto, além da apresentação da Lei da queda tendencial da taxa de lucro, relata um debate público de Roberts com o geógrafo marxista David Harvey, que decorreu da defesa veemente da Lei da queda tendencial da taxa de lucro como explicação causal das crises capitalistas pelo primeiro e da crítica de Harvey a essa interpretação. O quinto tópico trata de outras interpretações marxistas da crise capitalista, submetidas à crítica de Roberts:

a explicação das crises como decorrentes da instabilidade do sistema bancário ou financeiro, do subconsumo da classe trabalhadora e do crescimento da desigualdade e pela desproporção entre setor de bens de produção e de bens de consumo.

O capítulo três é denominado “Medida da taxa de lucro e os ciclos do capitalismo: questão de método”, estando dividido em três tópicos: “a medição empírica da taxa de lucro geral ou da economia como um todo”, “a taxa de lucro mundial” e “os ciclos da economia capitalista”. Assim como o primeiro, este tem uma realidade própria, apresentando a teoria do próprio autor estudado, mas tem um caráter muito mais metodológico, porque os temas são as ferramentas de interpretação da realidade desenvolvidas pelo autor. A importância desse instrumental ficará claro no terceiro capítulo, quando for demonstrada sua interpretação da crise de 2008 e da “Longa Depressão”.

O primeiro tópico tem como objetivo apresentar a forma que Roberts julga ser a mais adequada para operacionalizar empiricamente a categoria marxiana de taxa de lucro, que, numa fórmula prática, é  $m/c+v$ , ou seja, mais-valia (m) dividida pelo capital total (constante, c, e variável, v). A maneira de calcular é sintetizada na sua medida da taxa de lucro geral ou da economia como um todo. Além disso, serão explorados debates sobre concepções outras dentro desse debate. São essas últimas: a discussão com Mohun (2012), sobre a proposição desse último de uma “class rate of profit”, com Piketty, com a sua defesa da validade de uma *net rate of return on capital* (r) para interpretar a economia, e com Kliman (2009), sobre a sua defesa da medida do capital a custos históricos (HC) e crítica à medida a custos de reposição (CC).

O capítulo quatro é “A Grande Recessão e a Longa Depressão”. A estrutura do capítulo, o principal para os objetivos desse trabalho, qual seja, clarificar a explicação de Michael Roberts sobre as causas e desdobramentos da crise de 2008 no capitalismo contemporâneo, segue estrutura semelhante à do primeiro livro publicado pelo autor estudado, *The Great Recession* (2009). O livro reúne textos de 2009 a 2010 – alguns feitos para o livro e outros antes, com um espírito próximo ao que posteriormente originou o blog *The Next Recession*, de interpretação conjuntural, mas com um fundo teórico – e é dividido em antes, durante e depois da Grande Recessão.

O primeiro tópico do capítulo é um “relato quente” dos acontecimentos que antecederam e levaram à crise tendo como objetivo mostrar como Roberts narrou e interpretou o capitalismo antes de 2007 até setembro de 2009. O segundo tópico visa, a partir tanto desse primeiro livro quanto de papers publicados em revistas acadêmicas, artigos do blog *The Next Recession* e de livros posteriores (principalmente *The Long*

*Depression*), expor a explicação de Roberts sobre a crise de 2008 a partir da LQTTL e suas críticas aos demais enfoques. O terceiro tópico abrange uma maior parte da produção do autor, com foco nos livros, mas, recorrendo aos demais materiais lidos e classificados em grau de relevância, e tem como foco expor sua tese, ou seja, que o capitalismo vive uma fase de “depressão”. Esse tópico abarca o período após o fim da Grande Recessão (2009) até 2015, ano de publicação de *The Long Depression*.

Por fim, o quinto capítulo, à guisa de conclusão, é denominado “Considerações finais: a agonia da Longa Depressão – permanência e validade de uma tese”. Neste, foram retomados os principais temas dos capítulos um, dois e três a partir da visão de críticos do autor e da minha própria visão das qualidades e insuficiências da sua obra. Apesar desse ponto de vista crítico e pessoal, o capítulo também trata de tópicos não abordados nos outros, mostrando como Roberts mantém, atualmente, a interpretação do capitalismo pelo prisma da longa depressão, que defende desde o primeiro livro. Uma das qualidades elencadas do trabalho do autor é justamente essa constância do diagnóstico, pois demonstra comprometimento teórico e político com as ideias defendidas.

Esse ponto forte, entretanto, pode se transformar em fraqueza, quando a defesa da teoria implica em um enrijecimento do conhecimento ou em hipostasia dos conceitos, defeitos que alguns autores atribuem à obra de Roberts. Esse último capítulo explana algumas dessas críticas. A conclusão também preenche uma lacuna que pode ser sentida no restante do trabalho, sobre as consequências políticas das ideias defendidas por Roberts. Esse tema é inseparável da teoria (como deveria ser para todos os autores marxistas), sendo “deixado de lado” no restante do trabalho pela compreensão de que, talvez, para o marxismo brasileiro, o debate da teoria contemporânea desenvolvida em outros países seja mais interessante.

A escolha da pesquisa sobre a obra de Roberts não foi fortuita. O autor dessa dissertação se preocupa, há algum tempo, com o tema das crises capitalistas, anteriormente procurando respostas teóricas na própria obra de Marx, principalmente em *O Capital*. O trabalho de Roberts apresentou-se, portanto, como uma consequência “natural” dessas preocupações, visto a sua grande relevância no interior do marxismo. Apesar dessa grande presença, no Brasil há poucos trabalhos dedicados especificamente a essa produção, um espaço vazio que esse trabalho visa preencher.

A importância da obra de Roberts está, em um nível mais geral, no seu intuito de compreender a situação atual da economia capitalista. Já para a Economia Política, o trabalho de Roberts é essencial por oferecer, a partir das categorias marxistas, um arcabouço metodológico capaz de explicar a recorrência das crises. A obra também tem uma importância

política forte, porque, aceitando a explicação marxista, as crises não podem ser entendidas como alheias ao funcionamento do sistema, mas consequências, e ao mesmo tempo “soluções” momentâneas, das contradições do movimento do capital. Diferente de grande parte das explicações, o impasse não é identificado na esfera da circulação, no sistema financeiro ou no comportamento subjetivo dos “agentes”, mas na produção capitalista. Não há, portanto, saída para as crisessem pensar a eliminação do capitalismo.

## 2 AS TRÊS LEIS DE MOVIMENTO DO CAPITALISMO

### 2.1 As leis de movimento

Em um esforço de síntese, Michael Roberts apresenta a análise teórica de Marx dividida em três “leis de movimento” fundamentais. São elas: a lei do valor, a lei de acumulação capitalista e a lei de lucratividade (lei da queda tendencial da taxa de lucro). Essas três leis conectadas formam a teoria das crises de Marx. Primeiramente, é importante explicar o que Roberts entende por lei. De forma sintética, ele diferencia hipótese, “a proposition or statement that can be tested. teoria, ou seja, “a generalised set of principles to explain something and has been supported by observations and evidence”, e lei científica, “a precise mathematical relationship that is found to be true” (ROBERTS, 2018, p.29). Os exemplos desta última seriam, no caso das ciências naturais, as leis de Newton e a fórmula da teoria da relatividade de Einstein. As leis estão além das hipóteses e das teorias, devendo ter enunciados precisos e serem verdadeiras.

### 2.2 Lei do valor

Michael Roberts frequentemente toma como pressuposto das suas análises a lei do valor de Marx e, com a mesma frequência, esta é explicada em seus textos com base na citação de uma carta de Marx a Kugelmann em que este diz:

Every child knows that any nation that stopped working, not for a year, but let us say, just for a few weeks, would perish.... This constitutes the economic laws of all societies, including capitalism. And every child knows, too, that the amounts of products corresponding to the differing amounts of needs demand differing and quantitatively determined amounts of society's aggregate labour (ENGELS; MARX, 1989, p. 68-69).

Essa citação, é verdade, possui um caráter bastante geral e aparentemente aplicável a todas as sociedades humanas. Entretanto, é importante destacar que Roberts, na análise mais aprofundada que faz de *O Capital*, demonstra-se plenamente consciente do método de exposição do livro. A partir desse método Marx primeiro analisa a dupla natureza do produto do trabalho que se torna mercadoria e depois extrai o duplo aspecto do trabalho na sociedade mercantil, ou seja, trabalho concreto e trabalho abstrato. Em resumo, que “under capitalism, all products of labour become commodities for sale at an exchange value. So, the different types

of (concrete) labour are ‘abstracted’ as the different products of labour are sold as commodities on the market at a price.” (ROBERTS, 2018 p. 31).

Roberts, na sua síntese da teoria marxiana do valor, também destaca a característica chave do capitalismo, ou seja, que o trabalho humano se converte em uma mercadoria, a força de trabalho, e que o trabalho, como as outras mercadorias, possui dupla natureza. Por um lado, ele é trabalho útil, dispêndio de trabalho humano numa forma específica para criar valores de uso, e por outro trabalho abstrato, ou seja, gasto de trabalho humano em geral, sem distinções específicas, sendo este conteúdo do valor das mercadorias. Foi com base nisso que Marx diferenciou trabalho e força de trabalho e apresentou a origem da mais-valia.

Além disso, Roberts enfatiza uma distinção crucial apresentada por Marx: o valor de uma mercadoria não corresponde ao trabalho direto gasto na produção da mesma, mas ao “trabalho socialmente necessário”. Isso significa que o valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la em condições de produção normal, considerando o grau médio de habilidade e intensidade vigentes no período. O autor analisado também identifica duas características importantes desse “socialmente necessário”: ele se refere, por um lado, à produtividade do trabalho e por outro à demanda, à “necessidade social”.

O autor ilustra esse último sentido com a produção de um Rolls Royce. Esse modelo de carro demanda grande quantidade de trabalho direto e indireto para ser produzido, ou seja, uma grande quantidade de trabalho socialmente necessário. Entretanto, a parcela da sociedade para a qual ele é necessário é diminuta, justamente pelo alto valor, inalcançável para a maioria. O socialmente necessário como demanda, então, não se refere nem a uma necessidade abstrata nem a decisões de produção planejadas socialmente por decisões coletivas, mas às relações de distribuição entre proprietários e trabalhadores em torno do valor produzido e apropriado, que varia de acordo com a correlação de força entre as classes. Portanto, “demand is not autonomous from value creation and its distribution.” (ROBERTS, 2018, p. 31).

Roberts também está do lado de Marx no que tange à relação entre preço e valor. Ele defende que os preços de mercado são regulados pelo trabalho médio socialmente necessário, que, apesar dos primeiros variarem e nunca deixarem de se mover, possuem como âncora a lei do valor, o tempo de trabalho médio, tal como defendido por Marx. Por trás dos movimentos “acidentais” e aparências, há um nexos causal determinante.

### **2.3 A lei geral da acumulação capitalista**

A Lei geral da acumulação capitalista, a segunda definida por Roberts, busca dar conta da dinâmica específica da produção social no modo de produção capitalista, pois, enquanto a produção dos valores de uso necessários à vida social é uma realidade perene da história humana, no capitalismo, a produção é subordinada à acumulação. Esse movimento foi descrito literariamente por Marx de maneira inspiradora:

Acumulai, acumulai! Eis Moisés e os profetas! “A indústria provê o material que a poupança acumula.”. Portanto, poupai, poupai, isto é, reconverti em capital a maior parte possível do mais-valor ou do mais-produto! A acumulação pela acumulação, a produção pela produção: nessa fórmula, a economia clássica expressou a vocação histórica do período burguês. (MARX, 2011, p. 816).

Esse termo, acumulação, guarda em si um sentido de “expansão” (quantitativo), mas, também, está relacionado a mudanças qualitativas.

A maior parte das suas conclusões de *O Capital* foram tiradas por Marx no nível de abstração teórico denominado “capital em geral”, ou seja, do capital considerado como uma realidade sem diferenciações e, às vezes, como um “capital total” da sociedade. Concretamente, entretanto, o capital existe na forma de múltiplos capitais e é pela mediação dessa multiplicidade que a produção social, ou acumulação, ocorre. Os capitalistas individuais atuantes, que personificam os diferentes capitais e que aparecem unidos na figura do capital em geral, são, no nível mais concreto, concorrentes obrigados a travar uma luta em busca de uma maior lucratividade que os permita incrementar seu nível de acumulação. Para tal, precisam incrementar a produção, o que tem como pressuposto a acumulação. A lei da acumulação “says that competition makes each individual capitalist keep constantly extending capital” (ROBERTS, 2018, p.36), executando assim a acumulação social. A lei geral de acumulação unifica os níveis do capital em geral e a concorrência.

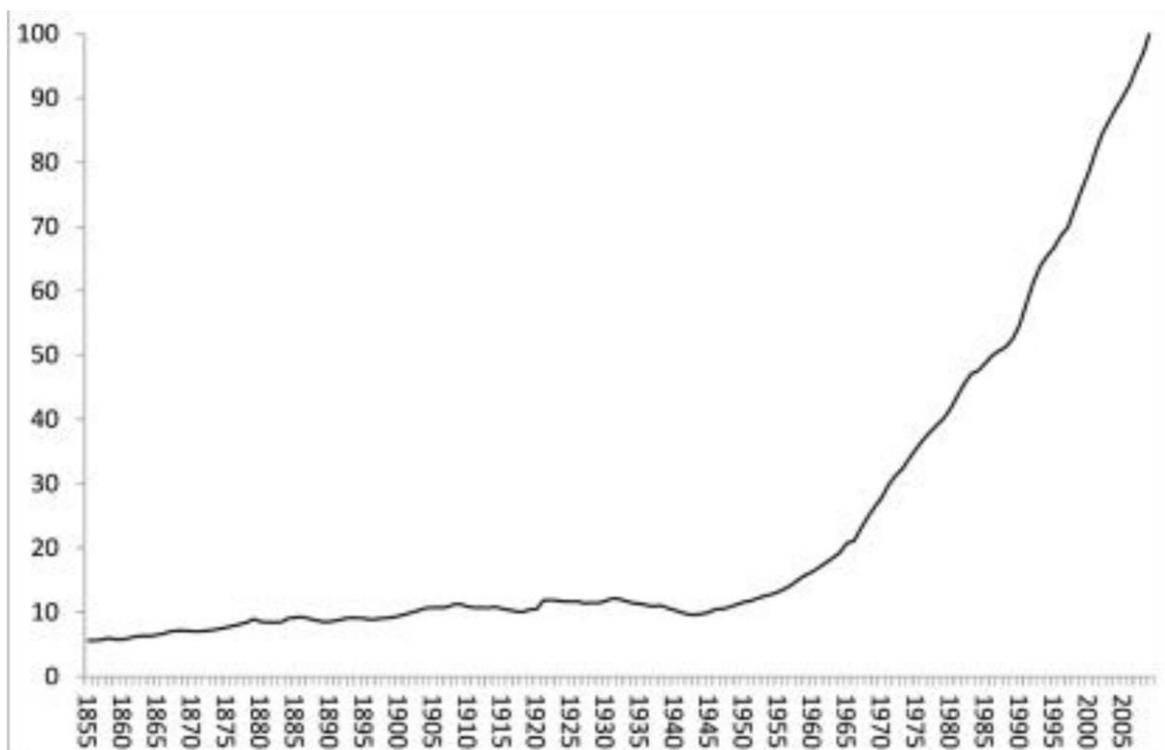
A tendência ditada pela Lei é que o investimento capitalista em meios de produção tende a crescer junto com a escala da produção/acumulação, com esse maior investimento implicando em mudanças qualitativas na “composição do capital”. A parte constante do capital, que à frente será denominada “c”, e que representa o investimento em meios de produção, cresce, socialmente, em um ritmo superior ao da parte variável (que, à frente, será denominada “v”, representando o investimento força de trabalho). Com isso, a relação entre capital constante e capital variável, a “composição orgânica do capital”, tende a aumentar.

Segundo Roberts, é possível afirmar que a Lei Geral de acumulação é uma lei porque “it can be mathematically defined – C/V rises over time and despite any rise in labour productivity and falling value of commodities. And second, the law can be empirically verified

and has been by many studies.” (ROBERTS, 2018, p.41). O autor ilustra essa demonstração empiricamente pela relação entre o estoque de meios de produção e o emprego na Inglaterra ao longo dos anos (Figura 1).

O aumento da composição orgânica do capital reduz relativamente a demanda de força de trabalho socialmente e pode levar, tanto cíclica como historicamente, à substituição de força de trabalho por máquinas e tecnologia. Essa elevação opera a criação e recriação do chamado “exército industrial de reserva”, ou superpopulação relativa, que é a massa de força de trabalho disponível para ser usada pelo capital quando o ritmo de acumulação permitir. Essa superpopulação aumenta ciclicamente nas crises, mas, também, tende a elevar-se cronicamente, porque a maior composição (c/v) aumenta a quantidade de capital necessária para empregar uma mesma força de trabalho. A criação da superpopulação relativa é, segundo Roberts, “the absolute general law of capitalist accumulation” (ROBERTS, 2018, p.40), sendo o outro lado da produção/acumulação.

Figura 1 – Relação entre capital fixo e emprego no Reino Unido, 1855-2009.



Fonte: ROBERTS (2018, p.37).

A lei geral de acumulação, além de implicar a polarização entre capital e força de trabalho, solidificando as relações entre classes antagônicas, implica a competição entre capitais, sendo esse o mecanismo por meio do qual ela se processa. Na concorrência, que se processa pela via do aumento da produtividade e da batalha de preços, os capitalistas vitoriosos (em geral

os maiores) conseguem acumular às custas dos capitais menores, em um processo denominado por Marx “centralização do capital”. O resultado, em termos sociais, a produção capitalista implica concentração de riqueza de um lado e de miséria por outro.

## 2.4 A Lei da queda tendencial da taxa de lucro e a causa das crises (LQTTL)

### 2.4.1 A Lei da queda tendencial da taxa de lucro em Marx

De acordo com Roberts, a terceira lei de movimento marxiana é resultado da ação conjunta das outras duas, ou seja, da lei do valor (só o trabalho produz valor) e da tendência de o capital aumentar o investimento em meios de produção em relação ao realizado em força de trabalho (lei de acumulação). Na divisão do capital social – bem como do valor das mercadorias – em três partes: capital constante (c), capital variável (v) e mais-valor (m), o processo descrito, de elevação da composição orgânica, é justamente o do crescimento maior do valor de “c” em relação ao de “v”, levando, assim, à elevação da composição orgânica do capital.

A taxa de lucro é dada pela relação entre mais-valia e capital total, resultando na fórmula “ $m/c+v$ ”. No tomo três de *O Capital*, Marx apresenta essa lei dividida em partes. A primeira delas é “a lei como tal”. A “lei como tal” explica que, com outros fatores (principalmente a taxa de mais-valia,  $m/v$ ) constantes, se a composição de valor do capital ( $c/v$ ) aumentar, então a taxa de lucro deverá cair. Como Roberts considera a LQTTL a base da teoria – incompleta – das crises em Marx, o autor frequentemente recorre à descrição feita por este último da lei sendo:

in every respect the most important law of modern political economy and the most essential for understanding the most difficult relations. It is the most important law from the historical standpoint. It is a law, which despite its simplicity, has never before been grasped and even less consciously articulated. (MARX, 1973, p.719).

O argumento básico da mesma é este, apresentado em “A lei como tal”.

Em outra parte da apresentação da lei no livro 3 de *O Capital*, no capítulo 14, Marx enumera as “Causas contra-arrestantes” (título do capítulo) ou “contratendências” da lei. Essas interferem na ação da lei, a anulam temporariamente, fazendo com que assumam caráter tendencial. Pela atuação das contratendências, a redução da lucratividade, em vez de representar o colapso do sistema, se expressa em crises temporárias, com o processo de acumulação ganhando a forma de ciclos. As crises são a forma pela qual a queda na taxa de lucro se “resolve” temporariamente.

As contratendências listadas por Marx são divididas por Roberts em dois grupos: as que diminuem  $c/v$ , que atuam sobre a redução de “ $c$ ” (valor dos meios de produção/capital constante), e as que elevam  $m/v$ , fazendo com que  $c/v$  aumente num ritmo menor que  $m/v$ . Para introduzir as contratendências no cálculo, mais especificamente a taxa de mais-valia, ao longo da história os marxistas fizeram a decomposição da primeira fórmula da taxa  $m/c+v$  em outra:

$$\frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v}} + 1$$

As cinco contratendências listadas por Marx são:

(1) the increasing intensity of exploitation of labour, which could increase the rate of surplus value; (2) the relative cheapening of the elements of constant capital; (3) the deviation of the wage rate from the value of labour power; (4) the existence and increase of a relative surplus population; and (5) the cheapening of consumption and capital goods through imports.” (ROBERTS, 2018, p.55)

O processo de redução de  $c/v$  é uma característica permanente do capitalismo, devido à elevação da produtividade do trabalho, que tende a reduzir o valor dos meios de produção. Esse processo normal é a situação 2 do texto citado. Além disso, a redução de  $c/v$  pode se dar por meio da importação de bens de consumo ou meios de produção de outros países que vendem a preços mais baixos.

Uma segunda forma de redução da composição está ligada à desvalorização “anormal” do capital que ocorre nas crises. Como define Roberts, “the crisis is a result of a fall in profitability and profits sufficient to cause weaker capitalists to go bust and stronger capitalist to stop investing and producing.” (2018, p.46). A queda da taxa de lucro torna parte do capital, o que não consegue produzir lucrativamente (explorar força de trabalho à taxa de exploração vigente), um capital excedente, levando a uma situação denominada por Marx de “pletora de capital” (MARX, 2018). Na situação mencionada, o capital existente, nas suas mais diversas formas (mercadorias, meios de produção e força de trabalho), se torna excessivo. O capital fixo e circulante paralisados perdem valor, assim como as mercadorias já produzidas. O capital inutilizado, retirado da concorrência, deixa de contar como capital e parte dele é transferido a preços menores para outros capitalistas. A crise, desvalorizando de maneira forçada o capital, promove a diminuição da composição do capital.

Além disso, como mencionado, as crises são a forma pela qual sistema regenera a si próprio. A causa das crises para o autor estudado é a queda da lucratividade, que reduz o ritmo

de acumulação do capital social e promove a falência de vários capitalistas. Para os capitalistas individuais, portanto, elas são processos malignos. Porém, do ponto de vista do sistema, elas se configuram como processos necessários, pois, ao sanearem os capitais menos produtivos, restauram os níveis de lucratividade. Com a crise, os ativos dos capitalistas falidos são adquiridos pelos mais bem posicionados a preços menores e esses últimos, com a lucratividade restaurada, tendem a realizar novos investimentos.

O aumento de  $m/v$ , que pode ser alcançado por meio de algumas das contratendências listadas foi motivo de um importante debate travado por Michael Roberts<sup>2</sup>. Nesse debate, Michael Heinrich (2013) objeta que é possível que o aumento da taxa de mais-valia seja uma força perene contra a atuação da LQTTL. Roberts, no entanto, conclui que, embora influa de maneira significativa na atuação concreta da Lei, ela não é uma força igualmente poderosa, não tendo capacidade de anulá-la permanentemente, pois há limites para a sua elevação. Roberts cita dois: o limite físico do tempo de trabalho (o dia de trabalho e os dias do ano) e os limites "morais" (sociais). Dessa maneira, a LQTTL tem um caráter "absoluto", porque se funda no viés de aumento da produtividade do capitalismo, que é um sistema necessariamente dinâmico e anárquico.

A inevitabilidade da lei é descrita por Roberts como se segue:

[...] as capitalism develops, the amount of constant capital rises in relation to variable capital. Because labour power hired with variable capital is the only part of capital that produces surplus value, the amount of surplus value falls relative to the capital invested. Capitalists consider the capital invested (especially labour power) as a cost. So this depresses the rate of profit unless there is a faster increase in the rate of surplus value, among other countertendencies. But the law will assert itself sooner or later as concrete reality." (ROBERTS, 2018, p.55)

Em suma: a queda da taxa de lucro é um resultado inevitável da "razão de ser" do sistema, a busca por lucro dos capitalistas individuais. Para alcançar esse objetivo eles são forçados a introduzir meios de produção mais produtivos, que são também poupadores de trabalho. Esse processo é inerente ao capitalismo, uma vez que os capitalistas precisam inovar para sobreviver à concorrência e, caso fizessem o contrário, ou seja, introduzissem tecnologia menos produtiva, seriam levados à falência.

---

<sup>2</sup>Trata-se do debate com Michael Heinrich, iniciado com o texto deste para a *Monthly Review*. HEINRICH, M. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx's Studies in the 1870s. *Monthly Review*, 1 abr. 2013.

### 2.4.2 A LQTTL e as crises capitalistas

Roberts divide as causas das crises capitalistas em dois tipos: causa subjacente, que é a queda da taxa de lucro, que se dá no nível do "capital em geral", e causas imediatas ou concretas, que surgem do movimento real da produção e da concorrência capitalistas. Pelo seu método de exposição, em *O Capital*, Marx reconheceu a "possibilidade" das crises já no nível mais básico da circulação de mercadorias, pela separação entre mercadoria e dinheiro, ou produção e circulação, mas essa cisão encerra apenas uma possibilidade e não é a causa das crises periódicas, que, segundo Roberts, está em "the barrier set up by 'capitalist profit, which was the basis of modern overproduction'" (ROBERTS, 2018, p.58-9).

Como mencionado, mesmo a causa subjacente por trás das crises opera no nível do "capital em geral". Marx opõe esse nível de abstração à "existência real" do capital na forma de múltiplos capitais, independentes e antagônicos, pois a categoria descreve o que há de comum entre os diferentes capitais. Embora a multiplicidade dos capitais seja o modo de existência necessário do capitalismo, Marx não parte dela na sua análise do modo de produção, pois a compreensão desta pressupõe a análise da "concorrência" e não é a partir dessa última esfera que se pode estabelecer as leis que regem o capitalismo, objetivo principal de Marx. Dessa maneira, primeiro o autor analisa o que há de comum entre os diferentes capitais, o "capital como tal" (ou em geral), e só depois a multiplicidade.

Para a análise das crises é de suma importância entender a diferença entre os dois níveis, pois, segundo o próprio Marx, só é possível compreender a "realidade" destas – como elas realmente eclodem – com todas as condições reais de produção do capital estando dadas, o que inclui crédito e concorrência. Sendo Roberts um autor do campo do marxismo, esse método é muito caro a ele, mesmo que a preocupação do autor com o tema seja menor que a de outros marxistas. O objetivo maior da discussão de Roberts é estabelecer a causa da regularidade das crises capitalistas e essa preocupação está no nível do capital em geral. Já o tema das causas últimas, que ele também chama de detonantes, está no nível mais concreto/real. Na crise de 2008, por exemplo, o detonante foi o fim da bolha do mercado imobiliário, mas a causa, para o autor, foi a contradição básica entre acumulação do capital e queda da taxa de lucro. O grande tema de Michael Roberts é, portanto, o da causa das crises cíclicas, ou seja, a causa da regularidade das crises.

Como já mencionado, Roberts atribui a causa dessas crises à queda tendencial da taxa de lucro. A forma como essa lei atua na realidade será abordada adiante, mas é importante

ressaltar que a explicação do autor entra em conflito com as que atribuem causas diferentes às diferentes crises. Para ele, uma teoria das crises com poder explicativo deve ir além do apontamento do caráter imanente das crises no capitalismo, como muitos marxistas fazem, sendo necessário explicar qual a propriedade do capitalismo que se manifesta na forma de diferentes causas. Pois, “if crises are recurrent and if they have all different causes, these different causes can explain the different crises, but not their recurrence. If they are recurrent, they must have a common cause that manifests itself recurrently as different causes of different crises.” (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p. 172).

Além do questionamento sobre a própria a validade da LQTTL como uma causa subjacente a todas as crises, um outro bastante debatido por Roberts é sobre a natureza da lei, se ela atua no longo prazo ou de maneira cíclica. Essa questão é formulada por Roberts da seguinte maneira:

Is Marx’s causal explanation of capitalist crises just that: a theory of recurrent and even regular crises, of booms and slumps in capitalist accumulation? Or is it more than that (or alternatively), a theory of breakdown, namely an explanation of how capitalism cannot continue indefinitely (even if it has regular crises), but must reach its limits as a system of social organisation, then break down and be replaced by a new system? (ROBERTS, 2018, p.62).

No trecho citado, sobre a natureza de longo prazo ou cíclica da lei, o autor parte do pressuposto que a lei é cíclica e se pergunta se ela também tem ligação com o colapso do capitalismo – uma questão de longo prazo ou de esgotamento. Essa suposição, que a lei se expressa em ciclos e é causa das crises, não é a mais comum na história do marxismo. Segundo Roberts, Rosa Luxemburgo, por exemplo, “dismissed the law as irrelevant to capitalist crises” (ROBERTS, 2021) e a imaginava agindo em um tão longo prazo que postulou: “resta algum tempo para que sobrevenha, por esse caminho, a rendição do capitalista; algo assim como o que resta até a extinção do Sol.” (LUXEMBURGO, 2021, p.444).

Para Roberts, a natureza da lei é, ao mesmo tempo, secular e cíclica. A trajetória da taxa de lucro explica as altas e baixas do ciclo econômico (produção, investimento e salários) e implica, ao mesmo tempo, uma queda prolongada que sugere o fim do sistema. Ou seja, apesar das contratendências e das crises – que restauram a lucratividade – a taxa de lucro tende a cair ao longo do tempo. Esse ponto é de suma importância porque implica que “capital as a mode of production and social relations is transient.” (ROBERTS, 2018, p.63).

Outro ponto de discordância entre os marxistas é sobre a causa dos ciclos econômicos. Embora todos defendam a natureza cíclica do sistema, nem todos atribuem à queda da

lucratividade a causa dos ciclos, como Roberts. Ao longo da sua produção teórica, Marx debateu profundamente a natureza cíclica do sistema, enunciando já no Manifesto do Partido Comunista como as crises são superadas:

Por um lado, pela destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas; por outro, por meio da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos. Através de quê, portanto? Da preparação de crises mais gerais e violentas e da limitação dos meios que contribuem para evitá-las. (MARX, 2008, p.20-21)

A descrição das crises por Marx nessa obra é importante e contém elementos perenes, mas, como Roberts pontua, ela é quase “intuitiva” e pouco causal. Também segundo o autor (ROBERTS, 2018), embora Marx se convença do caráter cíclico do sistema antes de 1850, ele continua investigando as causas e a duração do ciclo mesmo depois de publicar *O Capital*. Em 1873 ele escreveu para Engels que “have tried several times – for the analysis of crises – to calculate these ups and downs as irregular curves, and thought (I still think that it is possible with enough tangible material) that I could determine the main laws of crises mathematically.” (ENGELS; MARX, 1989, p.504). Marx, inicialmente, pensava em ciclos de cinco ou sete anos, mas passa, mais tarde, a considerar ciclos decenais.

Essa questão parece não ter sido muito bem definida nem por ele nem por Engels, porque a duração parecia variar. Em nota do livro 3 de *O Capital*, Engels descreve da seguinte maneira:

A forma aguda do processo periódico, com seu ciclo, até hoje, de dez anos, parece ter cedido lugar a uma alternância mais crônica, mais prolongada, que se distribui entre os diversos países industriais, em tempos diferentes, a uma melhoria relativamente curta e fraca dos negócios, acompanhada de uma pressão relativamente longa e indecisa. Talvez se trate apenas de um prolongamento da duração do ciclo. Na infância do comércio mundial, de 1815 a 1847, podem-se comprovar ciclos [na primeira edição, “crises” (N. E. A.)] de aproximadamente cinco anos; de 1847 a 1867, os ciclos são decididamente de dez anos; será que nos encontramos no período preparatório de um novo crash mundial de veemência inédita? Alguns indícios apontam nessa direção. (MARX, 2017, p.602).

Ou seja, Engels historicizou a duração dos ciclos de acordo com o desenvolvimento do modo de produção.

Uma das conexões feitas por Marx e que é frequentemente mencionada pelos seguidores é a que relaciona a renovação do capital fixo com os ciclos econômicos. Essa relação, mais citada do que explicada pela maioria dos autores marxistas, é particularmente importante para Roberts porque, como será detalhado no próximo capítulo, o autor propõe a relação do ciclo de lucratividade com outros ciclos da economia capitalista. Cabe destacar dois pontos sobre a

conexão. O primeiro é que ela tem a ver com a imobilidade do capital fixo e a desvalorização moral que ele sofre com os novos inventos e, principalmente, durante as crises; o segundo é que, como o motor do investimento (ou acumulação) capitalista é a taxa lucro, “if there is a replacement cycle of some duration in any capitalist economy, there is likely to be a cycle of profitability.” (ROBERTS, 2018, p.67). Ou seja, um período de baixa da taxa de lucro tende a engendrar uma desvalorização massiva e um período de alta uma renovação de investimentos em capital fixo.

A LQTTTL deriva da ação das duas primeiras leis de movimento destacadas por Roberts. Portanto, da lei do valor, que explica o objetivo da produção capitalista, voltada para a obtenção de mais-valia e não para o valor de uso, e da lei de acumulação, que estabelece tanto o crescimento quantitativo do valor (acumulação) como uma mudança qualitativa do capital, com a substituição de força de trabalho humana produtora de mais-valor (capital variável) por meios de produção (capital constante). As crises derivam da queda cíclica do mais-valor produzido em relação ao capital acumulado, o que designa a taxa de lucro.

Como mencionado, Marx considerou a queda da taxa de lucro em termos de tendência. Ela tende a diminuir ao longo do tempo, mas se manifesta em ciclos de expansão e contração, que são os responsáveis pelo caráter cíclico da acumulação capitalista. As contratendências – que agem para elevar a taxa de mais-valia e reduzir a composição orgânica – elevam temporariamente a taxa de lucro e permitem os períodos de prosperidade da acumulação. Durante os períodos de alta da lucratividade, os capitalistas “empiezan a invertir en bienes de composición orgánica más elevada, a saber, medios de producción que permiten recortar la mano de obra y que incrementan la producción.” (ROBERTS, 2016, p.29). Esses investimentos, feitos pelos capitalistas individuais, em parte visando reduzir custos com trabalho, aumentam a composição orgânica da economia e resultam numa baixa da taxa de lucros.

Os capitalistas que são incapazes de sobreviver com a taxa de lucro vigente vão à bancarrota e seus lugares no mercado são ocupados por outros. A queda da lucratividade e a falência de empresas resultam na diminuição da produção e do emprego, caracterizando uma crise econômica. De acordo com Roberts, a baixa lucratividade é uma condição para uma crise, mas esta “erupt when the mass of profit drops, causing over-investment and overproduction” (ROBERTS, 2021).

As crises têm como causa subjacente a queda da taxa de lucro, mas eclodem efetivamente quando esta se converte em uma redução absoluta dos lucros, na situação que Marx denominou “superprodução absoluta”. Nesse momento, produção, investimento e emprego despencam e com estes a demanda (do trabalho e do capital). A queda da demanda,

ocasionada pela queda da lucratividade, gera o problema de realização, que agrava a superprodução de capital.

Esse processo de baixa da lucratividade, que ocasiona o fechamento e a falência de empresas, contribui para a diminuição da composição orgânica do capital, cuja elevação está na base da queda da taxa de lucro. A aquisição dos ativos das empresas falidas pelos capitalistas sobreviventes ocorre a preços mais baixos, por meio de compras e fusões de empresas, num processo que Marx denominou “centralização do capital”, cujas principais alavancas são o crédito e a concorrência (MARX, 2011). Os capitalistas bem-sucedidos no mercado precisam aumentar a produção, mas, devido à taxa de lucro rebaixada, não aumentam inicialmente investimentos. Conforme apontado por Roberts, “initially, net fixed investments do not rise. Instead, capitalists increase their assets’ capacity utilization.” (ROBERTS, 2018, p.55). O aumento da capacidade utilizada contribui para um aumento da produção sem uma elevação correspondente do capital constante e também tende a reduzir o valor dos meios de produção, na medida que os desgasta, contribuindo, junto ao processo de falência dos capitalistas, para a diminuição da composição orgânica.

Com o aumento da produção, que ocorre sem um maior investimento em técnica, há uma maior contratação de força de trabalho, o que aumenta o capital variável empregado. Esse aumento no “denominador” da composição orgânica ( $c/v$ ) também contribui para a diminuição do índice. Dessa maneira “the organic composition falls on both accounts, and the rate of profit rises.” (ROBERTS, 2018, p.55-56). Portanto, o ciclo de alta da lucratividade se inicia a partir do período de baixa lucratividade (e das crises consequentes). Como o processo cíclico é endógeno, a elevação da taxa de lucro acarretará uma futura diminuição, iniciada, segundo Roberts, pela própria dinâmica capitalista. Outros marxistas, como Ernest Mandel<sup>3</sup>, defendem que a saída da crise depende de eventos não econômicos.

### *2.4.3 Monocausalidade e teoria da crise: o debate com David Harvey*

Em texto publicado em 2015 no livro “The Great Financial Meltdown” e traduzido em conjunto com um texto crítico de Michael Roberts para o português, David Harvey, um

---

<sup>3</sup> MANDEL, E. *Long Waves of Capitalist Development*. 2 ed. Londres: Verso, 1995.

renomado marxista contemporâneo, postula uma crítica à Lei da queda tendencial da taxa de lucro e aos autores que mobilizam-na para explicar as crises concretas. O autor duvida diretamente da existência da lei, de ela ser a causa das crises e da importância da mesma para Marx. Isso o leva a realizar uma crítica empírica e teórica da LQTTL e ao próprio Michael Roberts, sendo este o motivo pelo qual Harvey será comentado nesse trabalho.

Harvey argumenta que sua crítica incisiva à LQTTL tem duas razões: 1) o caráter paradigmático e de liderança dessa teoria no marxismo e 2) a desconsideração dos seus defensores por outras explicações das crises. No entanto, Michael Roberts discorda que a maioria dos marxistas apoiem a LQTTL como causa das crises. Segundo esse último,

[...] a visão de que a QTTL de Marx é relevante para explicar os booms e as derrocadas cíclicas sob o capitalismo nunca foi uma opinião majoritária. Os primeiros marxistas depois de Marx – Kaustky, Lenin, Bukarin, Luxemburgo, Hilferding e o economista stalinista Varga – rejeitaram a QTTL como um condutor por trás da teoria das crises marxista. De fato, foi apenas nos anos 1920 e 1930 que Grossmann (1992) e Mattick (1974) levaram adiante a QTTL como uma teoria da crise. (ROBERTS, 2019a, p. 37).

Esse também é o caso para a economia marxista contemporânea, cuja visão predominante é a da “multicausalidade”, que diz que as crises sob o capitalismo podem ter diferentes causas em diferentes tempos. Alguns trabalhos nessa linha citados por Roberts são o de Harvey (2019), o de Dumenil e Levy (2011) e o de Panitch e Gindin (2013).

A primeira objeção de Harvey à LQTTL está relacionada ao problema do método marxiano. Harvey argumenta que Marx desenvolveu a lei no nível de análise da “esfera da generalidade com aparência de lei.” (2019, p. 17) ou do “capital em geral”, o que exclui a influência de aspectos do modo de produção, tais como distribuição, concorrência e relações com a natureza. Na apresentação, Marx abstrai de problemas de realização – considerando preço e valor como equivalentes – e da distribuição da mais-valia entre as classes. Isso resulta em um ‘modelo’ simplificado que Marx justifica “in order to examine the object of our investigation in its integrity, free from all disturbing subsidiary circumstances” (MARX, 1976, p. 727). Pelas abstrações contidas no método, que, segundo ele, descreve o capital atuando em um sistema fechado, de concorrência perfeita e sem dificuldades de realização da mais-valia, Harvey considera que a “aplicabilidade das leis derivadas” do modelo são restritas (2019, p. 18), o que inclui a LQTTL.

Como, no livro 1, Marx explicitou os pressupostos da análise empreendida, Harvey considera que os problemas das leis derivadas daí são menores, mas, como “ele não o faz no caso da teoria da queda da taxa de lucro” (HARVEY, 2019, p. 18), o que se deve à incompletude

do livro três, isso permitiu aos defensores da LQTTL desconsiderar os pressupostos segundo os quais a lei opera, ou seja, o que ela abstrai para deduzir suas consequências. É por isso que, segundo Harvey, esses autores ignorariam aspectos importantes das crises, pertencentes à esfera da circulação (que inclui distribuição e finanças), que sugeririam “que a financeirização não teve nada a ver com a quebra de 2007/2008” (Harvey, 2019, p. 18), o que para Harvey não condiz com a realidade e negligencia o papel dos bancos e dos banqueiros nas crises.

A conclusão de Harvey sobre o problema metodológico de Marx na questão das crises é que ele teria “amadurecido” suas ideias iniciais, abandonando “visões unilaterais e fatalistas”. O geógrafo marxista também critica os critérios de análise de Marx porque considera os fenômenos, como o exército industrial de reserva ou a queda da taxa de lucro, a partir de uma única causa, no caso a progressão da tecnologia. Marx, posteriormente, teria passado a considerar múltiplas causas para as crises, relacionadas, por exemplo, à superprodução e à plethora de capital, e abandonado a visão de que as crises estão relacionadas à decadência do sistema, enxergando-as, antes, como “soluções momentâneas e violentas para as contradições existentes, violentas erupções que restabelecem o equilíbrio perturbado em dado momento” (HARVEY, 2019, p. 18). É importante ressaltar que Harvey não deixa claro que a explicação de Marx, considerada um “avanço”, é apresentada na mesma seção do livro três que trata da LQTTL e que o problema da plethora e da superacumulação são considerados consequências da queda da taxa de lucro.

Como já mencionado, Roberts defende uma teoria “monocausal” como teoria das crises. O autor frequentemente embasa sua defesa em uma formulação que originalmente é de Carchedi:

Some Marxist authors reject what they see as ‘mono-causal’ explanations, especially that of the tendential fall in the rate of profit. Instead, they argue, there is no single explanation valid for all crises, except that they are all a ‘property’ of capitalism and that crises manifest in different forms in different periods and contexts. However, if this elusive and mysterious ‘property’ becomes manifest as different causes of different crises, while itself remaining unknowable, if we do not know where all these different causes come from, then we have no crisis theory. If crises are recurrent and if they have all different causes, these different causes can explain the different crises, but not their recurrence. If they are recurrent, they must have a common cause that manifests itself recurrently as different causes of different crises. There is no way around the ‘mono-causality’ of crises. (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.172).

Ele suaviza a ênfase na “monocausalidade” estabelecendo que, na realidade, o objetivo é a busca por uma “causa essencial” que explique as “causas imediatas” das crises. Roberts compara a LQTTL à lei da gravidade, que explica o movimento dos corpos em última instância. A LQTTL é a causa última ou subjacente das crises, mas o evento “conjuntural”, o gatilho,

muda de crise para crise, podendo ser o colapso do mercado de ações (1929), do mercado imobiliário (2008) ou a alta do preço do petróleo (1974).

Ao contrário de Harvey, Roberts sustenta o método da crítica da Economia Política estabelecido por Marx como ferramenta para teorizar sobre as crises, classificando-o como de suma importância para se opor à economia burguesa, que se perde nas aparências dos fenômenos. Efetivamente, como mencionado por Harvey, mesmo o livro 3 de *O Capital* está, na sua maior parte, no nível “capital em geral”, mas, segundo Roberts,

isso ocorre por um motivo muito bom, uma vez que Marx quer revelar as leis chave do movimento do capitalismo, incluindo a mais importante, a QTTL, que conduz a acumulação e contém seu próprio declínio. Marx ignora as questões do crédito, do capital portador de juros e do Estado até lidar com os “muito capitais”, ou seja, a concorrência e a divisão da mais-valia entre os capitalistas.” (2019a, p. 39)

Além disso, Roberts sustenta que o argumento de Harvey contra os pressupostos da LQTTL é insustentável, visto que ela se baseia em dois pressupostos muito coerentes: a lei do valor, que sustenta que o valor é criado pelo trabalho humano abstrato, e o aumento da composição orgânica do capital, que é a condição da acumulação capitalista. A esfera de atuação da lei é interpretada por Roberts não como uma fraqueza da mesma, mas, sim, seu ponto forte, pois quer dizer que a atuação dela independe de fatores como a diferença entre valor e preço, queda na demanda, “concorrência perfeita” ou “monopólio”.

Uma outra linha de crítica de Harvey à LQTTL é de ordem “filológica”. O autor mobiliza o argumento de Michael Heinrich (2013) sobre a responsabilidade de Engels na importância “desmedida” que a LQTTL ganhou no livro três. Segundo Harvey, “Marx vacilava entre chamar seu achado de uma lei, chamar a lei de uma tendência e até ocasionalmente de uma mera tendência.” (Harvey, 2019, p. 19). Assim como Heinrich, o autor duvida que a LQTTL tinha grande importância para Marx, baseando-se no fato de Marx não ter retomado a ela depois de 1868, não a citar na análise de crises concretas nem nos seus textos políticos. Um exemplo da pouca importância conferida à lei seria Marx não chamar as crises concretas que ele analisa, como a de 1857, tratadas no livro três, de crises de lucratividade, mas, sim, de crises financeiras e comerciais. Sobre essa acusação do abandono da lei por Marx, levantada por estudiosos da MEGA como Michael Heinrich (2013), Roberts afirma que “ele nunca voltou à sua teoria porque ele já havia lidado com ela – ao invés disso, passou então um tempo tentando pensar numa maneira de aplicá-la numa explicação da natureza cíclica das crises capitalistas.” (2019a, p. 41).

Uma das intervenções de Engels no argumento do livro três que teria contribuído para a superestimação da importância atribuída à LQTTL foi a inversão da ordem do texto na seção sobre a LQTTL. O parceiro de Marx colocou como segundo capítulo da seção “o desenvolvimento das contradições internas da lei”, mas, no manuscrito, esse era o primeiro capítulo. O ordenamento sugere que as contradições não alteram o funcionamento da “lei como tal”, mas, na visão de Harvey, “o capítulo é sobre o que acontece quando os pressupostos feitos ao derivar a lei são abandonados.” (HARVEY, 2019, p. 22). A “edição de Engels”, portanto, teria engessado o argumento de Marx.

A interpretação de Harvey sobre o capítulo “Desenvolvimento das contradições internas da Lei” sugere que os conceitos do capítulo não estão vinculados diretamente à LQTTL, mas abrangem contradições e possibilidades, independentes da queda da taxa de lucro, de crise do capitalismo. O argumento sugere um confuso Marx propondo problemas de circulação, especulação e pletora de capital autônomos (separados da “Lei como tal”), que a edição inflexível de Engels, no entanto, não deixou transparecer.

A questão filológica não é o forte de Roberts e nesse debate com Harvey ele é econômico com questões dessa natureza. A resposta dele resume-se a concordar com Fred Moseley, que “mostra como o muito maligno Engels fez um sólido trabalho de interpretação dos manuscritos de Marx e que não houve nenhuma real distorção” (ROBERTS, 2019a, p.41) e que “Engels interventions were made on the basis that he wished to make Marx’s statements appear sharper and thus more useful for contemporary political and societal debate, for instance, in the third chapter, on the tendency of the rate of profit to fall. (MOSELEY; ROTH, 1989, p.8).

Na crítica direta a Roberts, Harvey estabelece duas condições para a validação da explicação das crises do primeiro: “(1) confiabilidade e adequação dos dados em relação à teoria; e (2) se há mecanismos distintos dos que Roberts descreve que podem resultar em lucros decrescentes.” (HARVEY, 2019, p.16). Harvey não trata diretamente da primeira questão, pois o autor não se considera apto para julgar os dados e os gráficos. Isso, por si, não invalida o texto, mas limita o valor das conclusões.

Mesmo não analisando diretamente os números de nenhum trabalho, Harvey se diz cético quanto à possibilidade de mensurar empiricamente a queda da taxa de lucro e de determinar a sua causa. Uma das razões para tal é a dificuldade de mensurar a “composição de valor do capital”, necessária para medir o efeito das mudanças da produtividade do trabalho sobre a taxa de lucro. A maior parte dos autores, segundo Harvey, iguala composição de valor e composição orgânica do capital, mas, enquanto essa última é a razão entre capital constante e

capital variável dentro de uma empresa, setor ou departamento, a primeira é a mesma razão para a economia como um todo. Porém,

[...] ao passo que é possível reconhecer a composição orgânica média do capital dentro de uma empresa ou até mesmo em indústrias ou “departamentos” (como especificado no Livro 2 do Capital), a composição-valor para o capital como um todo aparece na melhor das hipóteses como tautológica e na pior como um conceito totalmente incoerente.” (HARVEY, 2019, p.27).

Os problemas da mensuração são que: a medida de produtividade relevante para o capital (que a teoria deve explicar) refere-se à produção de mais-valia; não é claro se capital constante a ser contabilizado é o empregado (investimento inicial) ou o consumido (desgaste) e se os capitalistas estão interessados na taxa ou na massa de mais-valia. Os argumentos críticos do autor não são absolutamente claros, mas não é possível compreender a objeção de Harvey concretamente porque ele não a aprofunda.

Em relação aos critérios de validação do seu trabalho estabelecidos por Harvey, Roberts responde ao primeiro com exemplos de trabalhos que provam a queda da taxa de lucro para a Grã-Bretanha e para os Estados Unidos. Ele cita seu próprio trabalho (ROBERTS, 2011) e o de Maito (2014), que aborda a queda da taxa de lucro para outros países. Quanto ao segundo critério de Harvey, ou seja, se a taxa de lucro se deve à elevação da composição orgânica, tal como determinado pela LQTTL, Roberts se pergunta:

[...] não seria a questão essencial da pesquisa científica tentar identificar a causa principal para uma variedade de possibilidades? Se pudermos mostrar que, quando a taxa de lucro cai, ela é causada por um aumento da composição orgânica do capital que não é contrariada suficientemente por uma taxa crescente de mais-valia, então temos uma boa prova de que a lei de Marx é a causa. (ROBERTS, 2019a, p. 44).

Sobre o problema da composição de valor – definida por Harvey como a razão entre capital constante e variável para a economia como um todo –, Roberts diverge tanto da definição quanto da mensuração.

A diferença correta entre composição orgânica (COC) e composição de valor (CVC) para o autor é que:

A COC mede os resultados da acumulação com referência exclusiva à esfera da produção, enquanto a CVC reflete esse processo na esfera da troca. [...] O aumento da COC associado aos métodos de produção especificamente capitalistas é a fonte da ‘lei enquanto tal’, ao passo que a formação da CVC é associada com as tendências contrariantes.” (FINE; SAAD-FILHO, 2004, p.110).

Para Roberts, o fundamental é que o aumento da produtividade eleva necessariamente a composição orgânica. Em relação à medida da composição de valor da economia como um todo, ele argumenta que “eu e outros usamos números agregados para o investimento na economia como um todo” (ROBERTS, 2019a, p. 46), o que anularia o efeito das influências sobre a composição orgânica mencionados por Harvey.

Outro motivo apontado por Harvey para a impossibilidade de medir a composição de valor (da economia como um todo) é que “a única medida de produtividade relevante para o capital é a produção de mais-valia, e isso é o que mudanças na produtividade deveriam explicar.” (Roberts, 2019a, p. 45). Embora essa crítica de Harvey não seja textualmente clara, como já mencionado, Roberts interpreta que ela indica uma confusão entre lucratividade e produtividade, que são conceitos distintos. A produtividade está relacionada à medição de valores de uso e não pode ser igualada à lucratividade, caso contrário não faria sentido buscar a influência de uma sobre a outra.

Outra questão empírica mencionada por Harvey refere-se ao fato de os dados disponibilizados serem em dinheiro, enquanto as leis de Marx se referem ao valor. Esse problema se tornou especialmente importante “quando a base metálica do sistema monetário mundial foi abandonada nos anos 1970” e “o dinheiro assumiu uma vida toda própria tal que pôde divergir substancialmente daquilo que deveria representar” (HARVEY, 2019, p. 28). A ação dos bancos centrais como controladores da oferta de moeda, ao invés da produção de metais preciosos, separou ainda mais o dinheiro da produção de valor. Além disso, na atual fase do capitalismo, os lucros podem ser obtidos cada vez mais pelo investimento em atividades completamente desvinculadas do valor, como lobby ou produtos especulativos.

O autor também ressalta a diferença entre a taxa de lucro de Marx e a taxa de lucro monetária. Ele usa como exemplo o fato de que “a taxa de lucro em valor, como Marx a define, tem pouca ou nenhuma relação com a lucratividade de um tênis da Nike cujo valor monetário foi aumentado por uma bem-sucedida campanha publicitária.” (HARVEY, 2019, p.28). A brecha entre criação de valor e representação do valor está se tornando cada vez maior, o que torna as medidas monetárias limitadas como indicadores do valor. A conclusão dele, então, é que “os dados de lucro monetário nos dizem alguma coisa, mas exatamente o que nem sempre é fácil de acessar.” (2019, p. 29). Roberts é econômico na sua crítica a esse ponto, mas observa que “muitos de nós passamos muito tempo isolando o efeito da inflação monetária de tal modo que podemos discernir as mudanças subjacentes o mais próximo possível dos termos do valor.” (ROBERTS, 2019a, p. 46). Ou seja, os autores que tratam da LQTTL empiricamente não ignoram esse problema.

Outra crítica empírica de Harvey está relacionada ao caráter nacional dos dados produzidos. Ele sugere que a taxa de lucro pode ter significados distintos nas diferentes bases de dados nacionais e que é impossível saber como os dados nacionais de retorno sobre capital podem ser agregados para uma taxa global. Depois de mencionar a impossibilidade de calcular uma taxa de lucro global, Harvey cita acontecimentos contemporâneos que parecem contradizer a vigência global da lei. Segundo Harvey,

[...] se a teoria geral da tendência de queda das taxas de lucro estiver correta, então a disseminação das mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho (forçadas pela perseguição da concorrência por mais-valia relativa) deveria significar uma tendência para o número de trabalhadores assalariados empregados pelo capital de cair. (HARVEY, 2019, p. 30).

O autor reconhece o aumento da introdução de tecnologia, mas argumenta que ela tem sido contradita pelo aumento da força de trabalho global desde os anos 1980, devido ao crescimento demográfico, à dissolução das comunidades e à introdução das mulheres na força de trabalho global, o que permitiu uma elevação da mais-valia. Ele cita um relatório da Organização Internacional do Trabalho que indica um aumento de 35% (1,1 bilhão) na força de trabalho global. Para o autor, essa tendência de aumento da força de trabalho passível de exploração contradiz a LQTTL e “sugere um aumento dramático nas expectativas de aumento mais do que de queda das taxas de lucro.” (HARVEY, 2019, p. 30). Com base nesse aumento, Harvey argumenta que “aqueles que atribuem as dificuldades do capitalismo contemporâneo à tendência de queda da taxa de lucro estão, a julgar pelas provas de aumento da participação do trabalho, seriamente enganados.” (Harvey, 2019, p. 32). Além dessa tendência recente, Harvey também objetiva refutar a LQTTL com os “dados da imprensa econômica”, que sugeriam, em 2015, uma alta taxa de lucro no capitalismo dos EUA, o que contrastava com as indicações de Roberts.

O problema da medida da taxa de lucro global será discutido mais detidamente no próximo capítulo. No seu primeiro livro, *The Great Recession* (2009), Roberts julgava impossível estabelecer uma taxa de lucro global, mas, desde então, tem trabalhado, junto a outros autores, para estabelecê-la. O aumento da força de trabalho global mencionado por Harvey não é citado por Roberts diretamente, mas, como veremos na discussão sobre a taxa de lucro global, é possível que ele esteja, de fato, por trás da manutenção dos níveis de lucratividade globais, sustentados desde a segunda metade do século XX pela produção dos países subdesenvolvidos. Quanto às notícias econômicas a que Harvey recorre, Roberts enfatiza que elas não substituem a pesquisa profunda e que os dados não podem ser considerados prova

da atualidade, visto que são, em geral, relativos a um período passado. Além disso, dados sobre massa de lucro não explicam a taxa de lucro. Segundo Roberts, “a massa de lucros numa economia está sempre crescendo, exceto apenas após uma derrocada quando os negócios (a começar pelos mais fracos) descobrem que uma produção renovada entrega não apenas uma taxa de lucro menor como também lucros absolutos menores.” (ROBERTS, 2019a, p.46-47).

A segunda objeção de Harvey ao trabalho de Roberts destaca a importância de considerar as múltiplas causas da queda da taxa de lucro, que seriam ignoradas pela LQTTL, devido ao nível de abstração da mesma. Segundo o autor,

[...] taxas de lucro podem cair pelos mais distintos motivos. [...] a falta de demanda efetiva agregada suficiente no mercado pode produzir lucros decrescentes, assim como podem salários impelidos pela luta de classe ascendente. [...] Por outro lado, uma classe trabalhadora organizada apoiada por instituições estatais poderosas poderia forçar as taxas de salários a subir a ponto de gerar uma crise de lucros decrescentes. Isso ocorreu durante o período de 1965 a 1975 na América do Norte e na Europa, quando salários subiram, lucros caíram e a produtividade estagnou, graças a um poder recalcitrante da classe trabalhadora. (HARVEY, 2019, p.25-26).

Uma das causas apontadas para a queda da taxa de lucro, assim como para as crises, é a queda da demanda efetiva (o velho subconsumismo), gerada pela contradição entre a tendência do capitalismo de desenvolver a produção de maneira absoluta e simultaneamente restringir o valor da força de trabalho a um mínimo. Esse argumento é respaldado pela afirmação de Marx de que “a razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em contraste com o ímpeto da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta de consumo da sociedade.” (MARX, 2017, p.590-591). A restrição dos salários resultaria em uma diminuição na capacidade de consumo dos trabalhadores, o que limitaria a capacidade de realização das mercadorias e da mais-valia produzida.

Harvey argumenta que, devido à ênfase na LQTTL, os marxistas negligenciarem trechos de Marx que apontam para a restrição do consumo operário como uma das causas das crises. Parte dessa confusão se deveria ao próprio texto de Marx, que, ao mesmo tempo que classifica a pobreza das massas como “causa última das crises”, taxa de tautologia apontar a queda no consumo como causa das crises e ressalta que essas últimas são, em geral, precedidas por aumentos salariais. Para Harvey, Marx confundiu “os assuntos ao explorar possibilidades opostas.” (2019, p. 23). Esse último não explica adequadamente que tanto baixos salários como altos salários podem reduzir os lucros e precipitar crises. Com altos salários, “há uma crise de acumulação à medida que a fatia de lucro contrai”, já com baixos salários “a falta de demanda efetiva colocará um problema.” (2019, p.23).

A conclusão de Harvey é que, durante as crises, pode ocorrer uma queda na taxa de lucro, mas que essa não é causada prioritariamente pelo aumento da composição orgânica, como na LQTTL, e sim por causas que variam de acordo com as situações concretas. Na interpretação do autor a "determinação que Marx foi se aproximando à medida que seus estudos progrediram" foi a do apagamento entre o estrutural (nível do capital em geral) e o conjuntural (concreto) (HARVEY, 2019, p.33). As crises seriam “violenta fusão de fatores desconectados operando independentemente um do outro, embora correlacionados” (HARVEY, 2019, p.33) e Marx, que continuou enxergando o problema das barreiras do capital e do limite e histórico do sistema capitalista, percebeu que precisava de uma teoria mais nuançada. O resultado foi, no lugar de uma “teleologia da queda da taxa de lucro”, uma teoria que enxerga “forças contingentes que se movem numa ou noutra direção dependendo do intercurso de contradições múltiplas, porém correlacionadas.” (HARVEY, 2019, p.33). Não há uma causa definitiva ou sobredeterminante, apenas fatores dispersos operando independentemente um do outro, embora correlacionados.

Além disso, Harvey sugere que Marx chegou, já no livro três, a uma teoria das crises baseada no papel do crédito e das finanças. Essa abordagem significa que “Marx, evidentemente, decidiu abandonar os pressupostos formais dentro dos quais ele havia antes confinado sua derivação da lei dos lucros decrescentes para, presumivelmente, torná-los relevantes para as dinâmicas de acumulação que realmente ocorrem.” (HARVEY, 2019, p. 33). O autor teria passado a considerar a concorrência, a distribuição (sistema de crédito) e o papel dos bancos nacionais (com eles do Estado e do mercado mundial), saindo do nível do capital em geral. Se essa abordagem é válida, ela também sustenta a argumentação de Heinrich, que “a systematic treatment of crisis theory is not possible on the immediate basis of the law of the tendential fall in the rate of profit (as suggested by Engels’s edition of the third volume of Capital), but rather only after a presentation of interest-bearing capital and credit.” (HEINRICH, 2013, p.9).

Roberts responde à segunda objeção de Harvey argumentando que a pesquisa empírica tem sido bem-sucedida em comprovar a relação inversa entre composição orgânica e taxa de lucro. Ele utiliza os gráficos do seu próprio trabalho (2011) como exemplo de que “a medida é quase perfeita”, pois “quando a taxa de lucro está subindo, a composição orgânica do capital está caindo” e isso é “forte evidência de que movimentos na taxa de lucro são causados por movimentos inversos na composição orgânica do capital.” (ROBERTS, 2019a, p. 44). As outras causas apenas reforçam esse movimento essencial, conferindo uma especificidade às crises, atuando como causas próximas ou gatilhos.

Quanto ao argumento subconsumista de Harvey, Roberts responde que ele se baseia em uma citação do livro 3 de *O Capital* que está em uma seção desorganizada e pouco conclusiva

do manuscrito, diferente da seção em que está a LQTTL, que é mais organizada e objetiva. Roberts também se apoia na autoridade dos estudiosos da MEGA para questionar a legitimidade do trecho em que Marx classifica “a pobreza e o consumo restrito das massas” como causa última das crises. Segundo Roberts, essa citação de Marx destoa do restante do argumento. Era, para alguns estudiosos, uma citação entre colchetes que Engels incorporou ao texto. Além disso, o termo “o motivo definitivo” (“der letzte Grund”) teria sido traduzido incorretamente, não estando, a citação, relacionada às noções de causa, como sugerido por aqueles que a utilizam para explicar o desencadeamento da crise capitalista. (ROBERTS, 2019a, p. 47-48).

Outra linha de argumentação do autor, mais frutífera do que a análise da “letra miúda” dos textos de Marx, aponta que a citação de Marx está inserida no contexto da relação entre crédito comercial e crises, e que o subconsumo sugerido por Marx é, na verdade, uma consequência de crises já em curso. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas leva à diminuição do emprego em tempos de crise e esse último à redução absoluta do consumo das massas.

A redução dos empregos pode ocorrer tanto em um contexto de queda absoluta da produção de valor (recessão) quanto em uma situação de aumento da participação do capital (lucros) na distribuição. No primeiro caso, “um decréscimo generalizado no emprego implica que o ciclo de queda, e possivelmente a crise, já começou”, e, no segundo, “se os salários caem por causa do aumento dos lucros, então isso não pode ser a causa das crises porque a taxa de lucro sobe.” (Roberts, 2019a, p. 48). Dessa maneira, ou a redução dos salários não pode ser a causa das crises porque aumenta a lucratividade dos capitalistas – incentivando a produção – ou “uma falta de demanda é a descrição da realização da crise, ou derrocada, não uma explicação de sua causa.” (Roberts, 2019a, p. 48). Nesse último caso o subconsumismo pressupõe o que deveria tentar explicar.

Em relação à teoria das crises de Marx proposta por Harvey, Roberts conclui que, se Marx não possui uma teoria própria das crises, é necessário aceitar as teorias burguesas, que “têm algo em comum: que se a teoria deles estiver certa, então o capitalismo pode ser corrigido pela regulação financeira, por maiores salários (pós-keynesianos), ou por taxa progressiva, sem substituir o próprio modo de produção capitalista.” (ROBERTS, 2019a, p. 49). Todas essas teorias se baseiam em problemas da esfera da circulação e não apontam para uma contradição fundamental no modo de produção que causa crises recorrentes. Segundo o autor, é isso o que

[...] Harvey conclui. Ele quer que consideremos teorias alternativas baseadas no circuito secundário do capital, ou seja, fora daquela parte do circuito que lida com a produção de valor e de mais-valia, – e, ao invés disso, que olhemos para a parte que

concerne à distribuição do valor entre os “muito capitais” envolvendo, em particular, a superprodução especulativa. Novamente, Harvey quer que olhemos para as crises causadas por uma redistribuição do valor criada pela “espoliação”, uma forma de “acumulação primitiva” na qual a riqueza é acumulada à força ou por confisco e não pela exploração do trabalho assalariado na produção como num capitalismo moderno totalmente desenvolvido. (ROBERTS 2019a, p. 49).

Quanto à análise específica da crise financeira de 2008, que Harvey nega ter relação com a queda da taxa de lucro, Roberts argumenta que o estouro da bolha e a crise de crédito de 2007 “vieram após uma queda na taxa e massa de lucro em 2006.” (2019a, p. 49). Ou seja, a crise foi resultado de um fenômeno que ocorreu em trimestres anteriores, não de gatilhos do sistema financeiro. Porém, essa discussão será abordada com mais detalhes no capítulo três.

## 1.5 AS TEORIAS DAS CRISES MARXISTAS

O tema das crises era central para Marx e nos seus escritos não faltam elaborações sobre elas, mas o caráter inconcluso da principal obra do autor, *O Capital*, deu margem para diversas interpretações de qual seria a sua verdadeira “teoria das crises”. Roberts defende que Marx não desenvolveu uma teoria completa desse tema em vida, apesar de possuir uma. Essa última, entretanto, não se configura como uma “lei”. Conforme o autor, “it’s a theory because it is composed of various elements and levels of causation that must come together to produce a slump in production, investment and employment, which is the definition of a crisis.” (ROBERTS, 2018, p.53).

Até hoje não há uma posição fechada sobre o tema entre os marxistas. O autor estudado defende que a base subjacente da teoria das crises marxista é a LQTTL e, em *Marx 200*, divide as demais interpretações da teoria das crises de Marx em:

[...] disproportionality between accumulation and consumption (due to the anarchy of capitalist production); or the gap between the expansion of capitalist production and the ‘limits of the market’; or to the lack of purchasing power for workers (a ‘wage-led’ crisis of ‘realisation’). (2018, p. 71).

No livro mais recente, *Capitalism in the 21st Century*, o autor as classifica em três campos: crises decorrentes da instabilidade do sistema bancário ou financeiro, crises de subconsumo da classe trabalhadora e crises de desproporção entre setor de bens de produção e de bens de consumo. Essa última divisão parece mais abrangente e bem elaborada, então é com base nela que os argumentos do autor sobre as teorias alternativas da crise no marxismo serão desenvolvidos.

A primeira teoria se baseia em aspectos da esfera financeira, como desregulamentação, políticas monetárias permissivas e níveis altos de dívida para explicar as crises. Para Roberts e Carchedi, nessa teorização, “crises are the outcome of policy mistakes.” (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.154). Essa teoria ganha força com ideia de que o capitalismo está passando por um processo de “financerização”, com forte crescimento do chamado capital fictício. Esse conceito está essencialmente ligado ao crédito, que é uma função derivada do dinheiro no capitalismo. Como produção e especulação são inseparáveis nesse sistema, o crédito, que é apresentado por Marx como uma alavanca da acumulação, funciona como um catalisador de superprodução e especulação.

O papel do crédito na superprodução se manifesta na capacidade de expandir o processo de reprodução do capital, permitindo investimentos com capital de terceiros por parte dos capitalistas e consumo com dinheiro emprestado no caso das famílias. Essa inter-relação ficou clara na bolha imobiliária do início dos anos 2000 na Europa e nos EUA. O crescimento do crédito imobiliário criou “an option for workers to borrow (mortgages) and spend more than they earn (more than the capitalists have laid out as variable capital), and in this way the “realization problem” (sufficient money to buy all the goods produced) is solved.” (ROBERTS, 2018, p.58). Em outras palavras, o crédito para os consumidores resolveu o problema de demanda do mercado imobiliário e incentivou a superprodução ao aumentar a demanda. Além disso, outros mercados, de natureza especulativa, foram inflados. Sobre a dívida hipotecária original complexos instrumentos financeiros foram criados, gerando uma avalanche de valores fictícios.

Jack Rasmus é um dos autores que explica as crises a partir da esfera financeira, destacando uma “fragilidade sistêmica” da econômica contemporânea, que potencializaria crises. Rasmus baseia-se na ideia de uma nova fase do capitalismo, com a dominância do setor financeiro, no século XXI, o que reduziria a importância da taxa de lucro como fator determinante das crises e aumentaria o papel da dívida e da instabilidade financeira. O autor também propõe que a financeirização pode estar, hoje, presidindo a queda da taxa de lucro, mas que não há uma relação teórica muito bem determinada entre as duas. Ou seja, não é possível afirmar que o movimento da taxa de lucro necessariamente preside o da finança.

Como mencionado anteriormente, mesmo que outros marxistas abordem o tema com mais frequência, o “método de Marx” é de suma importância para a interpretação de Roberts, e Marx explica a possibilidade das crises mesmo sem o crédito. O objetivo fundamental da teoria de Marx é

[...] look beneath the appearance of events, beneath the proximate causes to the essential or ultimate cause. [...] Capital starts with the ‘general’, or should we say with the ‘abstract’, and proceeds step by step to the concrete (Grossmann, 2015; Rodolsky, 1977). This is vital to understand because the biggest sin committed by the method of mainstream bourgeois economics is to look only at the appearance of things and not see the essence. But, of course, you cannot stay with the essence and must proceed to flesh out any critique of an economy so that the appearances can be explained. (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.173).

Marx explica a possibilidade das crises já na esfera da circulação, mas a essência das crises deve ser buscada no caráter distintivo do modo de produção capitalista, que é a produção para o lucro (acumulação). Portanto, é na esfera da produção que a essência do fenômeno da crise deve ser buscada, não numa esfera reflexa – apesar de importantíssima – como a financeira.

Conforme observado por Roberts e Carchedi, o problema das crises nasce da reprodução do sistema (produção e circulação) e é determinado pela produção de mais-valia. A finança não pode ser a causa das crises, pois esta deve ser encontrada na esfera que produz valor, enquanto a finança apenas redistribui o que foi produzido. Embora uma explicação fenomênica da economia possa sustentar a ideia de que o crédito produz valor (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.156), se as transações da esfera financeira, por meio do crédito, realmente produzissem valor, não faria sentido as crises estourarem quando há altos níveis de “valor financeiro produzido”, uma vez que elas são fruto exatamente do colapso dos valores. Isso prova, portanto, que dívida, advinda do crédito, é diferente do valor, que surge da produção.

Por fim, a tese de Rasmus se baseia na interação de fatores dispersos (níveis altos de endividamento, deflação de ativos, política monetária expansiva, etc.) para explicar as crises atuais, um tipo de explicação, que, como visto acima, é terminantemente negado por Roberts. Segundo ele, essa abordagem (“multicausal”) não possui uma unidade interna que sirva como causa e apenas cria uma lista de fatos que “does not reveal the direction of determination but rather is a chaotic whole which cannot specify the weight of each cause and its relation to the other causes.” (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.155). Portanto, resta ausente uma causa última que explique a regularidade dos fenômenos, já que causas específicas só podem explicar crises específicas.

A segunda tese sobre a causa das crises é a do subconsumo. Essa tese é relacionada por Roberts à obra de Rosa Luxemburgo, que, segundo o autor, argumentava que as crises são causadas pela tendência do capitalismo de produzir além da capacidade do mercado interno de consumir o excedente, levando o sistema a buscar mercados fora da esfera capitalista. Essa tese ganhou uma roupagem contemporânea por meio de versões que afirmam que as “crises are caused by a long-term fall in wages against a rise in labour’s productivity” (CARCHEDI;

ROBERTS, 2023, p.160). Em outras palavras, a produção aumenta, mas, pela tendência de compressão dos salários, a demanda diminui, o que precipita crises. Para esses autores, segundo Roberts, é a demanda agregada que movimenta a economia e não a taxa de lucro.

O argumento subconsumista, conforme Roberts, se apoia principalmente na demanda de bens de consumo. Nas teorias subconsumistas, o circuito da crise parte da queda de salários para a queda da demanda do setor 2 (bens de consumo) e, em seguida, para a redução da demanda – com superprodução e futura redução de investimento – no setor 1. Inicialmente, a queda da demanda do setor 1 afetaria os capitais que produzem meios de produção para bens de consumo e, posteriormente, os que produzem bens de capital para o próprio setor 1. O argumento é sintetizado por Roberts e Carchedi da seguinte forma: “If wages decrease, a part of the consumption goods and thus of the investment goods, cannot be sold and capital suffers a loss. Consequently, the average rate of profit falls. Lower wages are thus the determinant cause of the crisis” (Guglielmo Carchedi e Michael Roberts, p. 160). Portanto, nessas teorias, as crises seriam causadas pela queda dos salários e a queda da taxa de lucro pela diminuição dos preços das vendas – devido à queda da demanda.

Ainda segundo Roberts, apesar das inúmeras atribuições do subconsumismo a Marx, esse último negou o argumento subconsumista. Segundo Marx:

É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solventes. [...] as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém *realiter* [realmente] uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo. Já do ponto de vista desses paladinos do entendimento humano saudável e “simples” (!), esses períodos teriam, ao contrário, de eliminar as crises. Parece, pois, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade, condições que somente de forma momentânea permitem essa prosperidade relativa da classe trabalhadora e, mesmo assim, somente como prenúncio de uma crise. (MARX, 2014, p.493).

Embora a redução nas vendas de mercadorias resulte efetivamente em uma queda na taxa de lucro do capital, Roberts (e Carchedi) argumentam que é necessário considerar outro fator gerado pela queda nos salários: o aumento da taxa de lucro e dos lucros devido ao aumento da taxa de mais-valia. Como já mencionado, a taxa de mais-valia é uma contratendência à queda da taxa de lucro e pode compensar a queda da demanda. Com esse argumento os autores complexificam a discussão da queda da demanda dos trabalhadores como causa das crises.

A elevação da taxa de lucro pelo aumento da taxa de exploração, entretanto, é vista por eles como uma contratendência, portanto, como uma situação temporária e válida para capitalistas individuais ou de um dado setor. No caso do capital total, a taxa de lucro depende da mais-valia total produzida, mas a tendência dessa é de queda, devido à inevitável elevação da composição orgânica. O autor aponta para um conflito entre a tendência de alta da taxa de lucro, em decorrência do rebaixamento dos salários, e a de baixa, pela elevação da composição orgânica. Essa situação não reverte a lei da queda tendencial, mas modifica a relação direta estabelecida no subconsumismo entre queda dos salários, do consumo e da taxa de lucro e as crises. É necessário, na realidade, analisar a influência conjunta da composição orgânica e da taxa de mais-valia sobre a taxa de lucro.

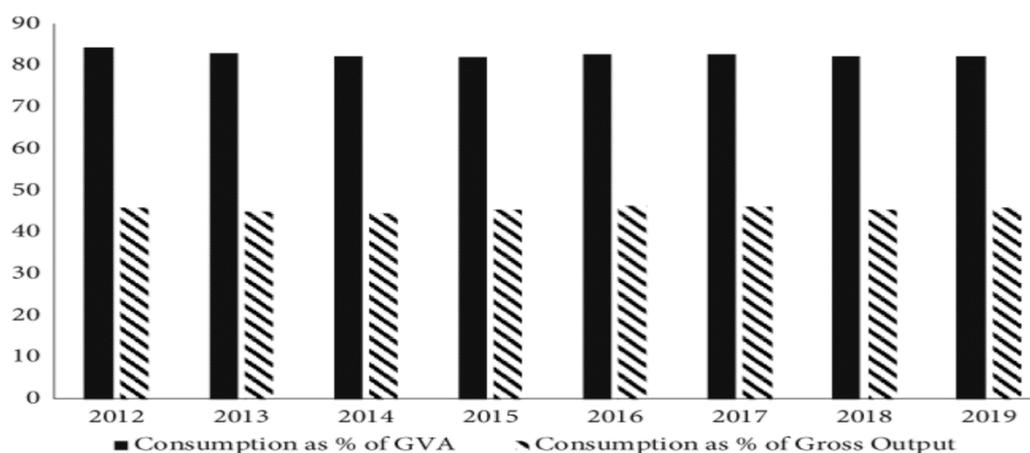
Uma variante do argumento subconsumista é a que atribui a causa das crises ao aumento da desigualdade. Essa visão, segundo os autores, “remains the dominant view not only among left economists of the Keynesian or post Keynesian variety, but also among many Marxists” (CHARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.164) e se tornou bastante difundida após a crise de 2008. Segundo os seus defensores, as bases do endividamento privado e da especulação, que levaram à bolha imobiliária cujo estouro causou a crise bancária, estariam, por um lado, no endividamento das famílias mais pobres, e por outro no aumento da especulação das famílias mais ricas. O endividamento dos trabalhadores foi incentivado pela redução do padrão de empréstimos dos bancos e pelas baixas taxas de juros vigentes, mas teve como base subjacente a redução crônica dos salários nos EUA desde os anos 80. A especulação dos mais ricos, por sua vez, teria decorrido do aumento da parcela da renda drenada para essas famílias, incentivando o investimento em ativos financeiros arriscados e vantajosos. Essa explicação combina o subconsumismo com a primeira explicação, de que a crise é essencialmente financeira.

Roberts (e Carchedi), no último livro (2023), negam o subconsumismo de forma empírica de duas formas: demonstrando o que Marx atestou no século XIX, ou seja, que antes das crises, em geral, não há diminuição dos salários, e, segundo, considerando um outro fator da demanda agregada, o investimento, como a variável mais importante para explicar a queda na demanda nos períodos pré-crise. Segundo os autores, o consumo não representa a maior parte da demanda, mas, sim, o investimento (consumo do capital). Eles sustentam esse argumento medindo o consumo em relação ao produto bruto da economia e ao valor adicionado bruto (Figura 2). O consumo é aproximadamente 70 ou 80% do valor adicionado, mas está entre 40 e 50% do produto bruto (que inclui o consumo intermediário) e o restante é demanda do

capital. Portanto, segundo os autores, “it is investment by capitalists that is the swing factor and driver of demand, not consumption by workers.” (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.162).

Outro argumento de base empírica é a análise das variações do consumo e do investimento antes das recessões, visando demonstrar quais fatores apresentam maior variação durante esses períodos. Em todas as recessões ocorridas pós-guerra observou-se que a variação do consumo foi menor que a do PIB, ao passo que o investimento caiu de 8 a 30% um ano antes do começo das recessões. Esses dados são apresentados de maneira ilustrativa no gráfico que segue (Figura 3).

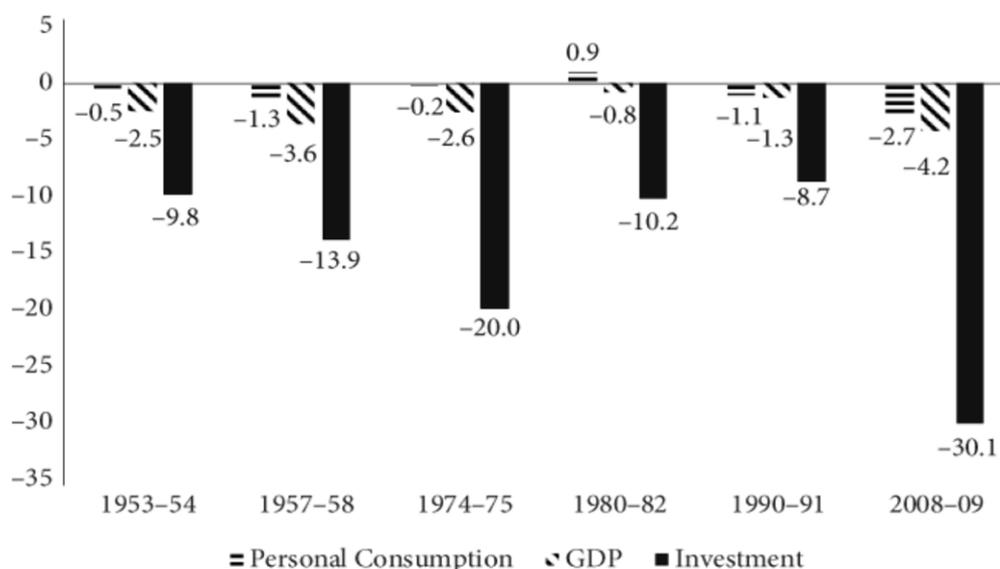
Figura 2 – Participação do consumo na produção dos EUA (%)



Fonte: CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p. 163.

Apesar do consumo ser próximo de 70% do PIB dos EUA, “is the 15–20 per cent of GDP in capital investment that is the swing factor in causing slumps.” (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.164). O terceiro argumento empírico contra as teorias subconsumistas volta contra a ideia de que salários mais altos poderiam evitar as crises. Como demonstrado por Carchedi (Tabela 1), “twelve post-World War II crises, eleven have been preceded by rising wages (as Marx suggested) and only one by falling wages (the 1991 crisis).” (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p.164).

Figura 3 – mudanças percentuais no consumo, investimento e PIB nos EUA, um ano antes de uma recessão.



Fonte: CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p. 164.

O subconsumismo, além disso, acarreta consequências políticas. Em primeiro lugar, ele carrega a possibilidade de que aumentos nos salários possam resolver as crises, quando, na realidade, esses aumentos podem diminuir os lucros, que são o objetivo da produção capitalista, precipitando crises. Em segundo lugar, conceber salários mais baixos como a causa das crises leva à ideia de que uma mudança política na distribuição de renda pode evitar as crises. Isso implica que o sistema não tem uma tendência intrínseca às crises, mas, sim para a prosperidade, bastando uma distribuição mais igualitária para evitar as crises. Segundo os autores:

[...] if the system is rational, the struggle to replace it with a different system becomes irrational, because it is a fight against a rational system, at most a pure act of will, not based on an objective movement. Labour is deprived of the theoretical basis upon which to base its struggle for a better system. Underconsumptionism is not only irreconcilable with Marxism and is not only disproven by facts: it is also inimical to labour. (CARCHEDI; ROBERTS, p.168, 2023).

Dessa maneira, não há como aliar crítica da Economia Política, ou luta socialista, e subconsumismo.

A terceira interpretação da teoria das crises de Marx é a da desproporcionalidade, que se baseia nos esquemas de reprodução apresentados por Marx no livro 2 de *O Capital*. Nesses esquemas, Marx demonstra as proporções segundo as quais a produção do setor 1 e do setor 2, em que subdivide a economia, devem ser trocadas para que a reprodução simples e a acumulação sejam possíveis, ou seja, para que a produção continue sem interrupções,

mantendo-se na mesma escala ou em uma escala superior. Segundo essa teoria, as crises surgem do desencontro entre as trocas efetivamente realizadas e as proporções necessárias à reprodução adequada da economia.

Tabela 1 – variação dos salários nos anos pré-recessão dos EUA

		Salários		Salários		Salários		Salários
	<b>1952</b>	310,5	<b>1955</b>	357,9	<b>1958</b>	358,7	<b>1968</b>	581,1
	<b>1953</b>	341,2	<b>1956</b>	380,2	<b>1959</b>	391	<b>1969</b>	609
Crises	<b>1954</b>		<b>1957</b>		<b>1960</b>		<b>1970</b>	
	<b>1972</b>	632	<b>1978</b>	725,9	<b>1980</b>	716,6	<b>1984</b>	776,1
	<b>1973</b>	669,1	<b>1979</b>	725,9	<b>1981</b>	726,2	<b>1985</b>	806,8
Crises	<b>1974</b>	836	<b>1980</b>		<b>1982</b>		<b>1986</b>	
	<b>1987</b>	872,3	<b>1989</b>	869,8	<b>1999</b>	1067,5	<b>2005</b>	1108,1
	1988		<b>1990</b>	861	<b>2000</b>	1223,3	<b>2006</b>	1135,5
Crises	1989		<b>1991</b>		<b>2001</b>		<b>2007</b>	

Fonte: CARCHEDI; ROBERTS, 2018, p. 48 (tradução e elaboração nossa).

Um primeiro erro apontado por Roberts está relacionado a alguns defensores da teoria da desproporcionalidade que consideram as trocas com base em quantidades físicas, ou seja, analisam as condições de proporcionalidade com base na quantidade de bens de consumo e produção concretos que devem ser produzidos. No entanto, essa crítica não parece ser direcionada aos autores marxistas mais conhecidos ligados a essa teoria, mas sim aos ricardianos, que consideram as trocas com base em valores de uso representados em dinheiro. A crítica, nesse caso, é a da “incomensurabilidade”, pois valores de uso diferentes são incomensuráveis e as mercadorias devem ser consideradas com base no valor.

Por outro lado, ao considerarmos o valor como base, as condições de proporcionalidade são completamente casuais, como no exemplo dado em *Capitalism in the 21st Century* (Tabela 2).

**Tabela 2 – reprodução simples em termos de valor**

Table 3.1 Simple reproduction with values contained

Sector 1: 120MP	80MP + 20MP + 20MP =120MP	$80c_1 + 20v_1 + 20s_1 = 120V_1$
Sector 2: 140MC	60MC + 40MC + 40MC =140MC	$60c_2 + 40v_2 + 40s_2 = 140V_2$

Fonte: CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p. 169.

Nessa situação,  $80c_1$  e  $40v_2+40s_2$  correspondem ao consumo interno dos setores 1 e 2 (troca interna), enquanto  $20v_1$  (capital variável do setor 1) +  $20s_1$  (mais-valia do setor 1) e  $60c_2$  (bens de capital do setor 2) representam o valor das mercadorias trocadas entre os setores. Para a reprodução simples, a condição é que  $60c_2$  seja igual a  $20v_1+20s_1$ , o que, com base no valor, se mostra impossível. A questão se torna mais complexa porque, no capitalismo, as trocas não são feitas com base no valor, mas em preços de produção. Para calcular esses preços é necessário descobrir a taxa média de lucro, que, nesse caso, é a taxa média resultante da troca entre os dois setores e não da economia como um todo. Levando em consideração a taxa de lucro média e os preços de produção, a aparência é que os próprios esquemas de reprodução de Marx perderiam a validade. A questão, no entanto, é mais complexa.

Segundo os autores,

Marx did not link the reproduction schemes to a theory of crises. He sought the proportions within which the two subsectors must exchange their product for the economy to reproduce itself on the same or an enlarged scale. He disregarded crises within this context, and with good reason. (CARCHEDI; ROBERTS, 2023, p. 170).

A boa razão citada pelos autores é que a taxa de lucro, cuja queda é a causa da crise, é uma medida da economia como um todo, enquanto os esquemas de reprodução abrangeriam apenas a taxa de lucro que surge da troca intersetorial, desconsiderando a taxa de lucro da produção que é consumida internamente nos dois setores. Para a teoria das crises, no entanto, não basta considerar a taxa de lucro das trocas entre setor 1 e 2, pois deve considerar a economia como um todo.

A tese da desproporção é reforçada pela ideia de que as crises gerais são causadas pela queda da lucratividade em um setor, que se espalha para outro. Para Roberts e Carchedi, no entanto, a crise de lucratividade de um setor não pode explicar a crise geral. Nas trocas intersetoriais a perda de mais-valia de um setor significa o ganho de outro. Se o setor 1 sofre com uma queda da lucratividade e entra em crise a mais-valia perdida pelo setor é transferida para o setor 2 nas trocas intersetoriais. E, caso a crise afete a produção do setor 1 a ponto de impedir a reprodução do setor 2, “capital moves to sector 2 and proportionality is re-established.” (Guglielmo Carchedi e Michael Roberts, p. 170). Isso torna inviável a explicação das crises, principalmente da recorrência das mesmas crises, pela desproporcionalidade.

Uma versão menos conhecida da teoria da desproporção criticada por Roberts é a de Pavel Maksakovsky (2009). Esse autor russo atribua o impulso do ciclo de alta da acumulação à renovação do capital fixo que se segue à destruição de valor nas crises. Essa renovação massiva incrementaria a demanda por bens do setor 1, o que geraria uma desproporção entre a produção e a demanda de meios de produção, com a última crescendo mais rápido do que a

primeira. O aumento da demanda por bens do setor 1 também causaria uma desproporção na distribuição do capital entre os setores, pois a elevação dos preços dos bens do setor 1 em relação aos dos bens de consumo incentiva a migração de capital para o setor 1. Com isso, cresceriam a capitalização e a produção do setor 1. Essa produção aumentada de meios de produção, no entanto, logo levaria a uma superprodução de capital quando a demanda cessasse de aumentar no decorrer do ciclo e a prosperidade se convertesse em crise. Isso resultaria em uma desproporção entre produção e consumo de bens do setor 1, mesmo com o impulso da demanda representado pelo crescimento da produção de bens de consumo (que demanda do setor 1). Para Roberts e Carchedi, no entanto, a desproporcionalidade entre investimento e consumo não são capazes de explicar as crises do capitalismo, pois

Historically, business investment always grows faster than workers' consumption – that is the result of capitalist accumulation, that is, of the tendential increase in the organic composition of capital. But this does not create a chronic slump or permanent stagnation because investments create their own demand (capitalist demand). Indeed, investment drives the productivity of labour and thus drives economic growth. The problem is when investment collapses, not when it grows 'too fast'. (2023, p.171-2)

Na teoria de Maksakovsky, as crises são atribuídas à queda da demanda e dos preços, não à queda da lucratividade. Portanto, a teoria não trata da taxa de lucro, mas do movimento da produção motivado pela demanda. O que falta nessa explicação é o “motivo” por trás do aumento ou da queda da demanda. Para Roberts e Carchedi, sem uma taxa de lucro crescente, não haverá um aumento de demanda de bens – à qual Maksakovsky atribui a expansão da produção. Portanto, é a taxa de lucro em ascensão que, por um lado, impulsiona o investimento em capital fixo e estimula o aumento da produção, enquanto a queda na taxa de lucro leva à destruição de capital e à redução da atividade econômica.

### **3 A MEDIDA DA TAXA DE LUCRO E OS CICLOS DO CAPITALISMO: QUESTÃO DE MÉTODO.**

Como já mencionado, a fórmula básica para medir a taxa de lucro a la Marx é  $m/c+v$ . Entretanto, um problema básico colocado historicamente no interior do marxismo é como, a partir dos dados macroeconômicos disponíveis, medidos em dinheiro, representar e mensurar essas variáveis. As perguntas são diversas, sendo algumas delas: como (e se é necessário) operar uma transformação das medidas em valor em medidas monetárias; como medir a mais-valia; como medir o capital variável e se é correto incluí-lo na medida do capital; como medir o capital constante e os setores da economia a serem considerados (privado, produtivo, estatal, etc.). Dentro dessa última entram duas considerações. A primeira é sobre a inclusão do capital circulante, pois, na medida de Marx, ele está incorporado em “c”, mas sua inclusão carrega consigo dificuldades de como medir. E, segundo, se o capital constante deve ser medido a “custos históricos” ou a “custos correntes” (de reposição). O primeiro tópico desse capítulo visa apresentar o debate e situar a posição metodológica estabelecida por Roberts em seus escritos.

O segundo tópico de ordem metodológica, mas também teórica, diz respeito a uma discussão desdobrada a partir da primeira. Como estabelecido já por Marx, e evidente na realidade, a vocação do sistema capitalista é global, ou seja, o capital como relação social tende a controlar a produção e a circulação em nível mundial. Apesar do conteúdo global, é nas formas nacionais que a produção se realiza. É nessas esferas nacionais, portanto, que se forma uma taxa média de lucro e são os diferentes Estados e instituições nacionais que disponibilizam dados da produção. Por isso, a análise da taxa de lucro é feita, geralmente, a nível dos Estados. No segundo tópico do capítulo será discutido o posicionamento de Roberts no debate sobre a possibilidade de estabelecer e calcular uma taxa de lucro mundial.

Por fim, no terceiro tópico, o tema é o dos ciclos do capitalismo. Esse debate tem longa tradição, remontando ao século XIX e às análises de Marx e Engels, com consequências teóricas e metodológicas. O caráter teórico é mais evidente, pois se trata de identificar regularidades em indicadores da economia, estabelecendo se eles possuem caráter cíclico, a forma desses últimos e como ocorrem. Na obra de Roberts, entretanto, o debate é também de ordem metodológica porque o autor não apenas anui a existência dos ciclos (cujo principal é o da taxa de lucro), mas, utiliza esses ciclos para diagnosticar fenômenos e oferecer prognósticos, que são, segundo o próprio, as funções da ciência.

### 3.1 A medição empírica da taxa de lucro geral ou da “economia como um todo”.

No apêndice “Cálculo da taxa de lucro” de *The Long Depression* (2016), Roberts apresenta a sua forma de medir a taxa de lucro. Para o autor, a mais-valia corresponde ao excedente total produzido na economia. O capital variável corresponde aos salários (diretos e indiretos) de todos os setores da economia, portanto tanto do setor privado (produtivos e improdutivos) como do público. E o capital constante se restringe aos ativos fixos usados pelo setor capitalista, excluindo propriedades residenciais, do governo e as que são utilizadas para outros fins que não a produção voltada para o mercado.

O autor resume seu cálculo da seguinte forma:

Most measures of the rate of profit in this book follow a simple formula.  $S$  = net national product (that's GDP less depreciation) less  $v$  (employee compensation);  $c$  = net fixed assets (either on a historic or current cost basis); and  $v$  = employee compensation, that is, wages plus benefits.  $e$  measure of value is usually for the whole economy and not just for the corporate sector (which would exclude employee costs or the product appropriated by government from the private sector through taxation). It also includes the value and profits appropriated by the financial sector, even though it is not productive in the Marxist sense.  $e$  measure of constant capital is for the capitalist sector only and so excludes household investment in homes and government investment. (ROBERTS, 2016, p. 274)

A essa forma de medir ele denomina taxa lucro para a economia como “um todo”, diferenciando-a de medidas que incluem apenas o setor privado capitalista no capital variável (ele considera os salários e benefícios de toda a força de trabalho) e que excluem lucros financeiros da medida do valor excedente. Essa forma de medir é considerada pelo autor a mais simples e correspondente à de Marx. Ainda segundo Roberts, as diferentes formas de medir a taxa de lucro pelos marxistas – incluindo lucros financeiros ou apenas os das empresas produtivas, considerando-os antes ou depois de impostos, medindo o capital constante a custos históricos ou correntes, incluindo o capital circulante ou apenas os ativos fixos – não modificam o principal achado, qual seja: desde 1948, a economia dos Estados Unidos (e de parte dos países desenvolvidos) vive uma queda secular da taxa de lucro. As diferenças metodológicas influiriam apenas quantitativamente na variação da medida e nos seus pontos de inflexão. Embora o autor estudado enfatize que essas diferenças não revolucionam o problema da lucratividade, é importante não subestimá-las, uma vez que têm impacto significativo no movimento cíclico da taxa e, conseqüentemente, nas crises de lucratividade, tema por excelência de Roberts.

Os estudos que utilizam uma medida próxima à de Roberts confirmam “the secular decline in the US ROP since 1946 but also agree that there was a cyclical movement in the ROP, with turning points of a peak in 1965-66, a trough at 1982 and then a peak in 1997, not surpassed since.” (2016, p.276). Em oposição a essa afinidade de autores como Minq Li, Fenq Xiao e Andong Zu (2007), David M. Kotz (2008) e Anwar Shaikh (2011), Roberts opõe o estudo de Andrew Kliman, que não corrobora com a hipótese da “recuperação neoliberal” (entre 1982 e 1997), mas, sim, defende a tese do declínio permanente da lucratividade desde os anos 40.

Desde suas primeiras publicações, Roberts tem se dedicado à análise da taxa de lucro, de forma que já no seu primeiro livro refletiu sobre a medida empírica. Suas análises se referem principalmente à economia dos EUA (devido à abundância de dados, facilidade de acesso e à representatividade dessa economia na produção mundial). No entanto, já em *The Great Recession* (2009), Roberts buscou avançar na medida da lucratividade de outras economias. Ele notou que há variações no comportamento das taxas de lucro nacionais e muitos desafios para a utilização de diversas fontes de dados. Mesmo assim, apresentou os resultados, que serão mencionados no tópico seguinte.

Depois do primeiro trabalho, Roberts avançou consideravelmente em seu estudo sobre a taxa de lucro de outras economias e na hipótese de estabelecer uma taxa de lucro global. Inicialmente, o autor era cético quanto à viabilidade desse cálculo, não apenas por questões técnicas relacionadas ao acesso aos dados, mas, também, por considerações econômicas, incluindo as condições necessárias para calcular uma taxa de lucro média em uma economia global, como a mobilidade de capitais entre diferentes países. No entanto, esse ceticismo foi dissipado ao longo do tempo, principalmente pela integração cada vez maior da China ao circuito financeiro mundial. Assim, a cada ano, Roberts não só analisa a taxa de lucro da economia dos EUA, mas, também, a taxa mundial. Esse será o foco do próximo tópico. Antes de avançarmos nele, cabe aprofundar algumas discussões sobre a medida da taxa de lucro.

Antes dessa última discussão, é importante mencionar que a medida da taxa de lucro da “economia como um todo” foi sintetizada em um manual por Anders Axelsson (2014). Esse texto é um guia amplamente referido por Roberts de como reproduzir a medida da taxa de lucro dos EUA a partir da metodologia utilizada por ele próprio. Axelsson sintetiza como encontrar as estatísticas para medir a taxa de lucro no Bureau of Economic Analysis, em cujo site os dados podem ser encontrados<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>U.S. Bureau of Economic Analysis (BEA). Bea.gov. Disponível em: <https://www.bea.gov/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

Cabe agora demonstrar como Roberts responde a algumas questões metodológicas que julga importante e que são alvo de debates a respeito da medida da taxa de lucro (ROBERTS, 2015). Essas questões serão respondidas brevemente e principalmente a partir de considerações do autor a respeito do trabalho de outros, especialmente os do campo marxista. A primeira é qual a definição de taxa de lucro? É  $m/c+v$  ou alguma variante?”. A segunda é: o capital constante deve incluir capital fixo e circulante, ou apenas o primeiro? A terceira: o capital fixo deve ser medido a custos históricos ou correntes? Em parte, essas questões foram respondidas acima pela própria opção de Roberts quanto à “taxa de lucro geral” ou da “economia como um todo”, mas cabe ilustrar o debate e demonstrar as implicações dessas escolhas para os resultados.

A fim de ilustrar a primeira pergunta foram escolhidos dois debates nos quais Roberts se posiciona. O primeiro é com Simon Mohun (2012), que fez a crítica da medição marxista tradicional da taxa de lucro, e o segundo com Thomas Piketty (2014), que propõe uma explicação da economia capitalista baseada em um aumento da taxa de retorno sobre o capital “net rate of return on capital (r)”, o que Roberts toma como o oposto da LQTTL marxista, que propõe uma queda da taxa de lucro no capitalismo. A discussão com Mohun se dá no interior do marxismo e tem caráter metodológico – sobre a medição monetária da mais-valia e do capital variável a partir das contas nacionais –, já a realizada com Piketty confronta diagnósticos de teorias distintas.

Mohun (2012) argumenta, contra as abordagens marxistas tradicionais, que estas, ao trabalharem com os dados da economia dos EUA, erram na consideração do que seria lucro (mais-valia) e capital variável, propondo, assim, a construção de uma “class rate of profit”. Essa proposição nasce, em parte, de uma interpretação específica de um trecho de *O Capital* no qual Marx diz que “individuals are dealt with here only in so far as they are the personifications of economic categories, the bearers of particular class-relations and interests” (MARX, 1976, p. 92). A conclusão de Mohun é que os ganhos dos trabalhadores que dentro do processo produtivo cumprem a função de supervisionar o trabalho (os supervisores) devem ser incluídos dentro do grupo que personifica a categoria econômica “capital”.

As perspectivas marxistas “tradicionais”, no entanto, ao considerarem os salários, como faz Roberts, pela proxy “employee compensation” das contas nacionais, incluem como ganhos do trabalho rendimentos do capital, pois essa rubrica abrange grande parte dos rendimentos dos “muito ricos” (em termos de renda) e é muito ampla para ser uma categoria que dê conta das relações de produção como deve ser a marxista. Ela subestima rendimentos que não são distribuídos à classe trabalhadora, incluindo junto do “salário tradicional” outras fontes de renda,

tornando confusas as definições de participação nos lucros e de taxa de lucro construídas por marxistas.

O erro de definição sobre o que é lucro e o que é salário faz da taxa de lucro tradicional uma medida imprecisa. A taxa de lucro é definida por Mohun (2012) de acordo com a abordagem de Foley (1982). Nesta, a produtividade do capital (a razão entre valor adicionado e estoque de capital fixo) representam as forças produtivas e a participação dos lucros (mais-valia) as relações de produção, “combining the two generates the overall rate of profit for the economy as a whole” (MOHUN, 2012, p.3), A fórmula é a seguinte:

$$r = \frac{\Pi}{Y} \frac{Y}{K}$$

A taxa de lucro é o produto de  $\Pi/Y$ , que é participação dos lucros ( $\Pi$ ) no valor adicionado ( $Y$ ), pela produtividade do capital ( $Y$ , valor adicionado, e  $K$ , estoque de capital fixo).

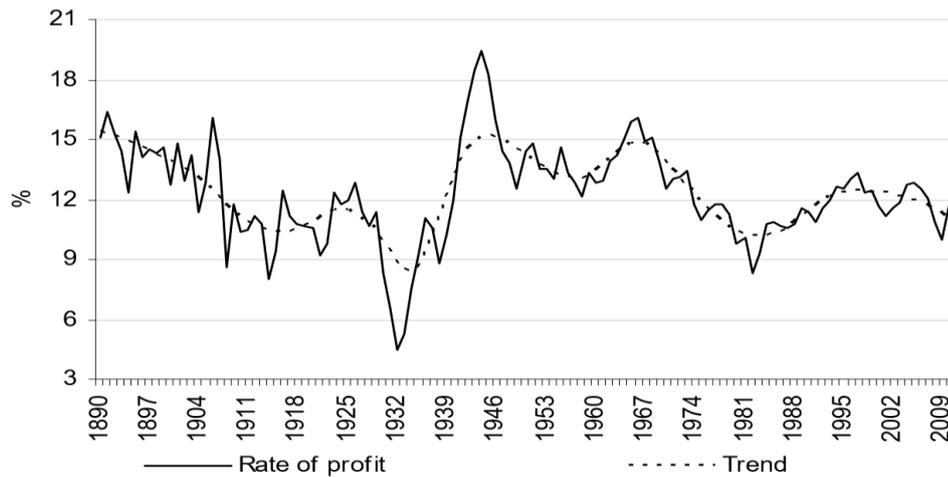
Como o numerador da participação dos lucros ( $\Pi$ ) na taxa de lucro tradicional é definido como o que resta do valor adicionado ao serem subtraídos os salários calculados medidos pela “employee compensation”, essa medida exclui dos lucros uma parcela significativamente maior dos salários do que deveria, fazendo a primeira razão parecer diminuir ao longo do tempo e, com ela, a taxa de lucro. A tendência da primeira medida, ou seja, taxa de lucro tradicional, sintetizada por Mohun, é expressa no gráfico abaixo (Figura 4).

Essa taxa de lucro mostra flutuações ao longo do tempo, mas com uma tendência baixista. Nas palavras de Mohun:

From 1890 to around 1916, the trend was falling, followed by a decade of rising trend. There was then a collapse into the Great Depression, and a strong recovery through to 1944. After a small fluctuation this peak was revisited in the mid-1960s. Thereafter, the trend was falling to the early 1980s, and it then rose modestly to the end of the century. These movements are broadly the same as the movements in capital productivity (MOHUN, 2012, p. 18).

A taxa de lucro espelha em parte o movimento da produtividade do capital nos EUA. A participação dos lucros ( $\Pi/Y$ ) calculada com a definição tradicional distorce a medida da lucratividade ao aprofundar os momentos de baixa da produtividade do capital e amortecer os momentos de alta.

Figura 4 – Movimento da taxa de lucro dos EUA (1890-2010) calculada a partir da forma tradicional



Fonte: MOHUN, 2012, p. 18.

Em contraste, a “class rate of profit” proposta por Mohun, que abrange no numerador lucros mais renda do trabalho não acumulada por trabalhadores, tem uma tendência de alta ao longo do tempo. Essa medida é sintetizada na seguinte fórmula:

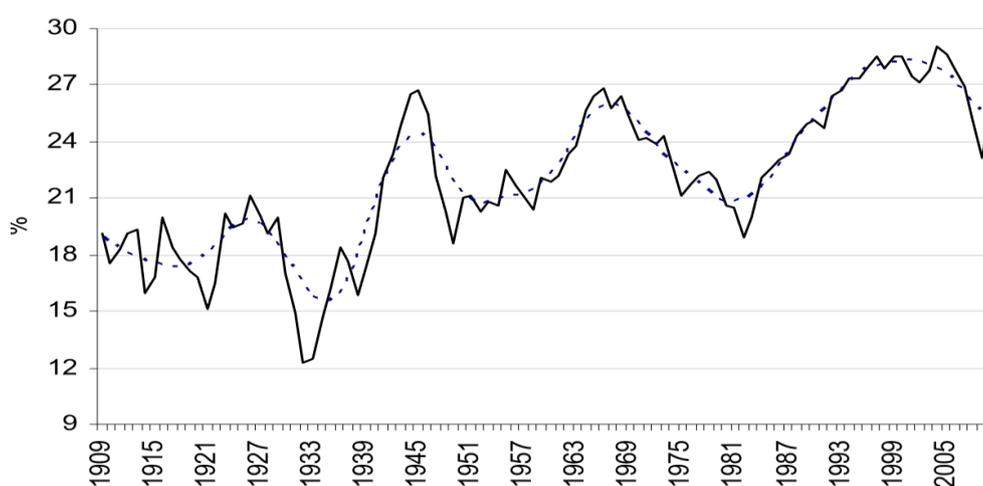
$$r_{class}^{max} = \frac{(\Pi + W_u^s) Y}{Y} \frac{Y}{K}$$

Em que  $\Pi$  são os lucros,  $W_{su}$  os salários dos “supervisores”,  $Y$  o valor adicionado e  $Y/K$ , novamente, a produtividade do capital. Como a tendência de longo prazo é de aumento do “ $W_{su}$ ”, as conclusões para a taxa de lucro são distintas, o que pode ser visto no gráfico abaixo (Figura 5). Na conclusão de Mohun para essa medida, a taxa de lucro “is generally rising through time; that is, there is a marked long-run tendency of this class rate of profit to rise. That rise is punctuated by short-run stagnation of profitability that precedes serious crises in 1913, 1929, 1979, and 2007-8.” (MOHUN, 2012, p. 4).

Michael Roberts é absolutamente crítico da abordagem “de classe” proposta por Mohun. Primeiramente, ele não aceita “the thesis that ownership of the means of production is now an irrelevant criterion for the class nature of capitalism.” (ROBERTS, 2012a). O autor pontua que a definição de Marx, de participação no controle dos meios de produção, ainda é o critério definidor da classe social e que não é possível redefinir grande parte dos trabalhadores de

supervisão como pertencente à classe dominante ou agentes do capital. Com a classificação de Mohun, segundo Roberts, um a cada cinco trabalhadores dos EUA estariam na posição de agentes do capital, o que seria inadequado, ainda, porque em termos de rendimentos, essa categoria de “supervisory workers” é muito heterogênea, com “most of the income earned by these ‘supervisory workers’ went to the top layers, in other words, income was skewed to the top. So reducing the 19% to a lower figure would make little difference to the amount to transfer from wages to profits.” (ROBERTS, 2012a).

**Figura 5** – Movimento da “taxa de lucro de classe” para os EUA (1890-2010).



Fonte: MOHUN (2012, p. 20).

Para Roberts, na realidade (com os dados da época), apenas 1% daqueles trabalhadores de supervisão poderiam ser definidos como agentes do capital, o que incluiria os CEOs, gerentes e altos executivos. Nos EUA o 1% mais rico, à época, obtinha 23,5% da renda total, mas apenas 25% da renda dessa parcela era proveniente de salários (ROBERTS, 2012a), o que correspondia a 6% de todos os salários e não a 35% que a categoria utilizada por Mohun (19% da força de trabalhadora) mostrava. Se, no lugar de transferir 35% das rendas salariais para os lucros (como na “classe rate of profit”) fossem transferidos apenas 6%, a diferença entre a taxa de lucro tradicional e a “de classe” seria pequena.

Roberts conclui que a taxa de lucro convencional criticada por Mohun, que é muito próxima à dele próprio, é mais adequada para calcular a lucratividade dos EUA e que não havia necessidade de uma nova medida. Segundo o autor, ainda, Mohun utilizou a taxa convencional em trabalho anterior (2010) e chegou à conclusão que “US capitalism is characterised by long

secular periods of falling profitability and long secular periods of rising profitability and crises are associated with major turning points” (MOHUN, 2010, p.2), diagnóstico que julga válido

Piketty (2014), ao contrário de Mohun, não busca uma definição mais afim às categorias marxianas, propondo uma outra medida central, diferente da taxa lucro marxista, para a análise do capitalismo, chegando a um diagnóstico distinto do marxiano. Essa medida é a taxa de retorno do capital ( $r$ ). Segundo o economista francês,

The concept of the rate of return on capital also plays a central role in many other theories. In any case, the rate of return on capital measures the yield on capital over the course of a year regardless of its legal form (profits, rents, dividends, interest, royalties, capital gains, etc.), expressed as a percentage of the value of capital invested. (PIKETTY, 2014, p.42).

A taxa de retorno do capital, de acordo com Piketty, desempenha um papel crucial na compreensão da lucratividade, especialmente do ponto de vista marxiano. O economista argumenta que a taxa de lucro marxiana e a LQTTL, embora possam apresentar uma intuição perspicaz, carecem de um diagnóstico preciso. Piketty sustenta que a taxa de retorno do capital é uma métrica mais apropriada e abrangente que a taxa de lucro e a taxa de juros, capturando de maneira mais completa os aspectos fundamentais relacionados à concentração de riqueza e desigualdade.

A métrica ( $r$ ) é uma das bases do que Piketty denomina "primeira lei do capitalismo". baseada na identidade contábil  $\alpha = r \times \beta$ , aonde  $\alpha$  é a participação do capital na renda nacional,  $r$  é a taxa de retorno do capital e  $\beta$  é a razão estoque de capital/renda nacional. Pode-se concluir, a partir dela, que, uma vez que o aumento da participação do capital na renda indica um aumento da desigualdade, o aumento da taxa de retorno do capital intensifica a desigualdade. Contrariando a perspectiva de Marx, Piketty argumenta que a variável " $r$ " não diminui ao longo do tempo, tendo permanecido constante ou até mesmo aumentando ao longo do século XXI. Em uma análise crítica de Piketty, Roberts resume a questão afirmando que, para Piketty, “the issue for 21st century capitalism is that if  $r$  grows faster than  $g$  (net real national income growth), then capital’s share of income will grow and the global capital/income ratio will eventually reach unsustainable levels” (ROBERTS, 2018, p.107). Assim, a crise do capitalismo, segundo Piketty, não adviria das contradições internas do modo de produção, mas de uma instabilidade social crescente.

A segunda lei fundamental do capitalismo de Piketty é descrita a partir da fórmula  $\beta = s/g$ , aonde  $\beta$  é a relação capital/renda,  $s$  a taxa de poupança e  $g$  a taxa de crescimento da renda. Essa relação mostra que “a country that saves a lot and grows slowly will over the long run

accumulate an enormous stock of capital (relative to its income), which can in turn have a significant effect on the social structure and distribution of wealth.” (PIKETTY, 2014, p.120). O motivo da alta taxa capital/renda nacional, que indica uma alta concentração de renda, no século XXI, seria explicada para o autor pela volta do regime de baixo crescimento da produção (g).

A argumentação central de Piketty é que a taxa de retorno do capital, representada por "r", permanece praticamente constante ao longo do tempo, sendo a mudança principal observada na taxa de crescimento econômico (g). No século XXI, a taxa de crescimento econômico é inferior à taxa de retorno do capital, o que faz a desigualdade econômica tende a se acentuar. Roberts critica a visão da estabilidade de “r” e indica que o economista chega a essa conclusão devido a uma definição incorreta de capital. Piketty “defines capital as the same as wealth and thus includes residential property, even though houses are not means of production and do not ‘earn’ an income (unless they are owned by real estate companies and rented out).” (ROBERTS, 2014). Incluindo propriedades residenciais nos cálculos, Piketty obtém resultados distorcidos sobre a taxa de retorno.

Piketty, além disso, imputa a Marx um diagnóstico que não corresponde ao mecanismo da LQTTL. Segundo o economista:

For Marx, the central mechanism by which “the bourgeoisie digs its own grave” corresponded to what I referred to in the Introduction as “the principle of infinite accumulation”: capitalists accumulate ever increasing quantities of capital, which ultimately leads inexorably to a falling rate of profit (i.e., return on capital) and eventually to their own downfall. Marx did not use mathematical models, and his prose was not always limpid, so it is difficult to be sure what he had in mind. But one logically consistent way of interpreting his thought is to consider the dynamic law  $\beta = s / g$  in the special case where the growth rate  $g$  is zero or very close to zero. (PIKETTY, 2014, p.164).

Esse diagnóstico corresponde à da teoria da diminuição da produtividade marginal do capital, que Marx negou (ROBERTS, 2018). O movimento da lucratividade em Marx não é explicado pelo movimento de uma acumulação infinita, mas pelo aumento do valor dos meios de produção em relação à força de trabalho empregada (composição orgânica). Em um caso concreto, o da Segunda Guerra, Piketty afirma que o alto retorno de capital se dava pela “escassez de capital”, Roberts contrapõe um diagnóstico marxista. A taxa de lucro era alta porque valores de capital foram destruídos. Apesar da imputação de Piketty sobre a escassez de dados empíricos que sustentem a lei marxiana, Roberts mostra como o marxista argentino Esteban Maito (2014) conclui, com os dados de 14 economias, que houve uma queda da taxa de lucro desde o fim do

século XIX. Portanto, ao invés da “r” de Piketty, tanto teórica quanto empiricamente, Roberts defende a vigência da taxa de lucro marxista.

A segunda pergunta, referente à inclusão ou não do capital circulante, foi respondida em texto não publicado de Roberts e Carchedi (2012). A análise desses autores se concentra no capital circulante variável, mas eles argumentam que é válida para o capital circulante fixo, que eles também julgam que pode ser considerado na medida da taxa de lucro. Apesar de omitirem o capital circulante constante em suas análises da taxa de lucro, diferente de outros marxistas, esses autores não concordam que a exclusão se deva à dificuldade de determinar o número de rotações do capital durante um ano (CARCHEDI; ROBERTS, 2012), que é a explicação de marxistas como Kliman (2011) e Jones (2012). Para esses autores, encontrar essa medida seria essencial porque a taxa de lucro  $m/c+v$  de Marx tem o capital de uma rotação como denominador e, para calculá-lo, seria necessário dividir os dados disponíveis, medidos em estoques de capital acumulados no ano de referência, pelo número de rotações anuais. Na impossibilidade de encontrar o número de rotações, o denominador da taxa de lucro média deve ser apenas o capital constante fixo, excluindo o capital circulante (fixo e variável).

Roberts e Carchedi, ao contrário, consideram a preocupação com o cálculo do capital investido em uma rotação irrelevante. O denominador da taxa de lucro média deve ser o do capital total investido em um período (um ano por exemplo) e não em uma rotação, sendo desnecessário dividir o capital total pelo número de rotações. Eles propõem a consideração do capital circulante total para um período. Na visão contrária à dos autores, por exemplo, se 600 foram investidos em um ano, realizando doze rotações, apenas 50\$ foram investidos, daí ser importante não o total, mas o investido em cada rotação. Para os autores, no entanto, esses 50\$ investidos e realizados em cada rotação são o retorno da mesma soma de dinheiro, mas não do mesmo capital. Se 50\$ de capital circulante variável são investidos, por exemplo, estes são gastos pelos trabalhadores e um novo valor é criado, “to hold the contrary view, that the money spent today represents yesterday’s labour power and thus is yesterday’s variable capital, means implicitly to cancel time, to accept a simultaneist view” (CARCHEDI; ROBERTS, 2012, p. 2). Como os 50\$ investidos e retornados nas estatísticas como estoque de capital são o resultado de diferentes processos de trabalho e não do mesmo, o capital total é 600\$ e não 50\$.

Para provar que tudo o que é necessário para calcular a taxa de lucro média anual é o capital total investido em um ano (o que é possível obter das estatísticas oficiais), não o número de rotações, os autores propõem três exemplos. No primeiro, um capitalista que investe 50\$ unicamente em capital variável em doze rotações, com taxa de mais-valia de 100%, obtém uma taxa de lucro anual de  $12 \times 50 / 12 \times 50$ , ou seja, 100%. No segundo caso, doze capitalistas

investindo 50\$ cada por um mês, com a mesma taxa de mais-valia, obtém uma taxa de lucro de 50/50, ou seja 100%. A taxa média da economia seria  $50 \times 12 / 50 \times 12$  no ano, ou seja, 100%. O terceiro é o de um capitalista que investe 600\$ em uma rotação anual, que também terá 100% de taxa de lucro. Assim, segundo os autores, a taxa de lucro, independentemente do número de rotações do capital circulante, é calculada, para um período, a partir da produção total de lucro e do capital investido durante o mesmo período (um ano, no caso).

Essa visão é válida tanto para o capital fixo circulante quanto para o capital variável.

Conforme os autores:

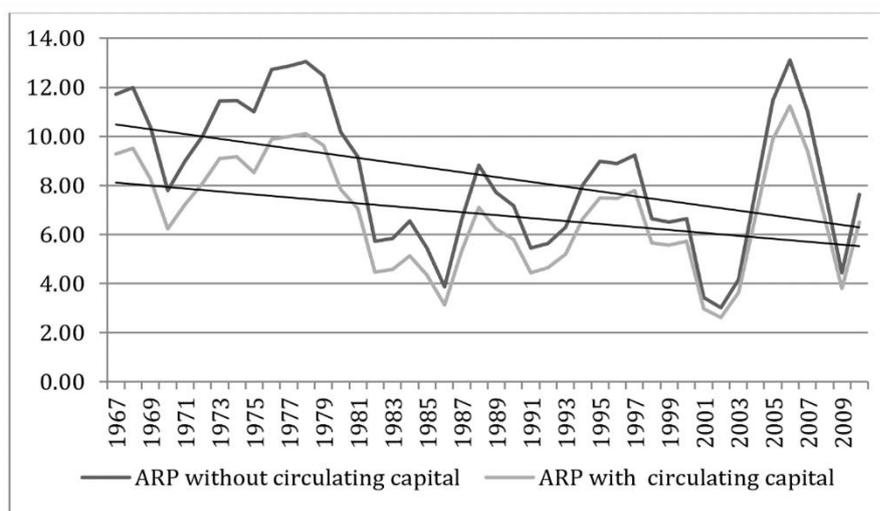
The above holds also for circulating constant capital. Suppose the statistics show that in one year a value of \$400 has been invested as circulating capital. This value can be the result of a value of \$40 invested 10 times or of \$400 invested only once. But we need not know which of these two (or any other) alternatives applies. The statistics do not show the value invested in one turnover. Rather they show the value invested in the whole year and thus the product of whatever value has been invested times whatever number of turnovers. So knowing the numbers of turnovers is irrelevant for our purposes and dividing the total capital invested by the number of turnovers would be mistaken. (CARCHEDI; ROBERTS, 2012, p.5).

Por fim, os autores questionam a consequência da inclusão do capital circulante na evolução da taxa de lucro dos EUA por eles calculada.

O gráfico abaixo (Figura 6) exhibe a taxa de lucro para o setor produtor de mercadorias com e sem o capital circulante incluído no capital investido. A primeira conclusão dos autores sobre o resultado é que a trajetória de queda da taxa de lucro é mais acentuada se o capital circulante for incluído, mas a tendência de queda é a mesma nos dois casos. Segundo, cristas e vales de ambas as medidas coincidem proximamente. Além disso, “the correlation coefficient between the two measures of the ARP is 0.99.” (CARCHEDI; ROBERTS, 2012, p. 5).

Segundo os autores, os resultados encontrados em seus trabalhos sobre a lucratividade continuam válidos com as considerações feitas sobre o capital circulante. Portanto, não há motivos para o ceticismo quanto à inclusão do capital circulante variável pelo problema da rotação, pois como “it is a yearly, stock quantity and, as such, it is a Marxist measure of variable capital. This measure can and should enter the denominator of the ARP” (CARCHEDI; ROBERTS, 2012, p. 7). A inclusão do capital circulante não invalida a análise, oferecendo inclusive uma taxa de lucro mais precisa e validando melhor a LQTTL.

Figura 6 – evolução da taxa de lucro média nos setores produtores de bens incluindo e excluindo o capital circulante para os EUA (1967-2011)



Fonte: CARCHEDI; ROBERTS (2012, p. 6).

A terceira pergunta, sobre a medida do capital fixo, a custos históricos ou custos correntes, é outro dos temas frequentes em Roberts. A diferença entre as duas é que:

[...] o capital fixo a custos correntes é o montante investido aos preços atuais, ou seja, aos preços que seriam pagos em caso de necessidade de reposição do capital. Por isso, custos correntes são também denominados de custos de reposição. A abordagem de custos históricos, por outro lado, considera o valor investido em capital fixo no momento do investimento. (CLEMENTE; MALDONADO, 2022, p.2).

Há um extenso debate no interior do marxismo sobre o tema (KLIMAN, 2009). Aqui, serão apenas pontuadas considerações de Roberts a respeito da relevância do tema em seus comentários sobre a obra de Andrew Kliman, *The Failure of Capitalist Production*, pois esse último autor é defensor da medida da taxa de lucro a custos histórico, negando que a medida a custos correntes seja uma “taxa de lucro” útil para compreender o movimento da economia.

Para Kliman, a consistência da LQTTL depende da consideração da taxa de lucro com o denominador sendo o investimento realizado aos preços pagos originalmente pelos capitalistas. Seria incorreto substituir os valores de capital (preços) investidos no início do ciclo pelos preços no final da rotação, pois “that makes the cost of capital lose its temporal quality; both past and future prices are then determined simultaneously” (ROBERTS, 2012b), o que iria de encontro a realidade e à Lei de Marx. A consideração da taxa de lucro nesses termos influi significativamente nos resultados obtidos. No caso dos EUA, por exemplo, para Kliman, é por desconsiderar essa forma mais adequada (historical costs) que autores do marxismo, como HUSSON (2010), encontram um período de recuperação da taxa de lucro durante os anos 80 e

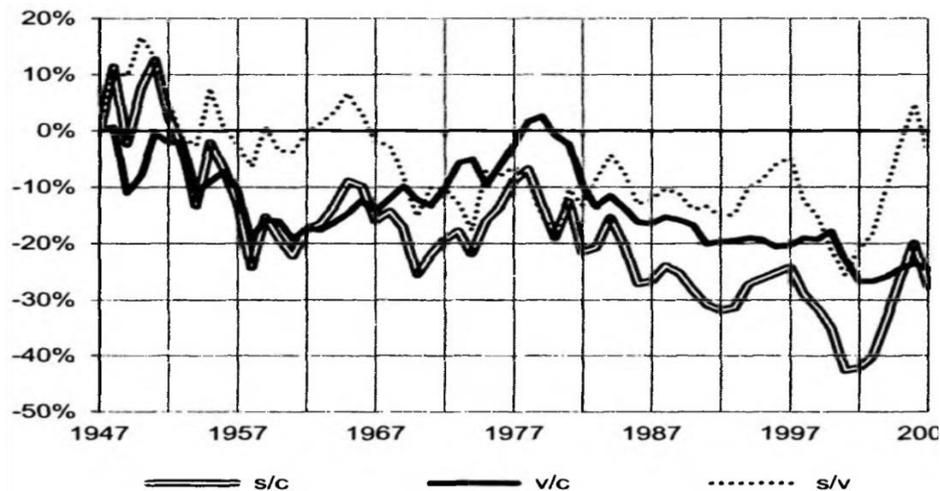
90, negando a tendência de queda desde 1947 e a causalidade indireta entre a LQTTL e a Grande Recessão.

Kliman é crítico das pesquisas que defendem que os anos 80 e 90 foram de recuperação da taxa de lucro (neoliberalismo). Um dos motivos é que elas não conseguem explicar o motivo de, mesmo com uma suposta recuperação nos anos 80 e 90, a taxa de acumulação da economia dos Estados Unidos (e com ela a produção e os salários) não ter crescido no período, o que é contraditório, visto que taxa de acumulação e a taxa de lucro são medidas intrinsecamente relacionadas. A inconsistência dessas explicações, segundo Kliman, se deve à forma de medir a taxa de lucro, pois ““the current-cost rate of profit’ is actually not a rate of profit at all. In particular, it does not regulate businesses’ investment behavior. Thus, it is not surprising that the rate of accumulation has declined even as the current-cost “rate of profit has risen”” (KLIMAN, 2009, p.94).

A opinião de Roberts nesse extenso debate é favorável ao argumento de Kliman. Desde os primeiros textos, de resenha do livro de Kliman, ele afirma que “also I agree that it must be right to use historic costs to value correctly the fixed assets of the capitalist sector in measuring the rate of profit. This is consistent with Marx’s analysis of capital and is what capitalists do anyway in gauging profits. (ROBERTS, 2011). Apesar de concordar que esse método é afim à medida marxista, discorda dos resultados alcançados por Kliman (Figura 7) sobre a lucratividade, quer seja medida a custos correntes ou históricos. Para Roberts, a LQTTL explica a tendência de baixa da taxa de lucro no longo prazo, mas também mostra o comportamento cíclico da taxa de lucro, com altas e baixas, uma das altas sendo, justamente, o chamado “neoliberalismo”, durante o qual taxa de lucro dos EUA cresceu entre 1982 e 1997.

Roberts (2012b) explica a diferença das duas abordagens a partir de um exemplo. No exemplo, ele supõe a existência de um capital geral “total” operando na economia, que corresponde a todo o investimento e mais-valia realizados. A taxa de lucro, como em Marx, é a mais-valia ( $m$ ) sobre o capital investido, sendo a mais-valia ( $m$ ) realizada o preço ( $p$ ) de mercado da mercadoria menos o capital total investido ( $C$ ). A taxa de lucro é  $p-C/C$ . Com um investimento de 20\$, 10\$ em capital constante ( $c$ ) e 10\$ em capital variável ( $v$ ), com uma taxa de mais-valia de 100%, o valor novo gerado corresponderá a 10\$ ( $v$ ) + 10\$ de mais-valia ( $m$ ) e o preço da mercadoria a 30\$, que é também o preço de mercado. A taxa de lucro  $p-m/C$  será  $30-20/20$ , 50%. Supondo que, após o reinvestimento desse valor em dinheiro, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os componentes dessas mercadorias (força de trabalho e meios de produção) caia 20% (antes do início da nova produção), quais serão as consequências para a taxa de lucro?

**Figura 7** – evolução da taxa de lucro (s/c), composição de valor do capital (v/c) e taxa de mais-valia (s/v) dos Estados Unidos (1947-2007).



Fonte: KLIMAN (2009, p.130).

Com todo o valor auferido (30\$) sendo reinvestido, e a mesma proporção de investimento em “c” e “v”, o capitalista teria que investir (a preços antigos)  $15v+15c$  para manter a mesma escala de produção. Com os novos valores, no entanto, o reinvestimento tem de ser apenas  $12v+12c$  para obter os mesmos valores de uso. Supondo  $m/v$  de 100%,  $m$  também seria 12\$. A nova taxa de lucro será  $36-24/24$ , permanecendo 50%. A abordagem a custos históricos, no entanto, não concorda com isso. Como o valor do capital foi investido a preços antigos (30\$), não é possível “voltar atrás”. Este capital é o mesmo investido pelo capitalista no início do ciclo. A taxa de lucro seria, portanto,  $36\$-30\$/30\%$ , ou seja, 20%.. A diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário pode parecer contraprodutiva para o capital, visto que, nessa abordagem, diminui a taxa de lucro, mas isso é uma contradição intrínseca à produção de mercadorias, pelo efeito contraditório do aumento da produtividade nos dois pólos da mercadoria (valor e valor de uso). Esse mecanismo aparece claramente inevitável, além disso, com a introdução da concorrência. Os capitalistas individuais são forçados a buscarem meios de aumentar a produtividade (que barateiam as mercadorias individuais).

Em resumo, a diferença entre as duas é que:

The rate of profit under RC terms will also be based on the advanced capital (AC) but the value of this AC is assumed to have been reduced to a new level of SNLT. So the rate of profit will be measured against a revalued AC. The historic AC (advanced capital) accumulated from previous cycles is not revalued. This measure thus recognises that capitalists have already paid in money capital for past means of production and labour which must go into measuring the rate of profit. It makes no difference that the MELT falls subsequently. In contrast, the RC measure assumes that all the accumulated AC must also be

revalued at the new SNLT and not just new AC consumed in the current production process. (ROBERTS, 2012b).

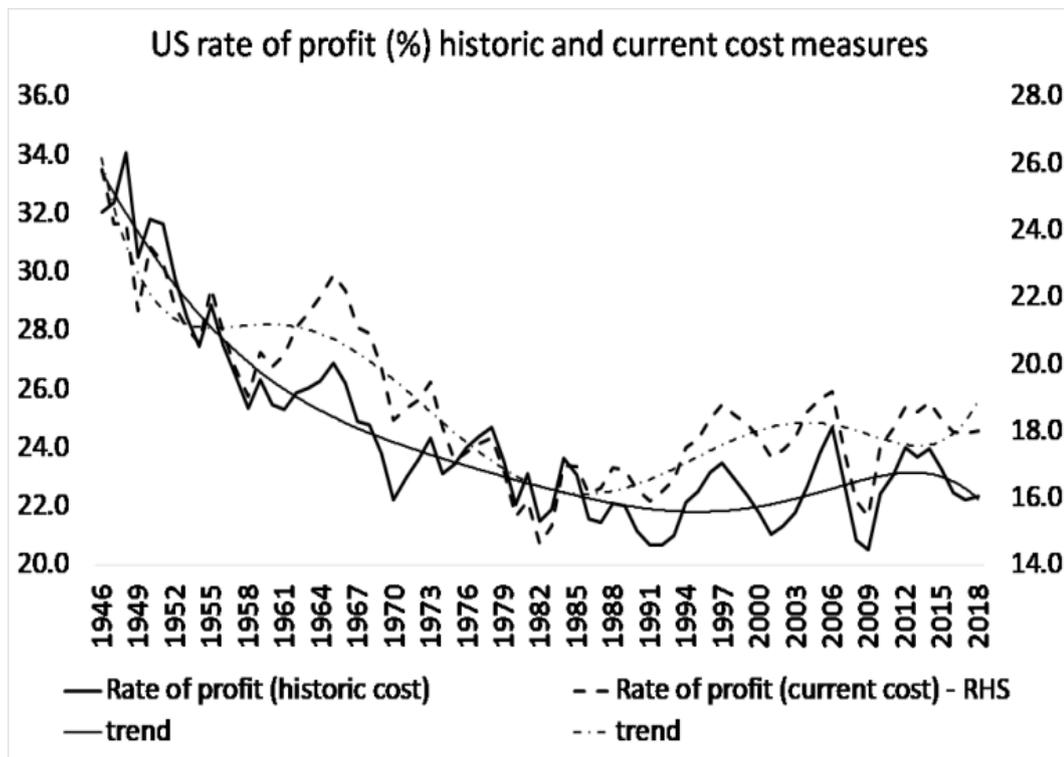
As duas abordagens acarretam diferenças práticas nos resultados e Roberts (2012b) demonstra como a taxa de lucro a custos históricos (HC) sempre apresenta níveis menores que os da taxa a custos de reposição (RC). Cada medida tem seus defensores. Os da primeira (HC) a consideram mais realista, permitindo compreender a relação entre mais-valor novo realizado e o capital investido antes do novo ciclo produtivo. Como, para o capital-dinheiro já investido antes da produção não importa se houve diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, consideram artificial a nova valoração feita no cálculo dos preços de reposição. A abordagem a custos históricos aceita, como a outra, que o capital consumido no novo ciclo deva ser atualizado, mas não o capital-dinheiro previamente investido. Além disso, para Kliman, como representante da abordagem HC, essa última é mais afim às categorias marxistas e a taxa de lucro a custos correntes é uma invenção artificial.

Michael Roberts concorda, em todas as suas obras, com Kliman sobre a causa da crise da Grande Recessão e com a validade da medida a custos históricos, mas discorda que haja diferenças na tendência da taxa de lucro dos EUA se calculada a custos históricos ou de reposição. Para ele, de qualquer forma que seja medida, a tendência subjacente da taxa de lucro dos EUA no pós-guerra é de queda (Figura 8). A fonte de divergências com a medida de Kliman, portanto, não está nas diferenças de cálculo do capital constante, o gráfico demonstra haver uma tendência secular de queda (de 30% aproximadamente) em ambas as medidas. Também mostra, entretanto, que há uma recuperação – que Roberts atribui às contratendências da LQTTL no “neoliberalismo” – entre 1982 e 1997, mais evidente na abordagem dos custos de reposição. Esses movimentos de baixa e alta são sintetizados por Roberts na distinção entre a tendência secular e o movimento cíclico da lucratividade (essa última considerada duvidosa por Kliman) dos EUA.

Por fim, apesar de não encontrar divergências na tendência secular em qualquer das medidas, as duas possuem níveis diferentes. O motivo para tal é a inflação. Segundo Roberts:

If inflation is high, as it was between the 1960s and late 1980s, then the divergence between the changes in the HC measure and the CC measure will be greater. When inflation drops off, the difference in the changes between the two HC and CC measures will narrow. From 1965 to 1982, the US rate of profit fell 20% on the HC measure, but 35% on the CC measure. From 1982 to 1997, the US rate of profit rose just 9% on the HC measure, but rose 29% on the CC measure. But over the whole post-war period up to 2018, there was a secular fall in the US rate of profit on the HC measure of 30% and on the CC measure 30%! (ROBERTS, 2019b).

Figura 8 – evolução da taxa de lucro dos Estados Unidos (1946-2018) medida a custos correntes (CC) e custos históricos (HC).



Fonte: ROBERTS (2019b).

Finda a discussão sobre as variáveis e as opções para representar a taxa de lucro marxista, cabe abordar uma outra discussão teórico-metodológica derivada da primeira, sobre a taxa de lucro mundial.

### 3.2 A taxa de lucro mundial

Uma outra discussão importante levantada por Roberts na análise da lucratividade é sobre a existência – e a possibilidade de mensurar – uma taxa de lucro global. Em seu primeiro trabalho (2010), Roberts se mostrava cético quanto a essa possibilidade e apoiava as suas análises quase exclusivamente nos dados dos Estados Unidos, devido à facilidade de acesso e à representatividade desta economia na produção mundial. Apesar disso, buscou (ROBERTS, 2009) analisar dados de algumas outras economias individualmente, com base nos dados nacionais, concluindo que os ciclos parecem existir e ser regidos pela LQTTL em outros países, mesmo não tendo iguais sequência temporal (de altas e quedas ao longo do tempo) e duração que nos EUA. A sua conclusão foi que a LQTTL também operava em outros países, mas que uma taxa média de lucro global não existia.

Os motivos para tal eram a ausência de uma mobilidade completa de capital e trabalho no capitalismo global. Na impossibilidade de uma transferência de capital livre de barreiras entre esferas nacionais, a compensação das taxas de lucro por meio do rebaixamento das taxas nacionais temporariamente maiores do que a taxa média global não é possível. Nas palavras do autor:

[...] a world economy with a world average rate of profit does not exist because there are so many barriers still to the movement of capital, engendered by monopolies in various industries, protectionist tariffs and government legislation. Also there are many sectors of capitalist economies that do not compete in world markets, like building and construction, retail outlets, professional services etc. There is not a global market place. (ROBERTS, 2009, p.83-84).

Portanto, os três impeditivos para a redução das taxas nacionais a uma taxa global seriam: as barreiras para a movimentação de capital; a existência de setores que não competem internacionalmente e a inexistência de um mercado global de força de trabalho. Contudo, essa perspectiva se modificou. Em texto de 2012, o autor afirma que, no século 21, pela primeira vez, seria possível falar de uma taxa de lucro média global (ROBERTS, 2012c). A visão foi revisada diante da profusão de estudos sobre o tema e de uma nova avaliação dos impactos do processo de globalização nos últimos vinte e cinco anos.

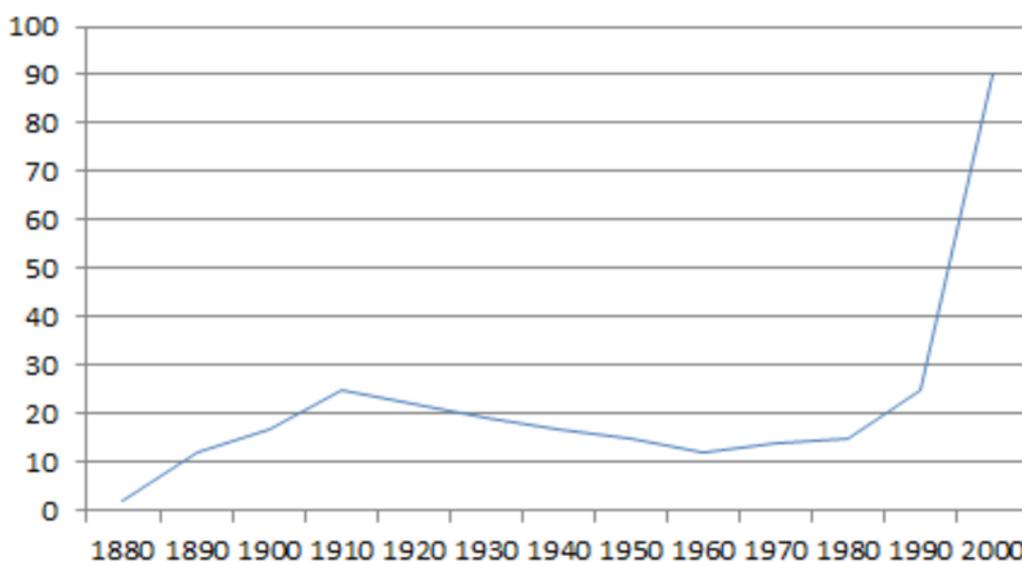
A globalização, na abordagem de Roberts, é caracterizada pelo aumento do comércio entre capitais provenientes de diferentes esferas nacionais e pelo crescimento dos investimentos estrangeiros. A primeira onda de globalização ocorreu no século XIX, impulsionada pela tentativa de compensar a atuação da LQTTL em nível nacional. Essa compensação se efetuava pelo acesso a bens salariais mais baratos, possibilitando um aumento da mais-valia relativa, e pela exploração de força de trabalho em colônias ou países com menor desenvolvimento capitalista.

A “primeira globalização” foi interrompida no século XX, o que se deveu ao aumento das rivalidades interimperialistas (que redundou em duas guerras mundiais). Esse processo foi retomado nos anos 80, com o aumento dos fluxos de investimento dos países capitalistas desenvolvidos em regiões com uma grande massa de força de trabalho disponível para exploração. Durante esse período, conhecido como neoliberalismo, “world trade barriers were lowered, restrictions on cross-border capital flows were reduced and multi-national corporations moved capital at will within their corporate accounts.” (ROBERTS, 2012c, p.2).

O gráfico abaixo (Figura 9) ilustra o notável aumento do investimento direto estrangeiro global em relação ao PIB a partir dos anos 1980.

As duas principais referências de Roberts no tratamento da questão do cálculo da taxa mundial são Minq Li (LI et al, 2007) e Maito (2014), o primeiro como pioneiro e este último como uma fonte de novos achados. Minq Li e seus coautores calcularam a taxa de lucro global, abrangendo dados de Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Itália, os três primeiros com dados de 1870 a 2005 e os últimos para o período de 1963 a 2005. Os autores do estudo encontraram que, desde o fim do XIX, houve quatro ondas longas da taxa de lucro e taxa de acumulação na economia “global”. Cada onda com uma fase expansiva e outra descendente, durando, em média 44-45 anos no total.

Figura 9 – fluxo de investimento estrangeiro direto global em relação ao PIB (1880 - 2000)



Fonte: ROBERTS (2012c, p.2).

Os resultados foram os seguintes: a taxa de lucro tendeu à queda no fim do século XIX (1874-1897), início do século XX (1917-1939) e da metade até próximo do fim do século XX (1969-1983). Os autores afirmam, em relação ao último ciclo (neoliberal), iniciado em 1983, que os dados de 2005 sugeriam que a taxa de lucro já atingira o seu pico em 1997, com esse ponto alto sendo a menor taxa de lucro da série de "pontos altos" na história. Esse período de alta também teve um ritmo de acumulação mais lento que as outras fases expansionistas. Mesmo céticos quanto à capacidade exata de prever o tempo médio de uma onda longa futura, eles concluem que "there is growing evidence suggesting that the current neoliberal global

economy suffers from certain structural contradictions that would lead to major crisis in the coming years." (Li et al., 2007, p.15). Esses dados foram sintetizados na tabela abaixo (Figura 10).

Enquanto os autores mencionados servem como fonte, uma outra abordagem citada por Roberts, mas como objeto de crítica, é a de Daly e Broadbent (2012), do Goldman Sachs, que tentaram calcular a taxa de lucro das dez principais economias com base no "retorno sobre capital físico". Os resultados desse estudo divergem da conclusão de Roberts e Li, que argumentam que, entre os anos 80 e o final dos anos 90, houve uma recuperação da taxa de lucro, seguida por uma queda entre 1997 e 2006.

Tabela 3 – taxa de lucro e taxa de acumulação nos ciclos longos de acumulação nos países do G6 (1874-2005).

	Profit Rate	Rate of Accumulation
Late 19th Century Long Waves	Peak: 22.0% (1874 ?) <sup>a</sup> Trough: 13.4% (1897)	Peak: 6.3% (1875 ?) <sup>a</sup> Trough: 2.7% (1896)
Early 20th Century Long Waves	Peak: 18.5% (1917) Trough: 13.4% (1939)	Peak: 4.4% (1906) Trough: 0.0% (1934)
Mid-20th Century Long Waves	Peak: 18.5% (1969) Trough: 13.2% (1983)	Peak: 6.7% (1974) Trough: 1.8% (1991)
Late 20th / Early 21st Century Long Waves	Peak: 15.8% (1997 ?) Trough: ?	Peak: 2.5% (2004 ?) Trough: ?

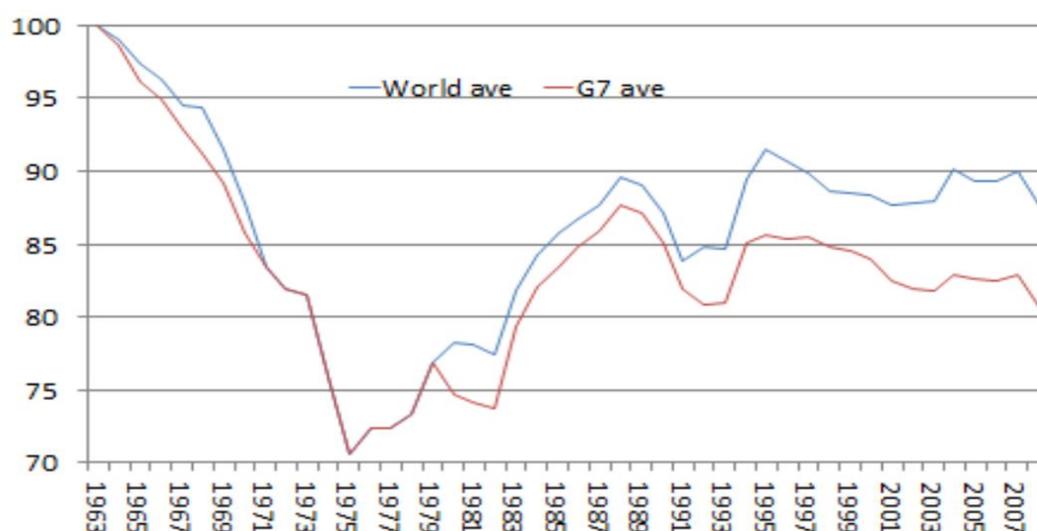
<sup>a</sup> Five-year average.

Fonte: Li et al. (2007, p. 42).

O equívoco, segundo Roberts, deriva de que Daly e Broadbent se basearem em um conceito financeiro que incorpora ganhos e perdas fictícias de capital nos lucros. O retorno sobre o capital inclui "yield on capital" (rendimento sobre capital) e "capital gain" (ganho de capital), o que, de acordo com Roberts, distorce os resultados. Quando Daly e Broadbent utilizam a medida de rendimento líquido do capital (yield on capital), excluindo ganhos de capital, os resultados se aproximam mais das conclusões de Roberts e Li. A partir dela, o estudo conclui (ROBERTS, 2012) que, desde 1982, houve uma recuperação da taxa de lucro mundial, devido à taxa mais alta dos países "emergentes", e, que, nos EUA, a taxa teria atingido um pico em 1997, conclusões próximas a de Roberts.

Na sua primeira tentativa de calcular a taxa de lucro mundial, Roberts (2012) propôs analisá-la a partir das economias do G7 e quatro economias BRIC, incluindo onze economias, que correspondem a uma grande parcela da produção mundial. A metodologia se baseia nos dados das *Penn Tables*, que agrega estatísticas nacionais. Para medir as taxas de lucro, Roberts utiliza "column v (gross profit rate (%) weighted against the column K net fixed capital stock at 2005 prices for each country as well as column X (real gross domestic product in 2005 PPP)." (ROBERTS, 2012, p.12). Ou seja, a média das taxas de lucros nacionais ponderadas pelo valor do estoque de capital fixo e pelo valor do PIB à paridade do poder de compra dos países. Os resultados foram sintetizados no gráfico abaixo (Figura 10).

Figura 10 – taxa de lucro mundial média e taxa da lucro dos países do G7 com 1963 = 100 (1963-2007).



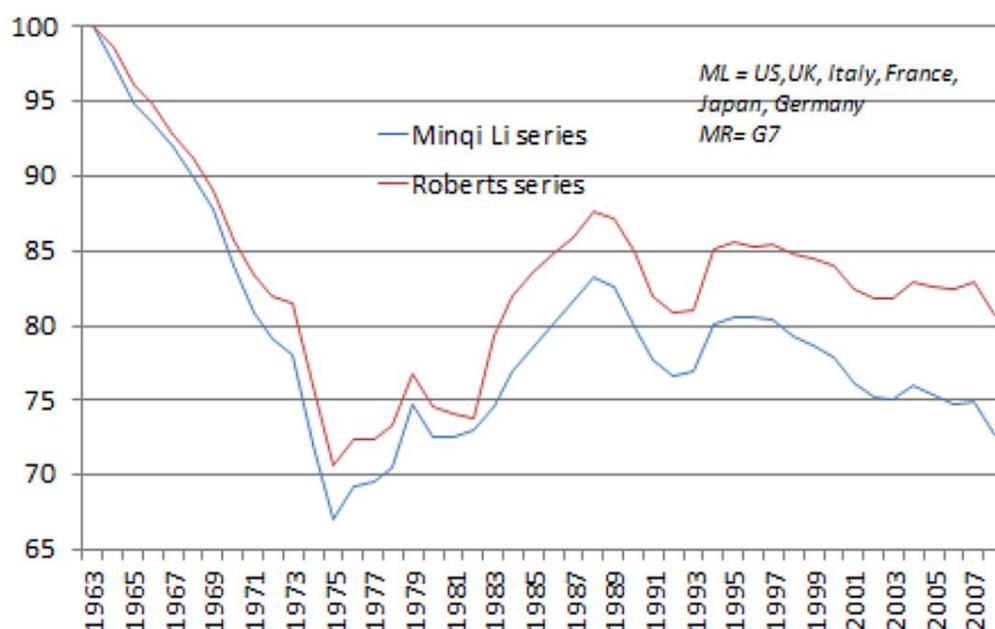
Fonte: ROBERTS (2012c, p. 4).

O autor resume as suas conclusões: “1) there was a fall in the world rate of profit from the starting point of the data in 1963 and the world rate has never recovered to the 1963 level in the last 50 years.” (ROBERTS, 2012c, p. 4). Essa taxa teve seu ponto mais baixo em 1975 e elevou-se até o meio de 1990, mantendo-se, desde então, em queda ou estável. Outra conclusão é que os dados da economia mundial coincidem com os dos EUA. No fim dos anos 90 a economia mundial entrou em uma nova onda de baixa do ciclo de lucratividade. A segunda é sobre a disparidade entre as taxas de lucro G7 e a mundial (incluindo “emergentes”) a partir dos anos 90. Para o autor, “non-G7 economies have played an increasing role in sustaining the rate of profit. The G7 capitalist economies have been suffering a profitability crisis since the late 1980s and certainly since the mid-1990s.” (ROBERTS, 2012, p.4-5).

Roberts (2012c) avalia seus achados de duas maneiras. Primeiro compara os seus resultados com de Li et al., que utilizam os dados de contas nacionais dos países (ele utiliza os agregados das *Penn Tables*). Segundo Roberts, os resultados das análises são próximos, com ambos exibindo um aumento da taxa de lucro entre os anos 1975 e 1995 (com uma recessão no início dos anos 90). O autor construiu o gráfico abaixo com os dois resultados (Figura 11).

A segunda comparação é entre os resultados da taxa mundial e os das taxas nacionais (EUA e do Reino Unido). A conclusão para os EUA foi que a trajetória da evolução da taxa de lucro é muito semelhante à mundial. Em ambas as amostras a taxa atinge seu último pico em 1997 e uma baixa depois disso. Essa queda foi balanceada com leve aumento após as crises de 1991 e 2001 e acentuada a partir de 2005-2006. Para a Inglaterra, a divergência é maior. Enquanto os dados mundiais demonstram uma queda da taxa de lucro a partir dos anos 2000, os dados da Inglaterra indicam o contrário, o que Roberts (2012) atribui a dados nacionais inflados por valores fictícios.

Figura 11 – Comparação das taxas de lucro mundial (1963-2007) de Roberts (2012) e Li et al. (2007).



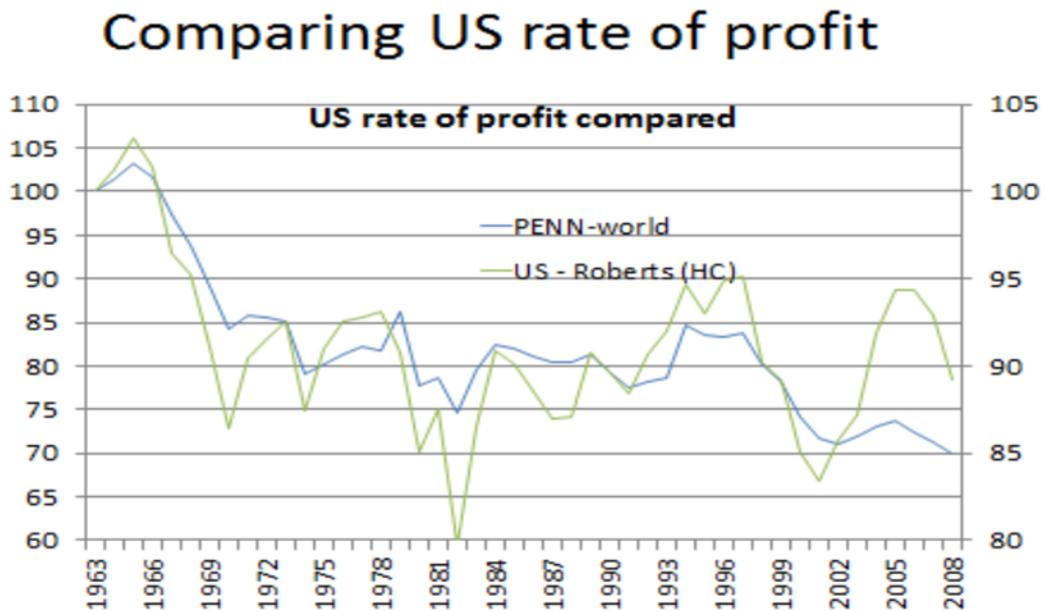
Fonte: ROBERTS (2012c, p.5).

A comparação com os EUA (que os resultados “batem”) pode ser vista abaixo (Figura 12).

Os resultados gerais da análise da taxa de lucro mundial são próximos aos encontrados para os dados nacionais, principalmente que, a partir dos anos 80, houve a chamada “recuperação neoliberal”. As causas do processo são interpretadas por Roberts como decorrentes da prevalência das contratendências contidas na LQTTL sobre a “lei como tal” –

aumento da taxa de mais-valia e redução da composição orgânica do capital. Nesse contexto, a recuperação da taxa lucro no neoliberalismo se deu após a grande desvalorização do capital constante após as crises de 1975-5 e 1980-2, que também abriu um período de forte desvalorização do capital variável pelo aumento do desemprego e redução do poder de combate da classe trabalhadora.

Figura 12 – Comparação da evolução das taxas de lucro mundial e dos EUA (1963-2008).



Fonte: ROBERTS (2012c, p.6).

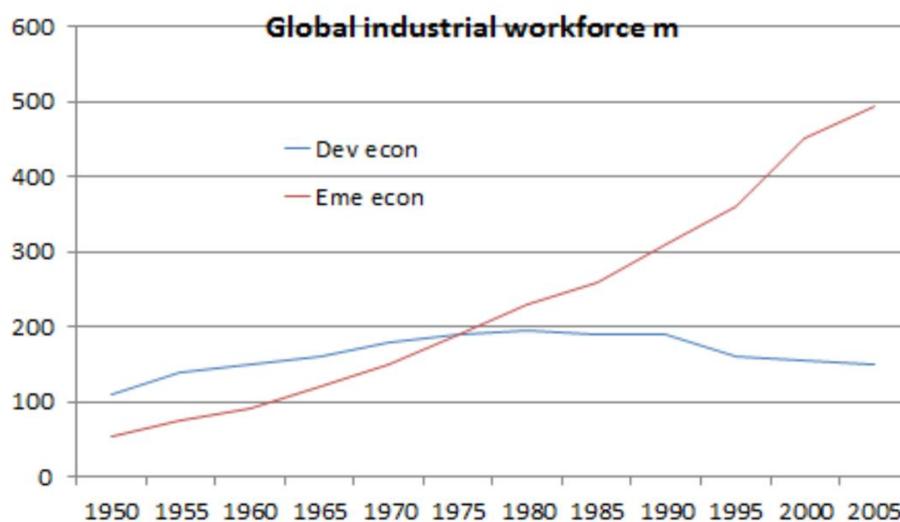
O capital beneficiou-se de uma maior taxa de mais-valia por meio de fatores propriamente “econômicos”, mas, também, pelos efeitos da tecnicização. Essa última permitiu um aumento da produtividade do trabalho, que, pelo baixo poder de barganha da classe trabalhadora, converteu-se majoritariamente em lucro para os capitalistas, pois os salários não se elevaram na mesma proporção da produtividade. O aumento da taxa de mais-valia e a redução da composição orgânica permitiram uma elevação da taxa de lucro. Na primeira análise de Roberts (2012) sobre a taxa de lucro mundial, o autor conclui que as contratendências do neoliberalismo já haviam se esgotado e que diagnóstico para a economia dos EUA era válido para o restante das economias do G7. Além disso, enquanto “in the 1990s, based on my data above, it appears that the impact of these countervailing factors faded in the G7 economies” (ROBERTS, 2012, p.8), o mesmo não era válido para as economias “em desenvolvimento”. Foram essas últimas que, em grande parte, sustentaram os níveis da taxa de lucro mundial.

O principal fator contra a atuação da LQTTL foi a globalização, processo que, como já mencionado, compreende a acentuação dos investimentos estrangeiros em economias com

salários menores e o aumento do comércio internacional e de fluxos de capital nos circuitos financeiros. O aumento dos investimentos estrangeiros diretos permitiu aos capitalistas dos países centrais (mas não só) extraírem mais-valia dos trabalhadores de outros com uma grande massa de população trabalhadora que vivia fora do trabalho assalariado capitalista, muitas vezes pagas abaixo do valor da força de trabalho. A chamada “superexploração”, conceito que Roberts utiliza em seu texto (“superexplotation”), é comum nesses países devido a níveis mais baixos de produtividade do trabalho, às condições de organização da força de trabalho e aos critérios moral e político envolvidos na determinação do valor dessa última.

O aumento maciço do proletariado nos países de desenvolvimento tardio fez com que “value and surplus value in the world capitalist economy is increasingly created more from outside the mature capitalist economies” (ROBERTS, 2012c, p.9), o que pode ser visto no gráfico (Figura 13). A força de trabalho “sobrante” disponível para ser incorporada ao mercado de força de trabalho funcionou – e continua funcionando – como um freio para os limites absolutos do capitalismo como modo de produção. Esse limite, portanto, estaria consolidado se, por fatores demográficos, a classe trabalhadora mundial regredisse ou deixasse de crescer absolutamente, algo que já ocorre em países desenvolvidos e pode vir a ser realidade para países como China e Índia.

Figura 13 – força de trabalho no setor industrial em economias desenvolvidas e emergentes (1950-2005).



Fonte: ROBERTS (2012c, p.10).

As conclusões da primeira análise de Roberts (2012) sobre a taxa de lucro mundial foram, portanto, quase as mesmas das extraídas das taxas nacionais, principalmente dos EUA.

Houve, desde o início da série, uma queda da taxa de lucro em termos seculares e essa, após as recessões de 1980-2, por fatores econômicos e políticos, foi superada até o indicador entrar em uma nova onda positiva e atingir a máxima nos anos 90. A elevação da taxa de lucro mundial deu-se por fatores que, reunidos, caracterizam o chamado neoliberalismo (como fase do capitalismo). Esses fenômenos, que funcionaram como contratendências à LQTTL, no entanto, se esgotaram e a taxa de lucro voltou à trajetória de baixa no fim dos anos 90. Cabe, agora, demonstrar como Roberts, depois dessa primeira tentativa, aprimorou a metodologia para medir a taxa de lucro e analisar a evolução desse indicador nos anos seguintes.

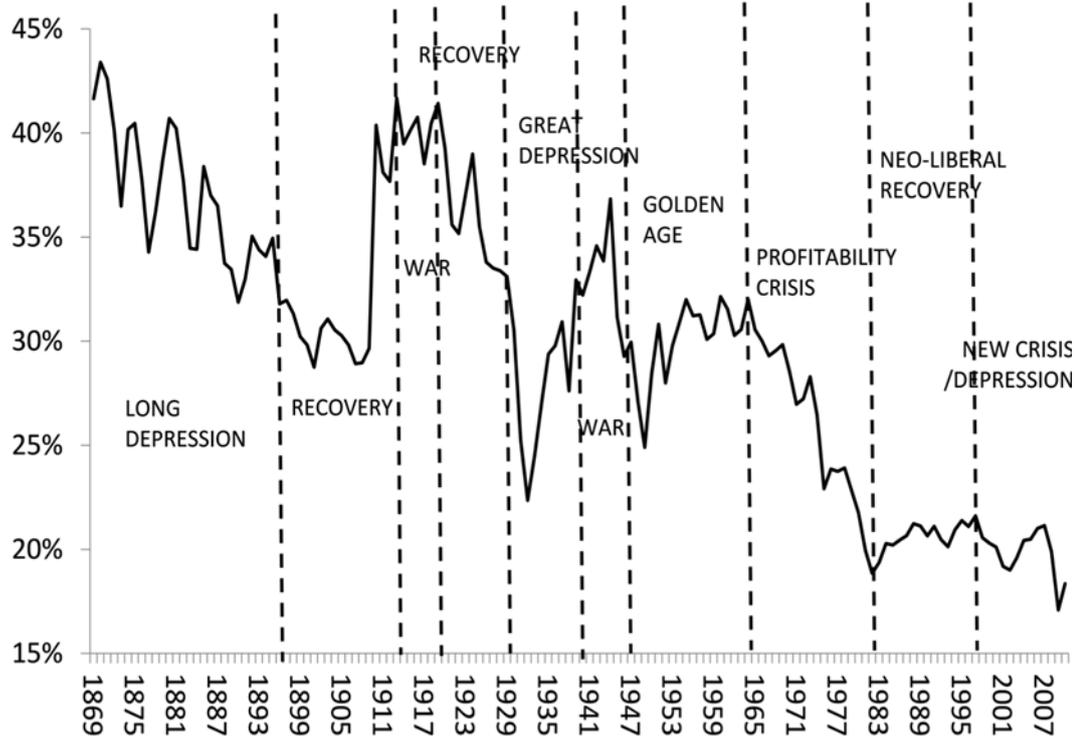
A primeira revisão metodológica de Roberts para medir a taxa de lucro é de 2015 (ROBERTS, 2015), motivada pelos resultados encontrados por Maito (2014) em um estudo que analisou a evolução da taxa de lucro em quatorze países a partir do ano 1870. Maito utiliza as estatísticas nacionais dos países, não as *Extended Penn World Tables*, como Roberts. No entanto, os resultados de ambos foram semelhantes, indicando uma tendência secular de queda da “taxa de lucro mundial” e, assim, confirmando a vigência da LQTTL também a nível global. Ambos, ainda, mostram que, a partir dos anos 1980, ocorreu a chamada “recuperação neoliberal” da lucratividade, que teve seu pico em 1997. Roberts sintetiza os resultados encontrados por Maito (2018) na forma de fases da economia capitalista no gráfico abaixo (Figura 14).

Em *Revisiting a World rate of profit*, Roberts (2015) atualizou a medida da taxa de lucro com os dados atualizados das *Penn Tables 8.0* para as economias do G20, ampliando sua amostra. O autor novamente aborda as dificuldades e escolhas metodológicas para representar o “ $m/c+v$ ” (taxa de lucro marxista) já mencionadas anteriormente. Segundo Roberts, “a proper measure of the world rate of profit would have to add up all the constant and variable capital in the world and estimated the total surplus value appropriated by global capital. This is really an impossible task.” (ROBERTS, 2015, p.1). Diante dessas dificuldades, qual a definição de taxa de lucro em termos empíricos?

A metodologia aplicada por Roberts para a taxa de lucro global a partir das *Penn Tables 8.0* é semelhante à aplicada para as economias nacionais. A medida encontrada não é uma taxa de lucro marxista, porque essa é a razão entre o valor excedente produzido globalmente e o capital total investido no conjunto dos países, mas, sim, uma média das taxas nacionais ponderadas de acordo com a participação na produção mundial dos diferentes países incluídos na amostra. Isso é o que o autor julga uma “taxa de lucro marxista” possível. A amostra utilizada inclui 19 países do G20 – excluindo a União Europeia, que é considerada como uma só economia. Essa medida é considerada pelo autor “a very simple measure based on a whole economy with no deduction for depreciation or for non-capitalist domestic product or

residential real estate” (ROBERTS, 2012, p.6) e, além disso, estaria sujeita a erros e distorções. Os resultados encontrados para a taxa de lucro global do G20 desde 1950 a partir das *Penn World Tables*, de Roberts, são semelhantes aos de Maito (2014), tendo, entretanto, uma robustez maior que os desse último, que considera apenas quatorze economias.

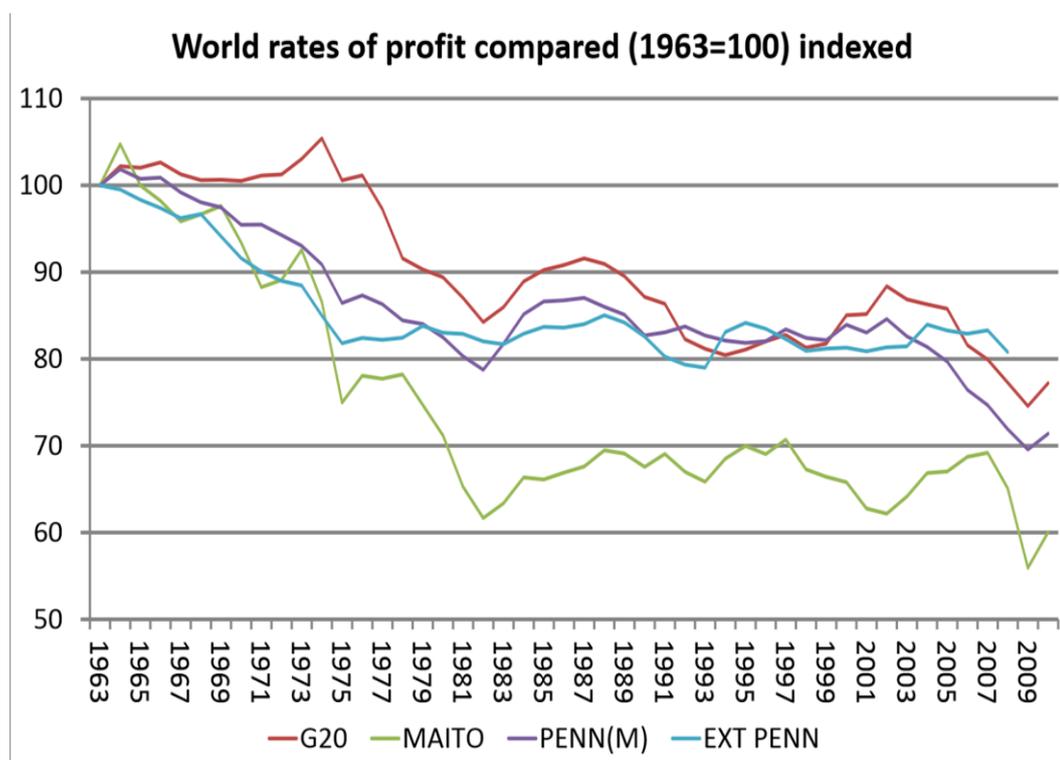
Figura 14 – Evolução da taxa de lucro (1963-2007) a partir dos dados de Maito (2018)



Fonte: ROBERTS (2017).

A lucratividade global sofreu queda entre os anos 1974-5 e 1980 e recuperou-se entre 1983 e o início dos anos 90, quando, em 1991, emergiu uma crise. Entre 1993 e 2002 observou-se houve uma recuperação e, depois desse último período, a taxa de lucro do G20 declinou, tanto antes quanto depois da Grande Recessão, com apenas uma leve recuperação até 2011. No gráfico abaixo (Figura 15), o autor realiza a comparação de quatro medidas da taxa de lucro entre 1963 e 2012: a primeira é a que ele construiu em 2015 para o G20 a partir das *Penn Tables 8.0*, com a metodologia mencionada acima, a segunda uma taxa derivada das *Penn Tables 8.0* para os 14 países que Maito (2018) selecionou, outra é a que o próprio Roberts empregou no primeiro artigo (2012), com as *Extended Penn Tables*, e, por fim, a de Maito (2018).

Figura 15 – Medidas da taxa de lucro comparadas (1963-2012).



Fonte: ROBERTS (2015).

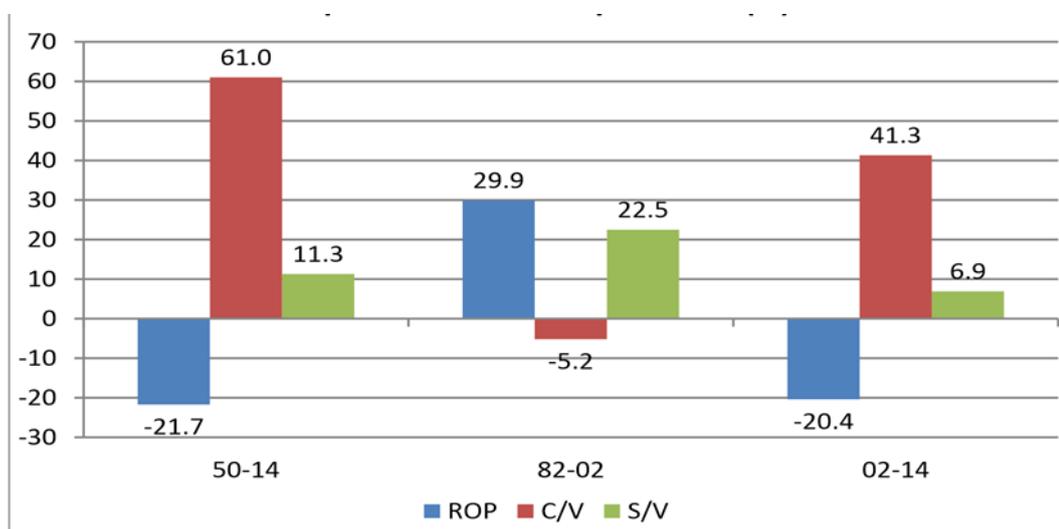
As conclusões gerais de Roberts sobre a comparação indicam que todas as medidas apresentam uma queda secular na taxa de lucro entre 1963 e 2010, sendo a medida de Maito a que registra a maior queda. Todas as métricas revelam uma leve recuperação entre 1980 e o final dos anos 90 – essa até 2005 para as tabelas da *Penn* ("recuperação neoliberal") – seguida por uma queda desde então, mesmo com a recuperação no início dos anos 2000. Além disso, evidenciam que a taxa de lucro não se recuperou após a crise de 2008.

De acordo com Roberts, é possível compreender as flutuações da taxa de lucro no pós-guerra ao relacioná-la com os fatores que a influenciam (a composição orgânica e a taxa de mais-valia). De acordo com a LQTTL, a primeira movimentou-se inversamente à taxa de lucro, enquanto a segunda age diretamente sobre ela. Como a composição orgânica representa a "tendência" e a taxa de mais-valia uma "contratendência", Roberts argumenta que a correlação entre essas variáveis e a taxa de lucro deve ser mais forte para a primeira e que, para a LQTTL ser capaz de explicar a queda da lucratividade, a composição orgânica deve pelo menos aumentar num ritmo maior que a taxa de mais-valia. Os resultados obtidos sobre os indicadores a partir das *Penn Tables* estão representados no gráfico abaixo (Figura 16).

Entre 1950 e 2014, a taxa de lucro das economias do G7 diminuiu 21%, com a composição orgânica aumentando 61% e a taxa de mais-valia 11,3%. Durante o período de 1982-2002, que Roberts categoriza como "neoliberalismo", a taxa de lucro aumentou 30%, a

composição diminuiu 5% e a taxa de mais-valia aumentou 22%. Já no período de 2002-2014, designado por ele como "Longa depressão", a taxa de lucro declinou cerca de 20%, a composição aumentou 41%, e a taxa de mais-valia cresceu, embora em um ritmo inferior, atingindo 6,9%. Quanto à correlação, segundo Roberts, "there is an inverse correlation between the organic composition of capital and the G7 rate of profit between 1950 and 2011 of 0.47, while there is a smaller positive correlation between profitability and the rate of surplus value of 0.15." (ROBERTS, 2015, p.9).

Figura 16 – Mudanças na taxa de lucro, composição orgânica e taxa de exploração em % para os países do G7 em diferentes períodos (1950-2014; 1982-2002 e 2002-2014).



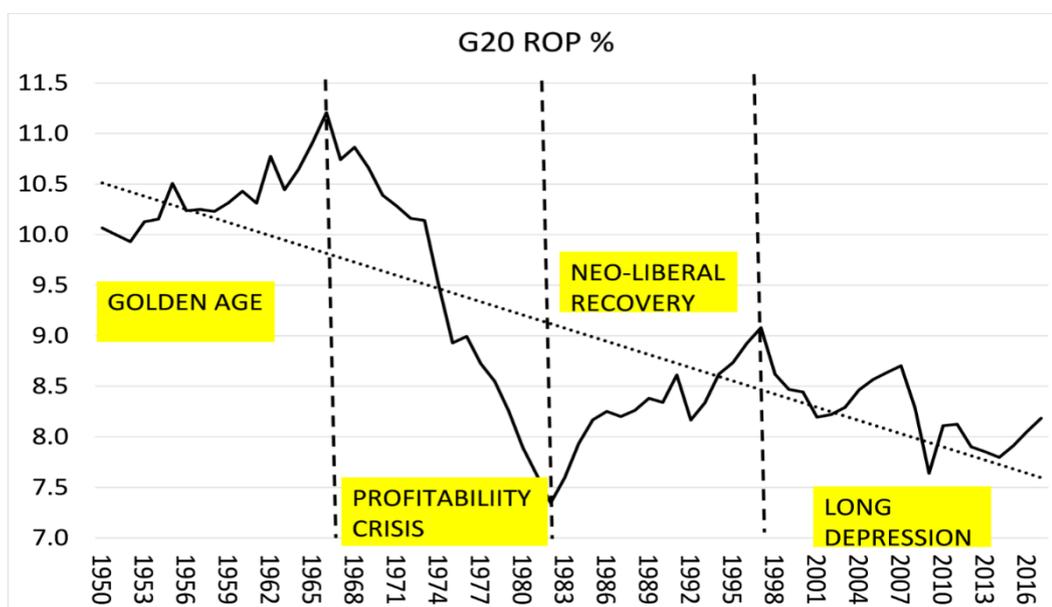
Fonte: ROBERTS (2015).

Na terceira revisão da taxa de lucro global (2020), Roberts utilizou os dados das *Penn World Tables 9.1*. A principal mudança dessas tabelas e da metodologia de Roberts para a taxa de lucro foi a incorporação, como proxy, do indicador “internal rate of return on capital stock” (IRR), abrangendo dados até 2017. Com essa última métrica, segundo o autor, se tornou possível acessar uma boa medida da taxa de lucro para dezenas de economias nacionais.

Roberts (2020), então, utilizou, para medir a taxa de lucro global, a série dos “IRR” das economias que faziam parte do G7 e do G20 ponderada pelo tamanho do estoque de capital, não pelo PIB, como ele fez nas primeiras análises. Os resultados da medida do G7 confirmam os de 2012 e 2015: a taxa de lucro entre 1950 e 2017 sofreu uma queda secular e a trajetória do indicador pode ser dividida em quatro períodos: “golden age” (1950-1966), de elevada e mesmo crescente taxa de lucro; “crise de lucratividade” (1966-1982); o período da fraca recuperação neoliberal da taxa de lucro (1983-1997) e a longa depressão (de 1997 em diante).

O autor mediu o indicador tanto com a amostra G7 quanto com a do G20 a fim de destacar as diferenças do comportamento da métrica nos países “desenvolvidos” e no restante das economias importantes (que abrange as “em desenvolvimento”). É a taxa de lucro que toma o IRR da amostra G20 como proxy que Roberts considerava ser, até o momento, o mais próximo que se havia chegado de uma taxa mundial. Os dados do G20 podem ser vistos no gráfico abaixo (Figura 17).

Figura 17 – evolução da taxa de lucro mundial (1950-2017) a partir dos dados das Extended Penn World Tables 9.1.



Fonte: ROBERTS (2020).

A taxa de lucro do G20 tem trajetória similar à do G7, porém, o indicador inicia e finda em um patamar muito maior. O motivo é que, como os países do G7 possuem uma composição orgânica do capital maior, tendem a possuir uma lucratividade menor. O nível mais alto da taxa de lucro no restante dos países do G20 pode ser visto, por exemplo, quando Roberts isola as taxas de lucro dos países em desenvolvimento, mais especificamente Argentina, Brasil, México, África do Sul, China, Índia, Indonésia e Turquia. Os dados têm trajetória similar e seria possível, igualmente, dividir as fases da taxa de lucro em quatro, mas com o indicador sempre em um patamar maior. A lucratividade inicial na série das economias em desenvolvimento é de aproximadamente 24%, enquanto a do G7 é 10%. No último ano da amostra a taxa de lucro para esses países foi de aproximadamente 10%, enquanto a do G7 foi de 6,5%.

Para concluir essa discussão, cabe destacar uma novidade na temática celebrada por Roberts, a pesquisa realizada por Basu et al. (2021). Os autores utilizaram as médias das taxas

de lucro nacionais extraídas dos dados das *Extended Penn World Tables* (EPWT) no período de 1960 a 2019 para desenvolver um painel virtual para a consulta desses dados (2021). A conclusão de Basu et al. é que:

The country-aggregated world profit rate series displays a strong negative linear trend for the period 1960-1980 and a weaker negative linear trend from 1980 to 2019. A medium run decomposition analysis reveals that the decline in the world profit rate is driven by a decline in the output-capital ratio. The industry-aggregated world profit rate shows a negative linear trend for the period 2000-2014, which, once again, is driven by a fall in the output-capital ratio. (BASU et al., 2021, p.1).

Os resultados, assim, se assemelham aos de Roberts, indicando uma queda secular de taxa de lucro (de 0,5% ao ano entre 1960 e 2019) e uma breve “recuperação” entre os anos 80 e 90. As diferenças dizem respeito à metodologia empregada para decompor a taxa de lucro. Basu et al. a dividem nas taxas de participação do capital na produção e na razão produto-capital, que Roberts considera *proxies*, respectivamente, da taxa de mais-valia e composição orgânica. Nesse sentido, como, de 1960 a 2019, a razão produto-capital diminuiu 0,8% ao ano (ou seja, o estoque de capital aumentou) e a participação nos lucros subiu apenas 0,25% ao ano, a taxa de lucro diminuiu.

### 3.3 Os ciclos da economia capitalista

Um outro recurso metodológico utilizado para a análise da economia capitalista por Michael Roberts é o da análise dos ciclos da economia. Como já mencionado, é até mesmo um lugar-comum a afirmação de que o modo de produção capitalista não tem uma trajetória linear e estável, mas, apresenta comportamentos cíclicos. Marx e Engels demarcaram inúmeras vezes o fato e buscaram calcular a sua duração. A divergência entre os autores marxistas está em outro nível. Enquanto todos concordam com os ciclos de produção e comércio, discordam tanto da duração dos ciclos quanto dos componentes da economia que são cíclicos. A variável mais importante para Roberts – a taxa de lucro – é submetida às duas discussões.

Roberts apoia as suas análises fortemente na análise do ciclo de lucratividade, mas também defende a existência de outros ciclos no interior do capitalismo (de curta, média e longa duração). O objetivo dessa seção é explorar a natureza desses ciclos identificados e demonstrar como o autor mobiliza esse recurso para analisar as crises. A análise dos ciclos tem para Roberts dois graus de importância: a explicação da conjuntura (atual e passada) e a previsão. Diferente da economia baseada prioritariamente em modelos matemáticos, Roberts embasa seus textos

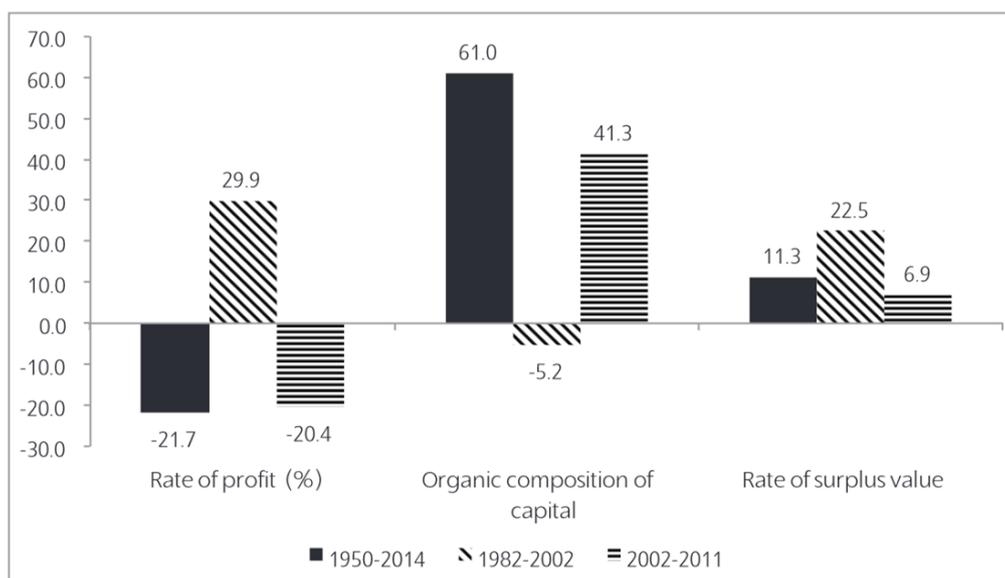
conjunturais e teóricos no comportamento de variáveis reais (preço, lucro, preços dos imóveis, inflação, etc), tomando a análise de fatos e dados como superior à explicação meramente teórica ou baseada em modelos. Mas a análise dos dados serve, além do diagnóstico, para cumprir a outra função da ciência: a previsão, que ele diferencia da “futurologia”. A primeira apoia-se em procedimentos probabilísticos identificados na estatística de Bayes (ROBERTS, 2016). O ponto de partida das previsões de Roberts é sempre o comportamento passado das variáveis. A análise dos ciclos tem importância para o autor, além disso, porque é um dos sustentáculos da tese da “Longa Depressão” e da diferenciação entre recessão e depressão.

Os ciclos são definidos por Roberts como “ondas harmônicas” (2016), cuja base de existência é uma “força restauradora” que faz com o movimento de alta converter-se em baixa e o de baixa no movimento de alta. A definição de ciclos como “força restauradora” é oposta à da economia mainstream, que pensa a economia em termos de tendência ao equilíbrio e os ciclos como consequências de impactos externos e acidentais. As duas principais críticas à definição de ciclo como “onda harmônica” são que os dados que os provam são espúrios, não havendo evidência para sustentar a recorrência (principalmente dos ciclos longos), e o fato de não haver modelos explicativos que sustentem sua existência. Roberts as descarta e considera que, partindo de boas premissas e da análise de agregados e médias, é possível identificar os ciclos e analisar a realidade com base neles.

O primeiro e mais importante ciclo identificado por Roberts é o da lucratividade. A existência desses ciclos foi defendida, dentre outros autores, por Mandel (1995) e Shaikh (1992). Como já mencionado no capítulo 1, Roberts os interpreta a partir da dinâmica das tendências e contra-tendências da LQTTL, mais especificamente entre composição orgânica e taxa de mais-valia no interior dos países capitalistas. A duração de cada fase desses ciclos de lucratividade é de quinze a dezessete anos.

O autor toma como prova da expressão cíclica da LQTTL o comportamento da taxa de lucro nas economias do G7, que ele calcula com base nas *Penn Tables* (Figura 18). A taxa de lucro das sete principais economias sofreu uma queda entre 1950 e 2011, sendo explicada pela prevalência do aumento da composição orgânica em relação ao da taxa mais-valia. O comportamento cíclico da taxa de lucro está, também, como veremos no próximo capítulo, por trás da tese de Roberts sobre a causa da grande recessão de 2008 e da sua crítica às teorias da “crise financeira”.

Figura 18 – mudanças na lucratividade, composição orgânica do capita e taxa de exploração nas sete maiores economias capitalistas (1950-2014)



Fonte: ROBERTS (2016, p. 224).

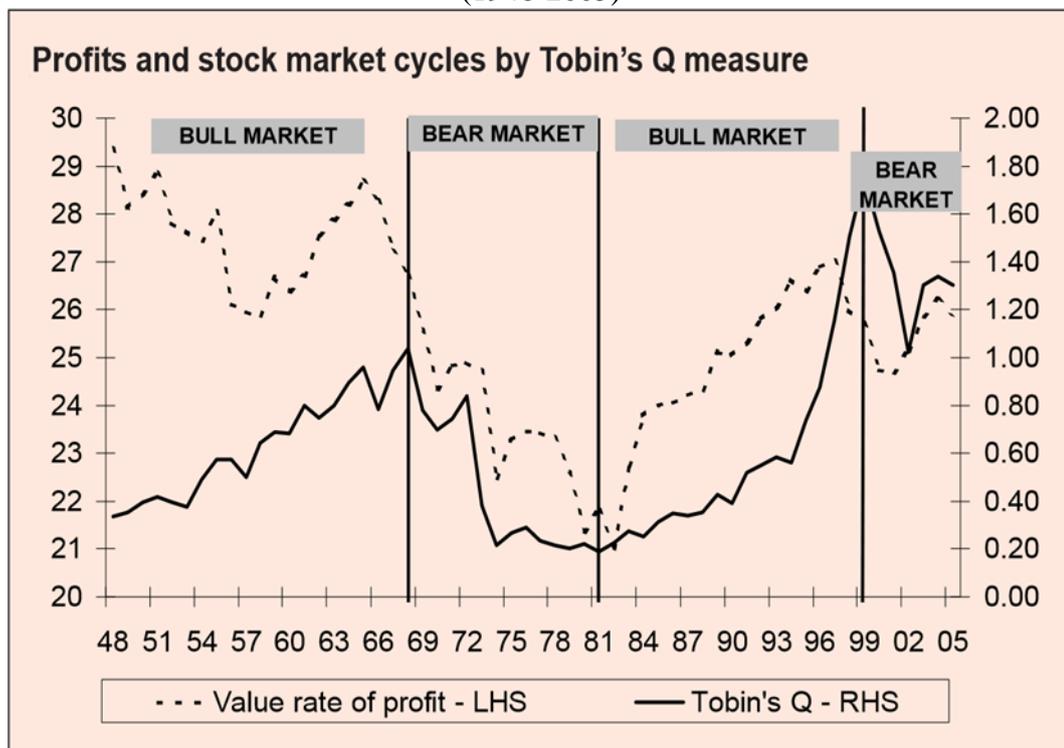
O vínculo entre lucratividade e preço das ações pode ser captado comparando a capitalização de mercado das empresas de uma economia com o valor dos ativos acumulados. Esse cálculo é sintetizado pela variável *Q de Tobin*, que é o quociente da divisão do valor de mercado das maiores empresas (S&P-500 index, pros EUA) pelo valor de reposição dos ativos tangíveis das empresas. O índice mostra quantas vezes o valor de mercado está acima ou abaixo do capital fixo da empresa. O gráfico abaixo (Figura 19) expõe o movimento dos lucros e do *Q de Tobin* em quatro fases. No início do primeiro ciclo (1948-66), o valor de mercado correspondia a 33% do valor de reposição dos ativos, no fim a 104%. Em 1981 (início do terceiro período), o valor de mercado era 19%, e em 1997 175%. Em 2002, após a crise, o valor caiu para 102% e o gráfico termina em 2005, com 130%.

Roberts defende que “the stock market cycle appears to be about 32 years in length, pretty much the same as the profit cycle, although slightly different in its turning points. Indeed, the stock market seems to peak in value a couple of years after the rate of profit does.” (2009, p. 53). Há uma relação próxima entre os dois ciclos, embora o do mercado acionário tenha um pequeno atraso em relação ao da lucratividade.

O crucial, para Roberts, não é que os movimentos de alta e baixa sejam ininterruptos, o que prontamente derrubaria a hipótese dos ciclos (bastando observar a alta dos preços das ações entre 2002 e 2005). O importante é o resultado final dos períodos, ou seja, que “at the end of the 16-year period, prices will be lower or at least no higher in a bear market and will be much

higher in a bull market.” (ROBERTS, 2009, p. 53). Nesse caso, o período iniciado no início dos anos 2000 era um bear market, que se seguiu, com algum atraso, ao início do ciclo de baixa da lucratividade (1997) e que só terminaria por volta de 2016. O atraso entre lucros das empresas e mercado acionário pode ser entendido em dois sentidos: porque as decisões dos “agentes” do mercado são atrasadas ou porque os capitalistas em conjunto buscaram compensar a queda da taxa de lucro investindo no mercado acionário.

Figura 19 – Evolução dos ciclos de lucro e dos ciclos mercado acionário pelo Q de Tobin (1948-2005)



Fonte: ROBERTS (2009, p.62).

Outros dos ciclos mencionado por Roberts são os “ciclos de Kondratiev”, identificados pela primeira vez pelo economista russo Nikolai Kondratiev (KONDRATIEV, 1935) e que abrangem aspectos como preços de produção e taxas de juros. Esses ciclos, cuja duração das duas fases é de 64 e 72 anos, têm a existência contestada desde os tempos do seu criador, mas autores marxistas como Ernst Mandel e Anwar Shaikh os defenderam. Kondratiev lidou diretamente, à época, com algumas dessas críticas. A primeira delas diz respeito à ausência de dados de qualidade que comprovem o caráter cíclico das ondas longas. A essa crítica Kondratiev respondeu que os dados disponíveis não provavam o fato, mas o demonstravam muito provável.

Uma segunda crítica dizia respeito à “regularidade” das ondas longas, ao fato de não apresentarem a mesma duração em épocas distintas. A essa o economista respondeu que, nos

cálculos da época, elas eram mais regulares do que as muito bem aceitas ondas médias. Uma outra ordem de crítica centrava-se na ideia do autor de que essas ondas longas são endógenas ao sistema. Para os críticos, fatores como mudanças técnicas, guerras e revoluções, incorporação de outros países ao capitalismo e flutuações na produção de ouro é que seriam as causas dos ciclos, não variáveis internas à economia. O caráter randômico das ondas foi combatido por Kondratiev ao mostrar como essas causalidades externas são, antes, consequências, e não causas, da própria dinâmica das ondas.

Na explicação de Roberts, a longa duração em Kondratiev estaria apoiada em “*gestation period of large capital projects that could not be completed in the normal business cycle, and these investments would take place in a series of waves.*” (ROBERTS, 2016, p.228) e a variável explicativa dos ciclos seriam as taxas de juros. A relação inversa entre taxa de juros e lucratividade é ilustrada no gráfico abaixo (Figura 20). Entre 1966-82, a taxa de juros básica teve trajetória ascendente, com a taxa de lucro em um período de baixa. 1982, quando a taxa básica estabelecida pelo FED começou a cair, é considerado por Roberts um ponto de inflexão altista da lucratividade (a “virada neoliberal”), sendo possível, assim, estabelecer uma relação inversa entre as medidas.

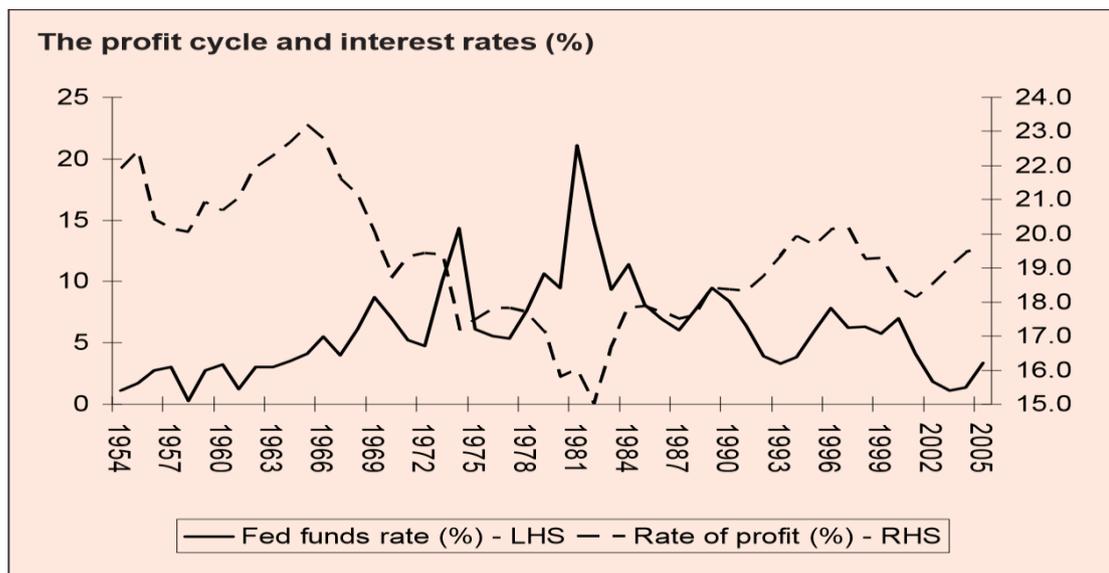
Os ciclos, na época da “descoberta”, pareciam durar aproximadamente 54 anos. Entretanto, como o último ponto de virada negativo demorou de 1946 até 1981 para surgir, Roberts propõe que no capitalismo contemporâneo os ciclos longos duram aproximadamente setenta anos. Nos textos pré-crise de 2008, Roberts previa que o ciclo de baixa vigente em 2006 terminaria próximo de 2018.

Outro ciclo longo identificado por Roberts, concomitante ao de Kondratiev, é o de inovações, ou de Schumpeter. As fases são descritas pelo autor como se segue:

So a cycle of new technology would start after a major slump, but the new technology would not be developed until the profit cycle moved into an upwave. Then there would be a take-off of the new technology. The next downwave would mean a setback to the new technology cycle and an even worse situation for capitalists depending on the old technology. Finally, in another new upwave for profits, the new technology would take over as the dominant force. In the next downwave, the new technology would become mature and capitalists would look for new systems and the whole process would start again. (ROBERTS, 2009, p. 69).

As tecnologias e técnicas produtivas possuem quatro fases de desenvolvimento: o crescimento – ou surgimento –, o “takeoff” (decolagem), a maturidade e declínio. Todo esse ciclo dura por volta de setenta anos – próximo de um ciclo Kondratiev e de dois ciclos de lucro e de ações completos.

Figura 20 – evolução da taxa de lucro comparada à evolução da taxa de juros básica do FED (1954–2005).



Fonte: ROBERTS (2009, p.58).

Roberts (2010) oferece um exemplo concreto desses ciclos ao analisar as fases de desenvolvimento das indústrias automobilística/eletrônica e sua relação com a indústria pesada. No período de 1914 a 1915, uma fase conturbada, a indústria eletrônica teve seu surgimento ou crescimento, embora Roberts argumente que um investimento massivo não era viável devido à baixa lucratividade do sistema nesse momento. O “take-off” das indústrias automobilística e eletrônica ocorreu entre 1945-64 – com a produção em massa de carros e eletrodomésticos –, coincidindo com o período de maturidade da indústria pesada. Já a fase de amadurecimento das indústrias automobilística e eletrônica (de queda na lucratividade no setor) coincidiu com a de declínio da indústria pesada, contrastando com o florescimento do setor de informática.

Esse último setor teve sua decolagem entre 1982 e 2000, enquanto os setores de produção em massa (eletrônicos e automóveis) declinavam. Nos anos 2000, enquanto os setores de produção em massa declinavam nas economias centrais, houve o amadurecimento do setor high-tech e o surgimento de novos setores promissores – que, no primeiro livro, Roberts identificava na nanotecnologia e na tecnologia genética. As novas tecnologias de ponta, que Roberts apenas supunha quais seriam, poderiam, entretanto, ter sua fase de decolagem atrasada devido à baixa cíclica da lucratividade que afligia o modo de produção capitalista. Caberia, hoje, constatar quais foram, realmente, os grandes investimentos da nova fase.

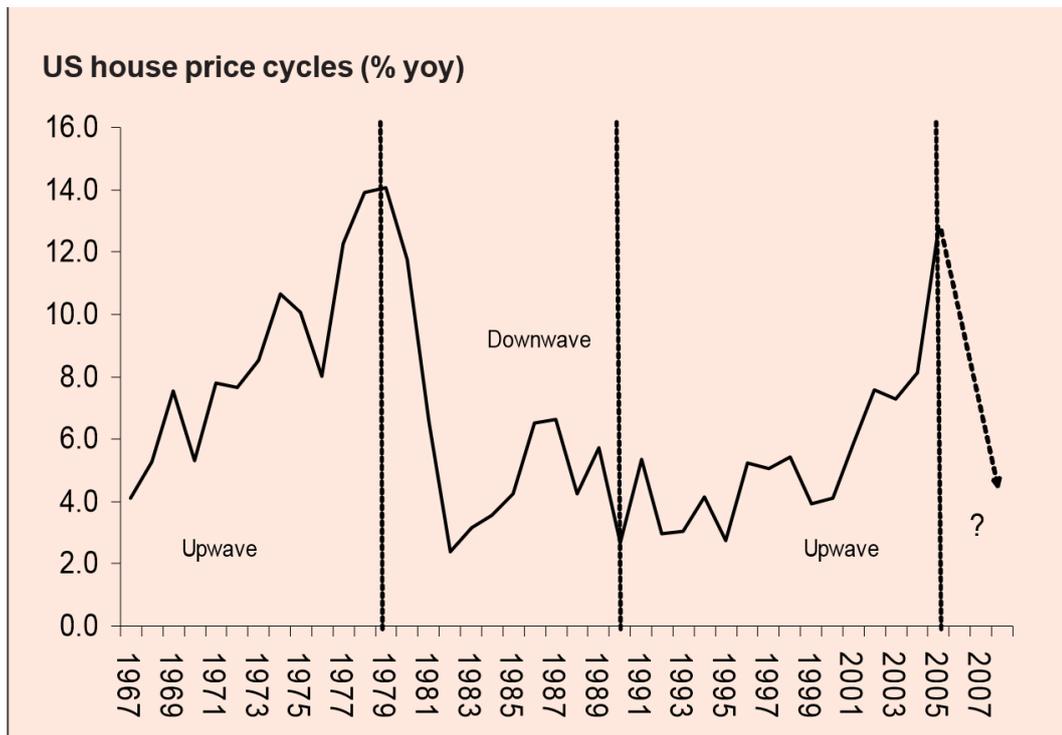
Um outro ciclo mencionado por Roberts, ainda, é do mercado imobiliário, descoberto por Simon Kuznets, com duração média de dezoito anos, mas com grande variabilidade na duração, algo visível no gráfico apresentado por Roberts (Figura 21). Tomando como referência

os vales, Roberts, em 2006, previu que o próximo ponto mais baixo seria por volta de 2009-10. No contexto de crescimento da bolha imobiliária pré-crise, assinalou que, “if the US house price bubble finally burst in 2005, we can expect US house price rises to slip back and fall, at least relative to overall inflation, over the next four years.” (ROBERTS, 2009, p. 62).

O movimento desse ciclo, entretanto, não segue os de lucratividade, ações e preços, porque enquanto esses últimos estão ligados às leis de funcionamento do capitalismo – à produção de valor –, o ciclo do mercado imobiliário diz respeito ao setor improdutivo, dependendo do dispêndio de renda de capitalistas e trabalhadores. Concretamente, o comportamento temporal das variáveis foi o seguinte:

[...] the profit cycle reached a trough in 1982 before rising for 15-16 years to peak in 1997. The stock market cycle also troughed in 1982 and than ran up to a peak in 2000, 18 years later. In contrast, the US real estate cycle troughed some nine years later in 1991 and only reached its peak in 2005. The next trough is due no earlier than 2009.” (ROBERTS, 2009, p.63).

Figura 21 – ciclos de preços dos imóveis nos Estados Unidos (a.a %).



Fonte: ROBERTS (2009, p.62).

Além de ciclos de média e longa duração, Roberts reconhece os ciclos de negócios, ou de Juglar. Estes têm uma duração média de dez anos de vale a vale, dizendo respeito ao movimento de boom e crise da produção, ou à periodicidade das recessões. Segundo as análises do autor (para a economia dos EUA), desde 1933 houve onze desses ciclos (tomando como

referência os escritos pré-crise de 2008) e nos últimos sessenta anos (desde 1948) sete. Roberts estabelece uma conexão direta entre essa propensão a recessões e o ciclo de lucratividade:

In the Golden Age of post-war capitalism, there were three downturns in 1949, 1954 and 1958, but they were very short-lived. But then this was the period of high or rising profitability for capitalism. In the period of the profit downwave from 1966-82, there was a mild downturn in 1970. But then followed the first worldwide simultaneous recession in 1974-5 and then the double-dip recession of 1980-2. Both recessions were severe. In the renewed profit upwave of 1982-97, the next economic recession was in 1991, nine years later than the last. It was milder than the previous two. In the current downwave of the profit cycle, there has been one recession so far, in 2001. This was so mild that there was no absolute fall in GDP. (ROBERTS, 2009, p.64-65).

Nos textos anteriores à Grande Recessão, Roberts alertava que, se a economia seguisse a lógica do ciclo, então, a próxima recessão seria em 2010. E esta seria mais grave que 1991 e 2001, porque o capitalismo havia entrado em uma era de baixa da lucratividade desde 1997.

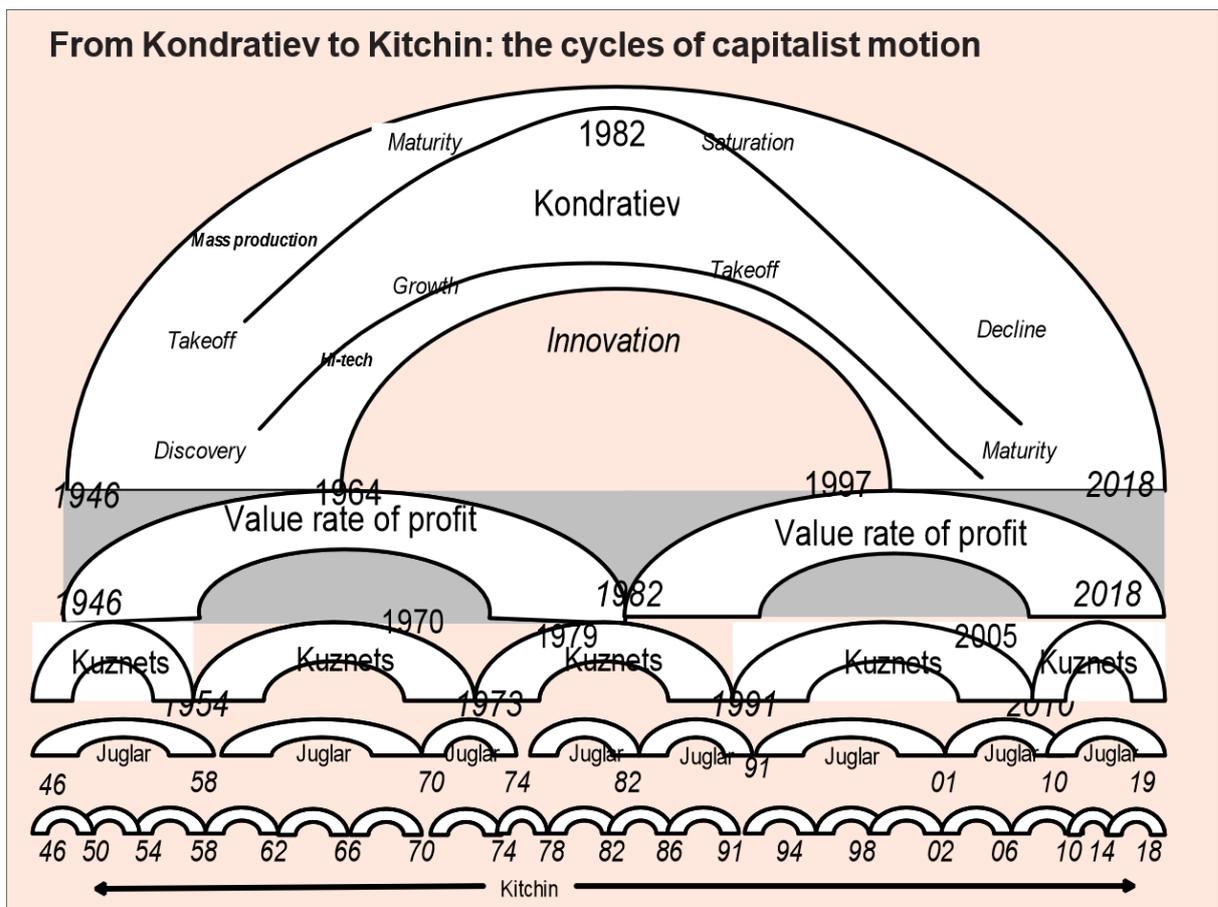
As diferenças de comportamento entre os ciclos de Juglar e o marxista (lucratividade) são explicadas pelo autor por dois motivos. O primeiro é que os ciclos de Juglar abrangem toda a economia (setor produtivo, improdutivo e governo) e, como a influência do setor produtivo (de valor) nos demais é sentida de maneira atrasada, os ciclos de lucratividade têm seu ponto mais baixo anos antes dos ciclos de Juglar. Essa explicação de Roberts contradiz, em parte, o cálculo da lucratividade proposto por ele próprio (da economia como um todo), pois ele inclui o setor financeiro na contabilidade, apesar de não incluir o governo.

O segundo motivo é que os ciclos de produção têm como causa as decisões de investimento dos capitalistas em capital variável e capital constante. Essas decisões são motivadas pelo movimento da lucratividade passada, mas as crises, advindas da redução de investimento e produção, que tem como causa prévia a queda da lucratividade, leva um tempo até se manifestar. Da mesma forma, a recuperação da lucratividade também demora a se converter em aumento dos investimentos na produção. A relação entre os ciclos se encaixa no que foi mencionado no capítulo 2, sobre a relação entre taxa de lucro, investimento e produção.

Por fim, o último ciclo mencionado por Roberts é o ciclo de Kitchin. Esse último tem duração de quatro ou cinco anos e é derivado das decisões sobre o tamanho do estoque mantido pelos capitalistas. Como não possuem controle das condições de mercado, os capitalistas aumentam a produção buscando antecipar o aumento da demanda – informados, geralmente, pelo aumento das vendas – e, com isso, aceleram o uso da capacidade instalada. Uma vez que as vendas pareçam diminuir, com os estoques crescendo em relação à demanda solvente, os capitalistas diminuem a produção até baixar os estoques.

Michael Roberts propõe não apenas a análise separada dos ciclos, mas também a unificação deles por meio do funcionamento do de lucratividade, uma proposição que está igualmente em Mandel (1995) e Shaikh (1992). A conexão entre o ciclo marxista e os demais é estabelecida pelos motivos previamente discutidos no capítulo dois, mais especificamente pelo nexos entre lucratividade, investimento, produção, emprego e consumo. Além disso, Roberts relaciona os ciclos com base em sua duração, desde o mais longo (Kondratiev) até o mais curto (Kitchin). Ele sugere que esses ciclos são interligados e que é possível compreender as nuances dos diversos períodos de crise ao considerar a atuação conjunta deles. Para ilustrar essa interconexão, Roberts utiliza um gráfico (Figura 22) que combina os diferentes ciclos (excluindo apenas o ciclo de ações, que têm pontos próximos ao de "value rate of profit"). Essa abordagem visa demonstrar como os ciclos interagem entre si, proporcionando uma compreensão mais abrangente das complexidades dos diferentes períodos de crise.

Figura 22 – Períodos e duração dos diferentes ciclos do capitalismo



Fonte: ROBERTS (2009, p. 70).

Roberts propõe que esses ciclos podem atuar de maneira conjunta, como aconteceu na recessão de 1974, quando “Juglar and Kitchin cycles troughed together. In an environment of falling profitability, world capitalism suffered its first post-war simultaneous economic slump.” (Roberts, 2010, p. 72) e durante a “estagflação” de 1980-2, período no qual a lucratividade atingia uma baixa e Kondratiev seu pico, mas, também, em sentido contrário. Nesse último caso, os efeitos de um atenuam o do outro, como ocorreu na recessão de 1991, que não foi tão severa quanto as já mencionadas porque, apesar das quedas do ciclo de Juglar, a lucratividade estava em alta.

Tomando o ciclo de lucratividade como determinante, Roberts demonstra como o estágio em que se encontra os ciclos altera as condições de operação do sistema. Embora os ciclos longos incluam vários ciclos curtos, em última instância o impacto direto na economia se reflete no ciclo de Juglar (produção), pois é ele que mede a ocorrência de recessões. Entre 1946 e 1965, as quedas no ciclo de Juglar tiveram impacto limitado, o que se deve ao fato de que, nesse período, o ciclo de lucratividade e o de Kondratiev estavam em fase ascendente. Entre 1965 e 1982, com a diminuição da lucratividade e a manutenção da ascensão de Kondratiev (preços), as recessões de 1970, 1974 e 1980-1982 foram mais severas e caracterizadas por inflação. O período de 1980-1982 foi marcado por uma crise prolongada, representando a crise final de estagflação, uma vez que coincidiu com o ponto mais baixo do ciclo de lucratividade, o ápice de Kondratiev e de Kuznets (preço dos imóveis).

Em 2006, Roberts alertou que a recessão prevista, com base na duração média do ciclo de Juglar, para 2010, e o desemprego dela decorrente seriam tão profundos quanto foram em 1974-5 e 1980-2, pois, desde 1997, o capitalismo (pelo menos nos EUA) havia adentrado uma zona cinzenta de baixa lucratividade e preços em queda. As recessões, além disso, teriam caráter próximo a dos anos 30, pela característica deflacionária. Roberts previu um encontro histórico de fases de baixa dos diferentes ciclos citados (Juglar, Kuznets e Kitchin) por volta de 2009-2010. Em suas palavras:

We are now in another profit downwave that should not bottom until around 2015. So output and employment slumps should be as severe and long-lasting as they were in 1974-5 and 1980-2. This profit downwave now coincides with the downwave in the Kondratiev prices cycle that started in 1982 and won't reach its bottom until 2018. So it is likely that future economic slumps will not be stagflationary but deflationary. [...]. The next troughs in the Kuznets construction cycle, the Juglar growth cycle and the Kitchin inventory cycle are due in 2010. There has not been such a coincidence of cycles since 1991. And this time (unlike 1991), it will be accompanied by the downwave in profitability within the downwave in

Kondratiev prices cycle. It is all at the bottom of the hill in 2009-2010! That suggests we can expect a very severe economic slump of a degree not seen since 1980-2 or more likely since 1929-32, the last time all these cycles troughed or were in downwaves. (ROBERTS, 2009, p.72-73).

Roberts, por fim, prognosticou que o fundo do ciclo de lucratividade, previsto para 2015-16 – embora o gráfico pareça indicar 2018 –, acarretaria outra recessão profunda, que talvez precedesse uma recuperação futura. Agora, considerando todas as informações de base teórica e metodológicas citadas, cabe demonstrar como o autor operacionaliza concretamente seus conhecimentos na análise da Grande Recessão e no desenvolvimento da sua tese sobre o estágio do capitalismo pós-crise de 2008, a Longa Depressão.

## 4 A GRANDE RECESSÃO E A LONGA DEPRESSÃO

A estrutura do capítulo quatro, o principal para os objetivos desse trabalho, qual seja, clarificar a explicação de Michael Roberts sobre as causas e desdobramentos da crise de 2008 no capitalismo contemporâneo, seguirá estrutura semelhante à do primeiro livro publicado pelo autor estudado, *The Great Recession* (2009). O livro é dividido em três partes: antes, durante e depois da “Grande Recessão” e esse terceiro capítulo o será em: o relato da Grande Recessão: antes e durante, as causas de Grande Recessão: diagnóstico consolidado e Da Grande Recessão à Longa Depressão. O objetivo do primeiro tópico é mostrar como Roberts narrou e interpretou o capitalismo antes de 2007 até setembro de 2009 em seu livro *The Next Recession*. O segundo tópico visa, a partir tanto desse primeiro livro quanto de papers publicados em revistas acadêmicas, artigos do blog *The Next Recession* e de livros posteriores (principalmente *The Long Depression*), expor a explicação de Roberts sobre a crise de 2008 a partir da LQTTL e suas críticas aos demais enfoques. O terceiro tópico abrangerá toda a produção do autor, com foco nos livros, mas, recorrendo aos demais materiais lidos e classificados em grau de relevância, e tem como foco expor sua tese, ou seja, que o capitalismo vive uma fase de “depressão”. Esse tópico abarca o período após o fim da Grande Recessão (2009) até 2016, ano de publicação de *The Long Depression*.

### 4.1 O relato da Grande Recessão: antes e durante

Causa grande estranheza, aos olhos de hoje, a leitura de textos sobre o estado da economia capitalista mundial no pré-crise de 2008. Evidente que as nações e até mesmo empresas mais importantes não mudaram tanto. China e Estados Unidos continuam tendo a dianteira da economia mundial, por exemplo. Mas as relações entre os países, a vida das populações e o papel do Estado na economia sofreram grandes alterações. Em 2005, Michael Roberts observou que a economia mundial possuía dois sustentáculos: o consumo das famílias dos EUA e a manufatura chinesa. A essa economia, baseada na complementaridade entre consumo dos estadunidenses e superávits comerciais chineses, Roberts denominou “admirável mundo novo”. Entretanto, diferente dos apologistas do sistema, o autor era extremamente cético quanto à longevidade do modelo. A complementaridade parecia ser vista por esses últimos como uma forma estável através da qual a economia capitalista poderia se reproduzir.

Essa sensível dinâmica macrofinanceira baseava-se em uma transformação de fundo. Os países capitalistas do G7 especializavam-se cada vez mais em negócios não produtivos,

como a gestão de ativos, o marketing e a organização de pedidos, com a produção sendo realizada em outros países, com custos de produção mais baixos (especialmente na Ásia). No modelo, o motor da economia era o endividamento, com as economias do G7 operando um capitalismo “financeirizado”, até certo ponto “oposto” ao funcionamento do “capitalismo industrial” dos séculos XIX e XX, baseado na produção de “valor”. Segundo Roberts, defender a sustentabilidade do modelo correspondia a sustentar, a nível global, uma visão moderna da “Fábula das abelhas” de Mandeville. Mas essa complementaridade entre países “em desenvolvimento” produtores e “países desenvolvidos consumidores e extratores de renda” assumes that profits are irrelevant. What is important is that the price of stocks and shares keep rising, the price of property keeps rising and that interest rates keep low, not making profits” (ROBERTS, 2009, p.23).

Nessa economia, a demanda das famílias estadunidenses e o financiamento do Estado norte-americano eram, em última instância, garantidos pelos fluxos provenientes da importação de lucros e dividendos das companhias que operavam no exterior e pela inundação de capital proveniente do superávit comercial da China e dos demais países exportadores da Ásia. O limite do modelo está no fato que os preços dos imóveis – que estavam, como veremos, na base do mercado de crédito barato estadunidense –, das ações (que gerava fundos para as empresas produzirem fora do país) e o financiamento da dívida pública não são independentes da realidade produtiva da economia. No médio e longo prazo, esses preços dependem do lucro ou da mais-valia gerada.

Roberts alertava que se os lucros das empresas começassem a diminuir, “todas as apostas” estariam perdidas, o investimento estrangeiro das empresas, bem como a demanda de mercadorias e os preços das ações cairiam, com as economias do G7 possivelmente entrando em recessão. Como, do ponto de vista marxista, os lucros advém apenas da produção de valor, os juros dos empréstimos e dividendos são apenas redistribuições do lucro produzido e o marketing, a publicidade e a distribuição são somente condições da realização do lucro – que não produzem valor –, Roberts concluiu que a economia do “admirável mundo novo” só era sustentável enquanto a produção de lucro e a lucratividade estivessem em alta.

Em prognóstico sombrio de 2006, Roberts alertava para o que viria:

Buying a house in America keeps the whole world going round. What will prove this wrong is when the profitability of the capitalist system starts to fall. At present, US profitability in the whole economy is around 8.5% of annual output. That’s very near the historic peak of the last 25 years of 9%. But it is now beginning to decline. (2010, p.24).

A perna frágil da economia do “admirável mundo novo” estava nos gastos dos consumidores dos EUA, que cresciam a uma taxa anual de 4-5%, conforme relatado pelo autor. Esse consumo, entretanto, era baseado sobretudo na política de juros baixos do FED e no “boom no mercado imobiliário” dos EUA por ela propiciado. Os juros baixos, aliados à redução das exigências para garantias de empréstimos, facilitou significativamente o financiamento de imóveis e esse cenário incentivou a expansão da construção e venda de residências, resultando no aumento dos valores das propriedades imobiliárias.

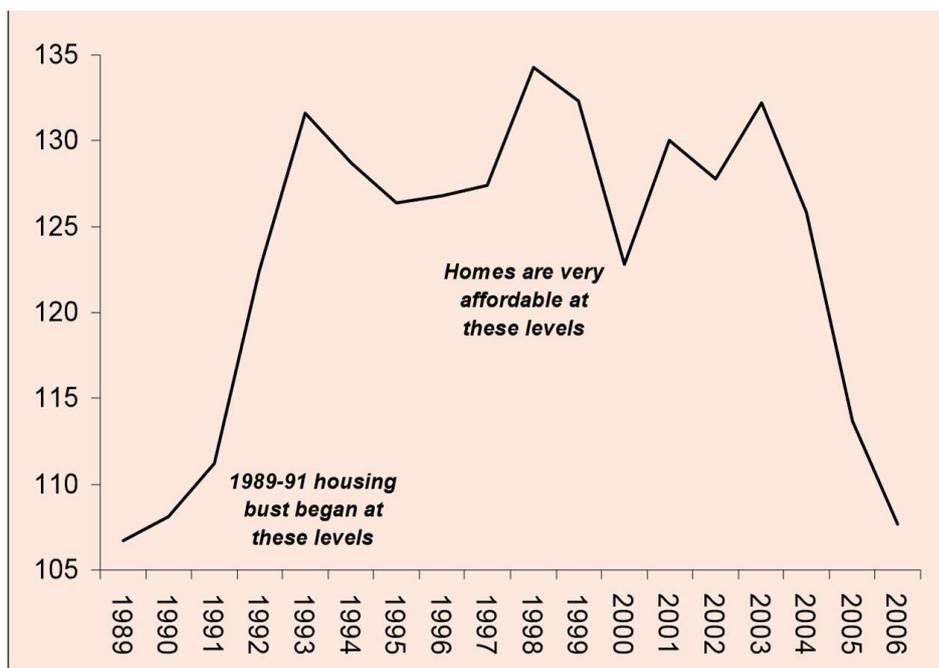
A escalada dos preços incentivava os proprietários a refinanciar suas dívidas com o dinheiro auferido da hipoteca de suas casas e, com os empréstimos mais acessíveis, a ampliarem gastos, o que impulsionava a economia. No entanto, Roberts via esse cenário como um castelo de cartas, pois as hipotecas se fundamentavam na crença de um contínuo aumento futuro dos preços dos imóveis, uma premissa que eventualmente se mostraria falha. Dessa forma, a vulnerabilidade do crescimento econômico mundial tornava-se evidente devido à sua dependência do consumo das famílias nos Estados Unidos.

A ressonância do iminente estouro da bolha imobiliária que se gestava nos EUA já ecoava em outras nações desenvolvidas, como Inglaterra e Austrália. Essa sintonia temporal se devia à semelhança da realidade desse mercado nos EUA com a de diversos países da OCDE, levando a *The Economist* a classificá-la como a maior bolha da história, superando até mesmo a do mercado acionário de 1929 e do final dos anos 90. O mercado imobiliário daqueles países quebrou devido à ação conjunta do aumento dos preços dos imóveis (que tornou a aquisição inacessível para os consumidores) e da alta da taxa de juros. Nos EUA, em 2006, os preços dos imóveis estavam crescendo a um ritmo de 25% a 50%, de forma que, mesmo com financiamento abundante e barato, tornavam-se cada vez mais distantes da realidade dos ganhos salariais. Um dos indicadores apresentados por Roberts para ilustrar o iminente perigo de colapso imobiliário era a "home affordability" (Figura 23), que, em 2006, alcançava níveis próximos aos observados no último colapso da bolha imobiliária, entre 1989 e 1991.

Em 2006, quando o Federal Reserve (FED) iniciou o aumento das taxas de juros, Roberts sustentava a tese de que a congruência entre os preços das residências e os rendimentos salariais demandaria uma queda de pelo menos 15-20% nos valores das casas (2009, p.21). Isso implicaria um colapso no mercado imobiliário, com repercussões abrangentes em toda a economia, visto que, com a estabilização dos preços dos imóveis, o consumo das famílias despencaria, pois este era bastante fundamentado em empréstimos hipotecários. Roberts prognosticava que a economia dos EUA sofreria mais que as outras pelo colapso do preço dos imóveis, porque as grandes empresas, bancos principalmente, extraíam grande parte dos seus

lucros de empréstimos desse tipo. O autor também alertava para o risco de contágio, resultando em uma crise financeira sistêmica, caso houvesse inadimplência nas hipotecas, pois até mesmo agências “semigovernamentais” estavam envolvidas em negociações com títulos lastreados em dívida hipotecária.

Figura 23 – evolução do indicador “housing affordability” nos EUA (1989-2006).



Fonte: ROBERTS (2009, p. 12).

O prognóstico de um colapso no mercado imobiliário era sombrio, mas não parecia assombrar tanto as autoridades dos EUA. Por exemplo, Alan Greenspan, presidente do FED, afirmou, em 2005, que não via “sign of a nationwide housing bubble, but he acknowledged concerns over “froth” in the market” (ANDREWS, 2005), e seu sucessor, Ben Bernanke, no início do seu mandato, em depoimento ao Congresso dos EUA, afirmou que “a levelling out or a modest softening of housing activity seems more likely than a sharp contraction” (BALLS, 2006). Essa aparente tranquilidade das autoridades monetárias refletia a perspectiva da classe dominante, cujo patrimônio abrange uma infinidade de ativos, com uma dependência limitada dos valores imobiliários.

O que Roberts (2009) destacava em seus textos de 2005 e 2006 era, portanto, a existência de uma “bomba-relógio” representada pelo mercado imobiliário dos EUA. Os indícios dessa situação estavam evidentes em dados como: o início de uma queda dos preços das casas a partir de junho de 2005, o recorde de número de casas não vendidas, a redução das projeções de vendas das empreiteiras e, principalmente, a grande dependência da renda das

famílias do aumento dos preços das casas, que começavam a dar sinal de queda (ROBERTS, 2009). O potencial estouro da bolha imobiliária seria mais grave nos EUA, em comparação aos dois países mencionados (Inglaterra e Austrália), por alguns motivos cruciais: quase metade dos estadunidenses possuía hipoteca; as dívidas hipotecárias eram altas em relação aos valores dos imóveis e os norte-americanos destinavam uma parcela maior da renda para o pagamento de hipotecas comparativamente aos australianos e ingleses.

Em 2006, o Federal Reserva se viu diante de um dilema econômico. Por um lado, a inflação era prevista para 2% ao ano em 2006 e 2007, indicando, de acordo com as premissas adotadas pelas autoridades, a necessidade de elevar as taxas de juros. Por outro, havia o reconhecimento de que “home values have moved above levels that can be supported by fundamentals and that... A realignment – if abrupt – could materially sap household wealth and confidence and, in turn, depress consumer spending, the monetary report to Congress said” (BALLS, 2006). Diante desse cenário, o FED se via constrangido pela decisão de elevar as taxas de juros a fim de conter uma possível inflação – atribuída à demanda impulsionada pelos empréstimos hipotecários –, arriscando uma queda no consumo e na economia, ou mantê-las baixas, com receio de um cenário inflacionário.

O boom imobiliário da Inglaterra e da Austrália em 2005 acabou justamente quando os bancos centrais dos respectivos países elevaram as taxas de juros, porém, a situação nos EUA era diferente: por um lado melhor, porque as hipotecas eram menos baseadas em taxas variáveis, e por outro pior, pois os preços das casas estavam já há muito inacessíveis aos consumidores, tornando a renda dos proprietários mais vulnerável a pequenas variações das taxas hipotecárias. Em *From boom to slump*, Roberts (2009) concluiu que o mercado imobiliário dos EUA havia colapsado, o pico dos preços tinha ocorrido no meio de 2005 e, pela primeira vez em quinze anos, os preços médios das habitações estavam caindo.

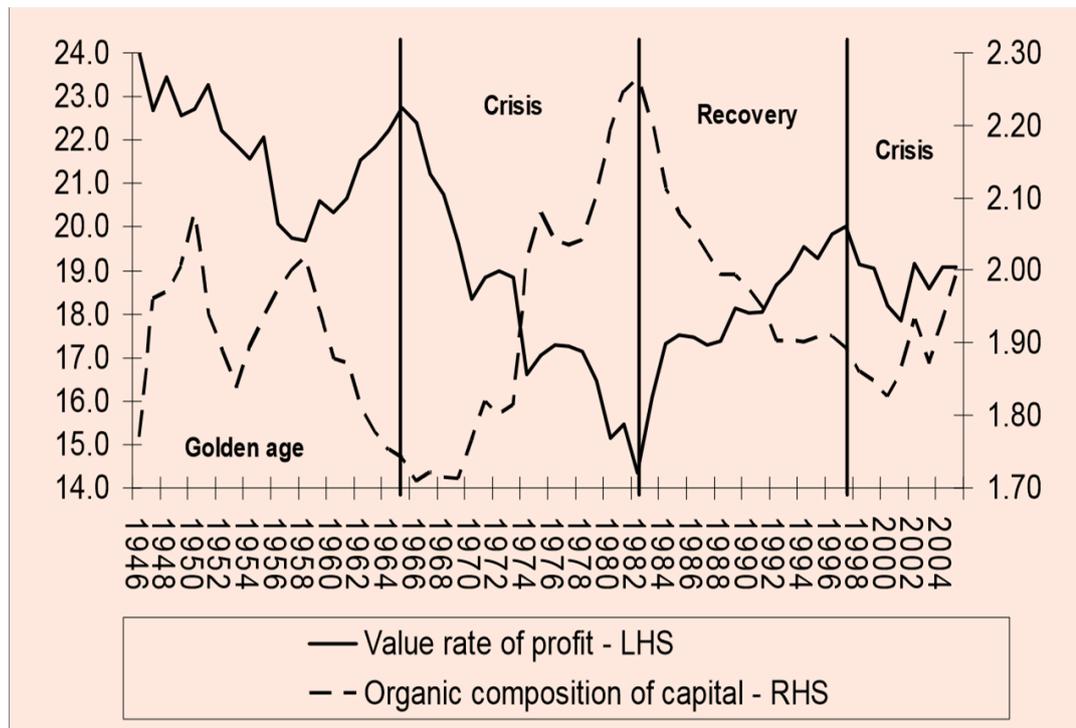
Ao contrário das visões otimistas disseminadas pelos jornais econômicos e pela mídia corporativa, sobre o excepcional desempenho do mercado de ações e da economia capitalista, Roberts afirmava que “everything is shaping up for a very serious slump in world capitalism by the end of this decade at the latest.” (2009, p. 117). Em fevereiro de 2007, ao observar que a maioria das economias estavam prevendo crescimento, com exceção dos EUA – que, mesmo assim, não cairia em recessão –, ele questionava a validade desse otimismo e ponderava sobre a capacidade do capitalismo realmente crescer sem passar por crises nos próximos anos. A resposta foi que a possibilidade dependia do ciclo de lucratividade. O entusiasmo predominante era sustentado pela convicção compartilhada por analistas e autoridades bancárias das principais economias de que os fundamentos econômicos (emprego, lucros, taxa de juros e

inflação) estavam intactos. A queda nos preços das ações no início de 2006 era interpretada por esses atores como uma correção saudável antes de o mercado retomar seu crescimento.

Como mencionado anteriormente, para Roberts, o desempenho do investimento, emprego e produção dependem do lucro (e este, por sua vez, da lucratividade) e a sua divergência com os representantes da economia burguesa baseava-se justamente na análise da lucratividade da economia dos EUA. A partir da análise da duração dos ciclos, Roberts (2010) afirmava a vigência de uma fase de baixa do ciclo de lucratividade – ilustrada no gráfico abaixo sobre a trajetória da lucratividade entre 1948 e 2005 (Figura 24) – e que essa baixa coincidia com a dos preços da economia (Kondratiev) que havia começado em 1982 e que duraria até pelo menos até 2018. O autor também previa que, por volta de 2010, um encontro das fases mais baixas (“throughs”) dos vários ciclos que ele identifica na economia capitalista (de construção, de crescimento da produção e de comércio) aconteceria, o que “suggests around then, we can expect a very severe economic slump of a degree not seen since 1980-2 or more likely since 1929-32, the last time all these cycles troughed or were in downwave” (2010, p. 143). Portanto, contrariamente às expectativas dos economistas burgueses e da mídia corporativa, que se concentravam nos resultados imediatos da economia, especialmente no mercado acionário, Roberts destacava que as tendências e indicadores de longo prazo apontavam para um período de crises iminentes.

Diferentemente da queda conjuntural do mercado de ações em 2007, que serviu mais como um “sinal” do que estava por vir, a recessão prevista por Roberts atingiria efetivamente o mercado de ações. Mesmo entre os economistas e a mídia mainstream, a aflição quanto à possibilidade de uma crise financeira sistêmica começava a surgir, principalmente pela queda absoluta dos preços dos imóveis nos EUA em 2006, que estava por trás da queda do mercado acionário. A falência da New Century em março de 2007 exacerbou esses temores, levando Roberts a observar que “some bourgeois investors are worried that a further collapse will weaken the US economy further and cause a ‘domino’ effect across the world” (2009, p.166).

Figura 24 – evolução da taxa de lucro marxista e da composição orgânica do capital na economia dos EUA em % (1948-2005)



Fonte: ROBERTS (2009, p. 33).

O temor gerado pela crise do fundo de investimento imobiliário New Century se deveu à posição da empresa no mercado subprime, pois era a segunda maior emprestadora. A crise foi tão intensa que:

Na segunda feira, 5 de março a ação terminou o dia sendo negociada a 4,56 dólares, representando que em um mês houve uma queda de aproximadamente 83% do valor de mercado da companhia. Em 8 de março, a empresa parou de fornecer crédito para novos empréstimos e declarou que não teria como pagar cerca de 70 milhões de chamada de margem de um total de 150 milhões [...] No dia 13 de março a empresa foi removida da New York Stock Exchange. E no dia 2 de abril de 2007 a New Century declara falência pelo capítulo 11 da legislação americana. (TEDESCO, 2019, p.27).

O estouro da bolha do mercado imobiliário havia tornado iminente a falência de mutuários e o default nos prestamistas, o que, pelos esquemas com os títulos de dívida lastreados em hipoteca – aos quais grandes bancos e seguradoras estavam expostos –, gerava grande risco de um default generalizado.

#### 4.1.1 A crise financeira propriamente dita (2007-2009)

Em setembro de 2007, o banco Northern Rock encontrou-se à beira da falência devido à escassez de liquidez, sendo obrigado a recorrer ao Banco da Inglaterra para quitar suas dívidas. Apesar das declarações do Governo garantindo a ausência de risco de inadimplência, a notícia desencadeou uma corrida bancária, com correntistas procurando retirar seus depósitos. A crise do banco se deu na esteira da crise dos subprime que havia iniciado nos EUA e resumia a crise financeira que se espalhava no capitalismo. Antes dele, em agosto, a American Home Mortgage Investment Corp filed já havia declarado falência nos EUA, o segundo maior banco da Zona do Euro, BNP-Paribas, congelado a retirada de dinheiro dos seus fundos imobiliários e os bancos centrais da UE e dos Estados Unidos (FED) tomados medidas para injetar liquidez no sistema financeiro. “The credit crunch had begun!” (ROBERTS, 2009, p.199).

O Northern em si não havia emprestado diretamente a mutuários dos EUA ou realizado empréstimos subprime, mas colapsou porque passou a financiar indiretamente empréstimos hipotecários. A história do banco dá conta do que foi o crescimento baseado em capital fictício do capitalismo dos países desenvolvidos a partir dos anos 90, época em que o “Northern had been a steady building society based in Newcastle, only lending based on deposits it got from people who put them with it.”, mas “turned itself into a bank with shareholders and launched an aggressive strategy of lending cheap to householders.”(2009, p.170-171).

A trama que levou ao pedido de resgate dessa instituição resultou do pânico financeiro que se espalhava, em 2007, devido ao estouro da bolha do mercado imobiliário norte-americano. Os preços dos imóveis chegaram a crescer 15% ao ano e isso havia alavancado a estrutura de empréstimos precipitada pela baixa da taxa de juros. Segundo Roberts, antes do boom, quando os preços dos imóveis cresciam de 3 a 5%, o empréstimo hipotecário usual era de 75% do valor dos imóveis, com taxa fixa de 30 anos. Com o boom, os empréstimos chegavam a cobrir 100% dos imóveis, com taxas variáveis a custo quase zero nos primeiros meses. À medida que os preços das residências pararam de subir no meio de 2005 e posteriormente, em 2006, começaram a desabar, os fundos imobiliários, que concediam empréstimos aos proprietários e comercializavam títulos lastreados em hipotecas com os bancos, começaram a enfrentar dificuldades. Os prestamistas subprime, cuja garantia era a elevação dos preços dos imóveis, não podiam mais arcar com seus empréstimos e os defaults pularam de 3 para 15%. Como as dívidas não estavam apenas nas mãos ou registros dos emprestadores imediatos – pois os credores vendiam essas dívidas para outras instituições globalmente, como fundos de investimento, na forma de títulos –, o efeito dos calotes se generalizou no sistema financeiro internacional. A interconexão do capitalismo global por meio do circuito financeiro piorou a situação e espalhou crises que poderiam ser localizadas.

Os produtos financeiros dependentes do boom imobiliário incluíam hipotecas prime e subprime (que pagavam mais juros e correspondiam a 10% do mercado hipotecário dos EUA), bem como os chamados “mortgage-backed assets”. No auge da bolha, “sub-prime mortgage securities reached \$3trn globally and prime mortgages reached another \$25trn” (Roberts, 2009, p. 178). Outro componente da conjuntura de bolha foi o envolvimento das seguradoras, que ofereciam os derivativos que “asseguravam” os empréstimos, e o comportamento permissivo das agências de risco, que classificavam produtos de alto risco positivamente, de forma que se tornavam facilmente negociáveis. A fictícia segurança dos empréstimos e o envolvimento de agências de rating em atribuições de notas altas para várias instituições fizeram o negócio de seguros se expandir de tal forma que, com a grande inadimplência a partir de 2007, esse ramo também enfrentou grandes dificuldades.

O “esquema ponzi”, conforme descrito por Roberts, era fundamentado no empacotamento de títulos de dívida hipotecária concedidas por bancos e outras entidades financeiras. Os títulos, abrangendo ativos com graus de risco diferentes, formavam produtos financeiros, que eram vendidos a outros bancos ou instituições de vários países, conhecidos como ‘asset-backed securities’ (títulos lastreados em ativos, imóveis principalmente). Isso permitia aos bancos retirarem dos seus balanços esses passivos e abria espaço para uma alavancagem muito maior. A demanda por esses produtos era impulsionada pela alta rentabilidade, aparente baixo risco (devido às avaliações favoráveis concedidas por agências de rating) e pela ideia de que eram lastreados em ativos de alto valor, especialmente pelo aumento dos preços dos imóveis na época.

A cadeia de negócios baseados em empréstimos hipotecários deu certo enquanto os valores dos imóveis subiam, pois grande parte dos empréstimos, como se sabe, foram feitos para mutuários com baixa renda e com garantias pífiás, apenas confiando que a garantia (imóveis com preços crescentes) continuava assegurando empréstimos rentáveis. Com o fim do boom imobiliário, “the mortgage lenders were losing money and behind them, the owners of all these mortgage-backed securities found that their ‘assets’ were not worth what they paid for them. And just everybody and his dog in the financial world had these securities” (2009, p.210). Devido ao compartilhamento dos riscos, uma vez que o esquema ruísse, todos os agentes do sistema seriam golpeados.

A desvalorização desses títulos desencadeou uma crise que se propagou para os bancos europeus, os quais haviam adquirido instrumentos financeiros de instituições norte-americanas. O Northern, inserido nesse contexto de pânico financeiro, viu-se impactado pela escassez de crédito no mercado interbancário – fenômeno comum em períodos de crise – e acabou sendo

nacionalizado pelo governo inglês, com o ministro das finanças, Alistair Darling, voltando atrás do depoimento do presidente do Banco da Inglaterra (de que não salvaria as instituições especuladoras que eventualmente entrassem em crise) e garantindo todos os depósitos dos correntistas. As justificativas foram o prejuízo causado para os depositantes e no risco de contágio do sistema bancário.

A crise financeira e creditícia que, em setembro de 2007, Roberts afirmava estar apenas em sua fase inicial, era resultado de pelo menos quinze anos de crescimento econômico baseado no aumento do capital fictício, dinâmica ilustrada pelo autor (ROBERTS, 2010) pelo contraste entre o crescimento médio de 3% na produção anual desde os anos 90 nos países da OCDE e o aumento de 25% na "liquidez" (que inclui oferta monetária, dívidas, empréstimos pessoais e derivativos). O crescimento dos países desenvolvidos estava profundamente vinculado ao consumo das famílias, sustentado pelo crescente endividamento favorecido por políticas monetárias de juros baixos. Esse cenário era beneficiado pelo boom nos mercados imobiliário e acionário. Esse último colapsou em 2001, nos EUA, e o primeiro começou a se desestabilizar em 2005.

O boom começou com a baixa para 1% da taxa de juros dos EUA pelo FED e o estouro foi causado pelo distanciamento dos preços das casas em relação à renda das famílias e piorado quando, em junho de 2005, o FED iniciou uma política de aumento da taxa de juros básica, que chegou, após 18 meses, a 5,25%. Com o aumento dos juros, o que se revelou foi a forma que as crises aparecem no capitalismo, a superprodução de imóveis em relação à demanda solvente, com "builders found that they could not shift their new condos without massive discounts and incentives." (ROBERTS, 2009, p.177).

A alta disponibilidade de crédito incentivou investimentos em setores não produtores de valor da economia, como ações e compra de imóveis, uma característica comum do capitalismo moderno, em sua "fase de declínio" (ROBERTS, 2009). Como os indicadores da economia capitalista dependiam fortemente desses setores, a queda do mercado imobiliário a partir de 2005 revelou a natureza fictícia do crédito e dos lucros, que não se fundamentavam na criação de valor real, mas na inflação de uma bolha especulativa. Com a desvalorização do capital em formas creditícias, como em todas as crises, os bancos, buscaram desalavancar, apegando-se ao equivalente geral (dinheiro) e reduzindo o crédito. Isso levou ao desaparecimento de grandes massas de capital fictício e revelou a estrutura precária da produção de valor "beneath a welter of worthless paper." (2010, p.192).

Esse processo iniciado no "setor financeiro" apontava para uma recessão econômica, ou seja, para uma queda na produção, causada, segundo a análise de Roberts, pela queda na massa

de lucros, que, por sua vez, se deve à queda na lucratividade. Era o que acontecia em 2008, quando os lucros corporativos dos diminuíam nos EUA. Isso, eventualmente, levaria à queda ou diminuição do investimento e do emprego. A recessão, que Roberts previa, em 2007, seria pior do que a de 2001. Depois dessa última, a economia foi ressuscitada com uma injeção de liquidez que inflou mercados imobiliários e consumo das famílias, mas, em 2008, havia uma crise de crédito e imobiliária que tornava essa saída improvável.

Em novembro de 2007 Roberts asseverava que “the collapse in credit will be just as severe over the next few years as the expansion of fictitious capital was in the last five.” (ROBERTS, 2009, p.181). A crise de crédito, no diagnóstico que o autor sustentava desde 2005, levaria à pior crise capitalista desde 1980-2 e talvez tão ruim quanto a de 1929-33, porque os ciclos de lucratividade, preços e imóveis estavam todos sincronizados em fases de baixa. O mercado de ações propriamente dito, que amargou grandes perdas em 2001, passou a sofrer apenas no início de 2008. O efeito foi atrasado em relação aos outros setores, como o imobiliário e o bancário, porque, segundo o autor, os investidores ainda acreditavam que a “economia real” não sofreria tanto, porém, “profits results from the big companies were down hugely [...] US corporate profits looked to have fallen by about 5-10% in the last quarter of 2007.” (Roberts, 2010, p.183-184).

Em janeiro de 2008 Roberts afirmava que a economia dos EUA avançava para uma provável recessão. As políticas dos bancos centrais, à época, já se tornavam contracíclicas, com o FED, o Banco da Inglaterra e o Banco Central Europeu lançando uma injeção coordenada de 500 bilhões de dólares no sistema financeiro (ROBERTS, 2010, p.184), o que mesmo assim não impedia a queda do mercado imobiliário, de ações e o consumo das famílias nos EUA e na Inglaterra.

Em março de 2008, o relato da crise teve como principal notícia a falência do quinto maior banco de investimento dos EUA, o Bear Stearns, que acabou sendo resgatado pelo JP Morgan, por um acordo orquestrado pelo governo dos EUA. Primeiro o FED forneceu um empréstimo de emergência ao banco e depois arranhou uma compra por uma fração do valor de mercado pelo JP Morgan. Esse último banco pagaria aos acionistas do Bear Stearns com suas próprias ações 2 US\$ por ação e contaria com um empréstimo do FED de 30 bilhões de dólares para garantir os títulos e empréstimos do Bear Stearns. O governo operou esse resgate porque, nas palavras do presidente do FED, Ben Bernanke, do contrário “the adverse effects would not have been confined to the financial system but would have been felt broadly in the real economy through its effects on asset values and credit availability” (ROBERTS, 2009, p.212)

O mesmo Bernanke, no início da crise, havia estimado as perdas advindas da crise do subprime entre 50 e 100 bilhões de dólares. Mas os prejuízos com os bancos foram da ordem 500 bilhões e a nível global “any reasonable estimate of the total financial damage globally puts the figure at over \$1trn (the IMF) or even \$2trn. That’s compared to world GDP of about \$60trn, or 3% of world GDP.” (Roberts, 2009, p. 213) Os resultados da economia mundial, em 2008, apontavam para uma recessão em todos os países do G7, dos países das Eurozona em geral e uma desaceleração da China.

Em dezembro do mesmo ano ocorreram os fatos mais impactantes da crise que se iniciou em 2007 e terminou em 2009. Houve, inicialmente, a intervenção federal nas empresas de crédito imobiliário Federal National Mortgage Association (FNMA), a “Fannie Mae”, e na Federal Home Loan Mortgage Corporation (FHLMC), ou Freddie Mac. Assim como aconteceu com o Northern da Inglaterra, o governo “nacionalizou” essas empresas, com a justificativa de que a falência representaria uma debacle econômica, pois as duas somadas respondiam por mais de 50% do mercado de hipotecas (FOLHA, 2007).

Houve, além disso, a compra do Merrill Lynch por 50 bilhões de dólares pelo Bank of America. A compra também se deu para evitar a falência, mas num contexto diferente da do Bear Stearns pelo Morgan, visto que “the Fed has ruled any further support for Wall Street's banks, telling them they must resolve the crisis using shareholder funds rather than relying on taxpayers” (GUARDIAN, 2007). Ainda em setembro, dentro desse contexto e dessa última diretiva do FED, ocorreu o episódio que se tornou símbolo da crise, a quebra do Lehman Brothers.

A política de “tolerância zero” do governo dos EUA não perdurou. Ainda em setembro o presidente George Bush tentou emplacar um pacote de 700 bilhões para compra de ativos de hipotecas dos bancos de Wall Street, ou seja, um resgate dos bancos. O pacote total chegaria a 40% do PIB dos EUA e a 6 trilhões. O que Michael Roberts chamou a atenção, à época, foi que, com o pacote anunciado pela presidência, o Estado seria dono de grande parte das hipotecas dos estadunidenses, mas isso não representaria um alívio das dívidas desses últimos, mas, sim, mais custos, que viriam na forma de endividamento estatal, aumento de impostos ou redução dos gastos governamentais. Os que ganhariam seriam, mais uma vez, os capitalistas. Em resumo: “it’s just this is socialism for the rich, while the rest of us have to continue to live under capitalism.” (ROBERTS, 2010, p.226).

Em 29 de Setembro, a câmara de deputados dos EUA rejeitou, numa primeira votação, o HR 3997 (Emergency Economic Stabilisation Act), conhecido como “Billion Bailout Bill” nos EUA ou lei de resgate dos bancos, o que no seu comentário sobre a votação, Roberts

classificou como “um chute na cara do capital”. A campanha de aprovação foi fortemente ligada ao medo e temor espalhado para o povo, mas, mesmo assim, inicialmente, ela não foi aprovada na Câmara dos Deputados. Roberts apontou que havia duas possibilidades: a lei ser novamente reprovada (o que poderia comprovar o diagnóstico do secretário do tesouro Hank Paulson e do presidente Bush, que o não resgate aprofundaria crise) ou ela ser aprovada e, nesse caso, o resultado seria, para Roberts, que um risco inflacionário com estagnação se consolidasse nos EUA e na Europa. Resumindo as alternativas: “depression worldwide or stagflation worldwide” (2009, p.219).

Dias depois, no dia primeiro de outubro, o “chute na cara do capital” foi revertido no Senado. A grande pressão popular que fez os deputados rejeitarem a proposta não funcionou no Senado, que aprovou a proposta com um placar de 74 a 25. A votação foi realizada antes nessa Casa para acelerar os trabalhos. Depois da aprovação, Bush pressionou:

O povo americano espera - e nossa economia precisa - que a Câmara de Representantes aprove este bom texto esta semana e o envie ao meu gabinete [...] O texto que o Senado aprovou é essencial para a segurança financeira de cada americano. Agora, a Câmara de Representantes receberá esta legislação de socorro, com as mudanças que fez o Senado, e penso que os membros dos dois partidos na Câmara podem apoiá-lo" (G1, 2008).

A pressão funcionou. Depois de ser aprovado pelo Senado, “on October 3, the House voted 263–171 to enact the bill into law. President George W. Bush signed the bill into law within hours of its congressional enactment, creating the \$700 billion Troubled Asset Relief Program (TARP) to purchase failing bank assets” (WIKIPEDIA, 2023) As razões alegadas para as mudanças dos votos giravam em torno da preocupação com as consequências da piora da crise de crédito e das “melhorias” da proposta pelo Senado. Essas ampliaram as garantias de depósito assegurado pelo governo de cem mil dólares originais para 250 mil, o que aumentou a parcela da população beneficiada pelo projeto. Os congressistas que votaram a favor da proposta impopular foram os que tinham bases eleitorais mais garantidas (NYT, 2008), mas o essencial parece ter sido os esforços de lobby da American Bankers Association (ABA) (RAMIREZ, 2009). Esses resgates, como alertaram os críticos da época, incluindo Roberts, seriam pagos pela população futuramente através de cortes de emprego, reduções salariais, execuções de dívidas e de altas dos impostos.

Em fevereiro de 2009, o diagnóstico de Roberts foi que o risco de uma recessão como ao de 1930 foi evitado, mas que havia retornado um período de “crise” e “boom”. Em 2009, as previsões para a economia mundial eram que:

Nothing can stop the oncoming recession. The IMF now expects global growth next year to be just 3%, which means rising unemployment in the majority of so-called 'emerging economies' like China, India, Brazil, Argentina, Turkey and eastern Europe. In the advanced capitalist economies, British, American and European national output is already falling along with Japan. There is going to be 'negative growth' this year and next." (ROBERTS, 2009, p.241).

Os Estados Unidos, por sua vez, estariam, em previsões de fevereiro de 2009, numa redução de 5% ao ano da produção e a Inglaterra de 4% ao ano.

A solução iniciada pelos governos nas grandes economias foi de uma saída keynesiana, com expansão da liquidez respaldada pelo Estado e diminuição da taxa de juros, o que resultou no aprofundamento do déficit do Estado. A visão de Roberts era de que, como a causa da recessão estava na lucratividade, e não apenas no sistema financeiro, isso não resolveria o problema. Na sua análise, seria necessária uma recessão para limpar o excesso de capital do sistema, a "superacumulação". Uma vez que a lucratividade iniciou sua queda em 1997 e o ciclo não havia atingido sua fase mais baixa, a produção poderia ser retomada com bases modestas, mas, porque "we are still in the downphase of the profitability law of motion of capitalism. Eventually, another slump will occur, probably about 2014-15, which will be deep again." (2009, p.242).

Com alguma antecipação em relação aos debates atuais, Roberts também indicou a inflexão engendrada pela crise de 2008 na política econômica das nações. Segundo o autor, a necessária recessão que iniciara seria agravada pela tendência protecionista que despontava nos discursos dos presidentes. A "globalização", marca dos anos 90, aparentemente dava lugar à proteção dos interesses nacionais, com "Barack Obama talks of a 'Buy America' campaign and Gordon Brown bellows for 'British jobs for British workers' in a feeble attempt to curry votes." (ROBERTS, 2009, p.259).

A partir de setembro de 2009, o relato econômico direcionava-se para decretar o fim da Grande Recessão, com as grandes economias sofrendo menores perdas a partir do segundo trimestre daquele ano e a produção industrial dos países asiáticos acelerando. Subiram, também, no decorrer do ano, os preços das ações nas bolsas, e os dos imóveis pararam de cair nos EUA. Roberts contrapôs essas expectativas com o que a Grande Recessão representou para a economia:

The OECD now forecasts that the Great Recession that officially started in 2008 will have fallen 3.7% in the top seven capitalist economies this year. That follows a 4% plus decline in 2008. So this recession will mean that the top seven economies will have lost 10% of their national output in less than 18 months. But it is even worse

than that if you take into account the loss of potential output that should have been achieved by these capitalist economies of say 3% a year. In effect, 15% of output has been lost forever. Also staggeringly, we have seen a fall in world trade of about 15% in real terms since the start of the Great Recession. (2009, p.276).

Outra melhora do terceiro trimestre se deu nos lucros corporativos nos EUA. Estes foram de 21% do PIB em 2006 para 14% ao fim de dezoito meses de recessão e depois para 16%. As perdas do sistema financeiro global teriam sido, segundo o FMI, de 3,4 trilhões de dólares (6-7% do PIB mundial), com a maioria das perdas concentradas nos EUA e na Europa.

Um outro fator que aumentava o ceticismo de Roberts quanto à capacidade de recuperação do sistema tinha a ver com a situação das instituições financeiras privadas. A conclusão do autor foi que a disponibilidade de capital não era suficiente nem para essas recomporem suas reservas erodidas pelas perdas. Isso sugeria que os bancos não poderiam aumentar a oferta de crédito na economia (um importante propulsor da acumulação) a menos que novos aportes dos governos fossem oferecidos.

Roberts indicava pessimismo quanto os meios, velocidade e forma da recuperação econômica. Essa recuperação não contaria com auxílio do crédito privado, porque os bancos estavam em processo de recuperação dos seus ativos, e com pouca ajuda dos Estados, porque estes (pelo menos os das principais economias) se envolveram em grandes resgates do sistema financeiro. E a luz do fim do túnel que se apresentava para o capital, era bem menos radiante para a classe trabalhadora:

Unemployment is rising sharply. In the US, it has hit 9.7%, the highest level for 26 years and is expected to rise above 10% by the end of the year. If you include all the people receiving some form of benefit, there are 15m Americans now looking for work. If you add in all those who have given up looking for work, the rate reaches 16%. The US economy has lost an unbelievable 3.47m goods-producing jobs since the recession began in December 2007. [...] America's working class have taken a huge hit. There was an average \$2000 decline after inflation in real household income in 2008, the largest annual drop in 40 years! Real incomes for average Americans are now back where they were 12 years ago." (2010, p.269-270).

Nesse contexto, que tipo de recuperação esperar?

## 4.2 As causas de Grande Recessão: diagnóstico consolidado

Antes de prosseguir com o desenvolvimento factual das tendências do capitalismo após 2007-9, cabe sintetizar a explicação de Roberts sobre a causas da crise, bem como expor, brevemente, suas críticas a algumas outras visões, marxistas ou não. Esse período ficou conhecido como Grande Recessão pela magnitude e duração da contração da produção e do

emprego, sendo a recessão mais longa desde a Grande Depressão, com aproximadamente vinte meses de duração nos EUA. Apesar das fortes consequências da crise, alguns economistas de relevo e ocupantes de altos cargos do governo dos Estados Unidos não se deram conta – ou pelo menos não explicitaram o risco – dos seus sinais até pouco tempo antes da crise financeira começar. Alguns, mesmo com os sinais claros, continuavam sustentando a persistência do período da “Grande Moderação”, de crescimento “estável” do produto e dos preços entre os anos 1980 e os 2000 e de grande crença na estabilidade do sistema. Para os entusiastas do capitalismo, a crise apareceu como um “cisne negro” (ROBERTS, 2016,).

A economia convencional (neoclássicos e keynesianos) deu provas da incapacidade preditiva e interpretativa da ciência econômica. Eugene Fama e Greg Mankiw, o primeiro um Nobel de economia e o segundo um destacado economista, por exemplo, demonstraram-se igualmente surpresos após a crise (ROBERTS, 2016). Outros, como Bernanke, que foi presidente do Federal Reserva na época, não foi capaz de visualizá-la e, na visão de Roberts, nem de diagnosticá-la.

Bernanke classificou a Grande Recessão como um pânico financeiro tradicional adaptada a um novo contexto institucional. Em suas palavras:

For me, perhaps the central insight is that the recent crisis, despite its many exotic features, was in fact a classic financial panic--a systemwide run of "hot money" away from assets whose values suddenly became uncertain. In that respect, the crisis was akin to many other financial crises faced by governments and central banks--including that most venerable of central banks, the Bank of England--over the centuries. The response to the crisis likewise followed the classic prescriptions of liquidity provision, liability guarantees, asset evaluation and disposition, and recapitalization where necessary. Although the crisis had classic features, to a significant extent it took place in a novel institutional context (BERNANKE, 2013).

Portanto, o que houve foi uma desvalorização massiva dos ativos financeiros inflacionados pela especulação devido ao súbito aumento da “preferência pela liquidez”. Essa preferência, compartilhada pelos diversos atores do sistema, surge à medida que estes percebem as falhas em termos de risco e publicidade da informação dos ativos que representaram a mania da época. Devido a esse sentimento generalizado, os agentes do sistema enfrentam dificuldades em obter recursos, o que impede de dar continuidade às suas atividades de financiamento e contribui para propagar a crise financeira. Para Bernanke, o que foi posto em prática pelo FED no período é a saída correta para esses momentos: a “impressão monetária”, o folclórico “jogar dinheiro do helicóptero” de Milton Friedman, guru de Bernanke.

A economia mainstream, ou neoclássica, em geral, interpreta a crise como um impacto externo ao sistema. Nessas teorias, o processo de acumulação e o mercado funcionariam de

maneira estável a maior parte do tempo, o que ocorre, de vez em quando, são impactos imprevisíveis. Uma das explicações destes impactos pode estar, por exemplo, no aumento da incerteza entre consumidores e investidores por motivações psicológicas generalizadas (ROBERTS, 2016).

A outra parte da economia tradicional, os keynesianos, também teriam sido, na figura dos seus grandes representantes, incapazes de explicar a crise (ROBERTS, 2016). Em geral, a explicação dos autores dessa escola se centra na queda da demanda efetiva – do consumo das famílias e dos investimentos das empresas –, com esta sendo causada pelo aumento da preferência pela liquidez (ao invés do dispêndio). O problema é mais técnico do que sistêmico (ROBERTS, 2016), sendo passível de resolução, em momentos críticos, por intervenção do governo. Se a crise é causada por falta de demanda, o que deve ser feito é contribuir para aumentá-la. Isso é possível pelo aumento da oferta monetária por parte dos governos e dos bancos centrais, que podem contribuir para fazer a economia escapar da “armadilha da liquidez” (ROBERTS, 2016, p.104).

O argumento tradicional da armadilha da liquidez foi incrementado, no contexto, com um outro aspecto por um dos notórios economistas keynesianos, Paul Krugman. O outro problema diz respeito ao aumento excessivo da dívida dos agentes privados. O endividamento aumenta os ricos de que se viva um “momento Minsky”, com os prestatários incapazes de pagar as dívidas e os prestamistas restringindo o crédito. Nesses momentos, em vez de inflação especulativa dos ativos, ocorre a deflação da dívida. O sistema de crédito agrava a queda da demanda, pois, nas crises, as famílias buscam reduzir o endividamento, com isso diminuindo o consumo e o valor dos ativos. Mesmo com o endividamento excessivo estando na base das crises, nessa visão, apenas um maior endividamento (o que inclui, principalmente, déficit do Estado) pode ajudar a reavivar a economia, porque elas são causadas pela queda da demanda efetiva.

O enfoque no problema do sistema financeiro dentro do keynesianismo tem como grande nome Himan Minsky, que propôs “The Financial Instability Hypothesis” (1974), localizando o problema da instabilidade do capitalismo no sistema financeiro. Minsky postula que, sistemicamente, “the economy has financing regimes under which it is stable, and financing regimes in which it is unstable.” (MINSKY, 1974, p.9). Nessa perspectiva, a crise seria “a procyclical burst of credit in a financial sector–dominated economy” (ROBERTS, 2016, p.81), portanto, internas ao capitalismo, pois este é impensável sem um sistema financeiro sofisticado. Durante o boom econômico, os lucros, em geral, propiciam um aumento do preço dos ativos, com o endividamento aumentando. Em outro momento do ciclo, entretanto,

necessariamente o risco sistêmico se transforma em deflação da dívida. Esses episódios inflacionários e deflacionários (crises) aos quais a economia está submetida se retroalimentam e, na hipótese da instabilidade, não há intervenção que mude essa natureza instável do capitalismo.

Uma outra perspectiva, fora da “economia convencional”, é a da escola austríaca. Os autores dessa escola atribuem o caráter cíclico da economia à intervenção estatal no mecanismo de mercado, que funcionaria perfeitamente caso os capitalistas pudessem investir com base em preços de mercado (o que inclui o do dinheiro emprestado). O boom e a crise se devem à ação do governo para o aumento e a contração do crédito. Os governos e bancos centrais buscam aumentar (ou prevenir a diminuição) a produção, a demanda e o consumo pela maior oferta monetária e com isso contribuem para diminuir a taxa de juros (“preço do dinheiro”). Porém, como a oferta disponível de dinheiro se torna maior que a demanda, a intervenção propicia o aumento do investimento especulativo, como no período 2002-2007, no mercado imobiliário. Os erros durante o boom, que geram uma especulação desenfreada, só se revelam na crise (ROBERTS, 2016).

Nessa perspectiva,

The Great Recession was a product of the excessive money creation and artificially low interest rates caused by central banks that on this occasion went into housing. The recession was necessary to correct the mistakes and malinvestment caused by interference with the market pricing of interest rates. The recession is the economy attempting to shed capital and labor from where it is no longer profitable. No amount of government spending and interference will avoid that correction. (ROBERTS, 2009, p.83).

A resposta correta para as crises seria diminuir a intervenção do governo e deixar os mercados fixarem a taxa de juros livremente. Essas teorias são criticadas por Roberts porque não são capazes de explicar como o boom de crédito que proporciona o crescimento econômico e a inflação dos preços dos ativos perde seu poder, fazendo o crescimento colapsar.

Uma outra abordagem para explicar a Grande Recessão atribui a causa à soma do aumento das desigualdades com as consequências da desregulamentação financeira (ROBERTS, 2016). Essas explicações reúnem principalmente pós-keynesianos, mas, também, alguns marxistas. O argumento geral dos seus defensores é que “restricted incomes for the lower income groups caused the Great Recession because consumption and “effective demand” weakened and because households resorted to taking on more debt to compensate for the lack of growth in the incomes from work.” (ROBERTS, 2016, p.85). Em outras palavras, a crescente desigualdade reduziu a demanda do consumo e as famílias buscaram compensar essa queda

com maior endividamento. Essa desigualdade ampliou-se tanto devido às transformações no mercado de trabalho quanto ao afastamento entre os muitos ricos e o restante da população pelo aumento dos ganhos de capital.

O aumento da desigualdade fomentou o endividamento e também impulsionou a especulação. Com as inovações financeiras e a diminuição das exigências de empréstimo em períodos de taxas de juros baixas como o de 2002 a 2005, o risco sistêmico foi potencialmente elevado. Nessa visão, o que ocorreu na Grande Recessão foi que:

As wages were held down in the United States, households were forced to borrow more to get mortgages or loans to buy cars and maintain their standard of living. #ey were encouraged to do so by reckless lending from banks even to subprime borrowers. As we know, eventually the sheer weight of this debt could not be supported by rising home prices or the chicken legs of average incomes, and the whole house of cards eventually came tumbling down. (ROBERTS, 2016, p.88)

A opinião de Roberts sobre essa hipótese é que ela não tem validade teórica nem dados comprobatórios que a justifiquem, ao contrário, pois há estudos sérios que a refutam.

Há, para Roberts, uma diferença entre o correto diagnóstico do aumento da desigualdade nos últimos trinta anos – que é comprovado e que pode ter prejudicado o crescimento – e à atribuição dela como causa da crise. O erro do argumento é que “it assumes, as the Keynesians do, that the fundamental weakness of capitalism lies on the demand side of the economy. Since many people had insufficient income to consume, they borrowed money to maintain their living standards.” (ROBERTS, 2016, p.87). Mas basta trocar o enfoque para o lado da oferta da economia que o aumento da desigualdade, de causa converte-se em consequência do baixo crescimento econômico. A bolha realmente aumentou a renda dos ricos, mas o problema é que a “economia real” estava em más condições.

A inconsistência das perspectivas mencionadas está justamente em que elas não investigam o processo de produção e a lucratividade, a “economia real”, e por isso não enxergam as causas das crises na produção capitalista (realizada a fim de obter lucro). Em vez disso, o atribuem a fatores como “imperfect information and imperfect markets (neoclassical), the periodic lack of effective demand due to mercantilist hoarding and/or the volatility of animal spirits (Keynesianism), or excessive credit created by the state (Austrian)” (ROBERTS, 2016, p.85), nunca ao modo de produção.

Como mencionado anteriormente, o fator disruptivo da crise financeira e da posterior recessão foi o colapso imobiliário e a crise das hipotecas suprimidas dos EUA, mas esses fatores

não foram, segundo Roberts, “causas da crise”, apenas “gatilhos” (lôcus ou mercados em que surgem). A causa subjacente da crise, como das demais, foi a queda da lucratividade, fator que está ausente das explicações da economia burguesa sobre a Grande Recessão, em todas as suas versões.

A dinâmica de longo prazo da queda da lucratividade, base da crise, é explicada por Roberts (2009) pela mudança da relação entre setor produtivo – definidos por ele como as atividades que geram valor – e improdutivo no capitalismo (os que apenas extraem ou participam da distribuição). Desde os anos 80, houve um forte incremento desse último, principalmente nas economias avançadas, enquanto a produção de valor concentrou-se sobremaneira nos países “em desenvolvimento”, com destaque para os da Ásia. O resultado foi um baixo crescimento das economias avançadas e uma disparidade entre geração e apropriação de valor, com ramos improdutivos cada vez mais inflados e um acúmulo de dívida em diferentes formas no sistema.

Quando a lucratividade nos setores produtivos diminuiu nos países avançados – que Roberts toma como os do G7 no primeiro trabalho e como os da OCDE em outros textos –, houve uma tentativa de incrementar o crescimento econômico com redução de juros e “impressão monetária”, o que aumentou a oferta monetária, criando aparências de que “there was plenty of capital or profit to reinvest.” (ROBERTS, 2009, p.190). Não sendo este crescimento baseado no lucro gerado a partir da produção de valor, mas na impressão monetária, ou inflação de valores de ativos financeiros, ele era, em grande parte, fictício. Quando a lucratividade e os lucros absolutos diminuíram, esse capital fictício ficou a descoberto. A relação entre a queda da lucratividade no fim dos anos 2000 e expansão do capital fictício (crédito global, no caso) é mostrada no gráfico abaixo (Figura 28).

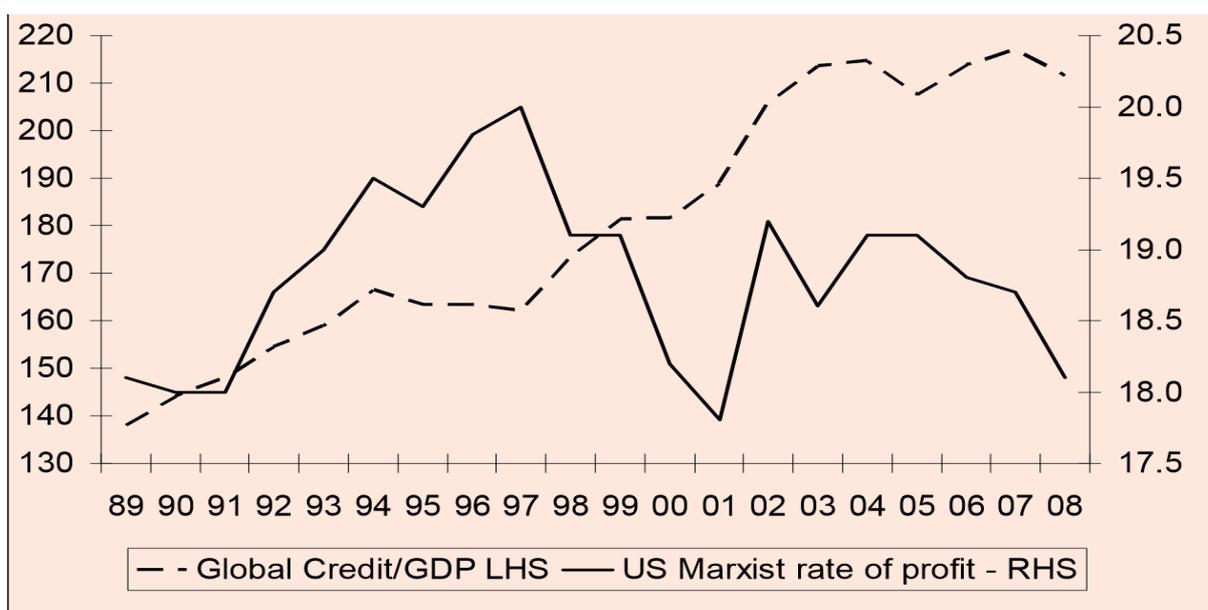
O crédito, essencial para a produção, converte-se em capital fictício quando expandido muito além da acumulação produtiva ou “real”, ou seja, quando, o preço de ativos financeiros se separa muito do valor produzido na economia. Na comparação entre produção e capital fictício em suas diferentes formas, Roberts mostra que:

The world’s annual output was worth about \$53 trillion in 2007. However, bank loans reached \$40 trillion, the stock markets of the world reached \$50trn, the bond and mortgage markets reached \$70trn and most astounding of all the derivative markets (contracts to buy or sell bonds, stocks or loans by a certain date) reached \$500 trillion, or ten times world GDP! (ROBERTS, 2009, p.190).

O fator estrutural por trás da crise, ou seja, a mudança da relação entre o setor produtivo e o improdutivo da economia, entretanto, não basta para explicar a crise.

A causa mais concreta da foi a queda da lucratividade iniciada em 1997, principalmente nos EUA. Segundo Roberts, após a recuperação neoliberal (1982-1997), o país entrou em uma fase de baixa do ciclo da lucratividade, que culminou na recessão de 2001 e, embora tenha havido uma recuperação temporária no período pós-recessão, até 2005, essa elevação nunca ultrapassou o pico de 1997. O gráfico abaixo (Figura 25) ilustra a trajetória da lucratividade de 1948 a 2005. Sua conclusão é que estávamos em “a wave where the average rate of profit will fall and by around 2015 it will be as low, if not lower than, it was in 1982. [...] that means capitalism is now in an era where economic crisis will be more frequent and more severe and the political repercussions much greater.” (ROBERTS, 2009, p.33-34).

Figura 25 – Relação entre evolução do capital fictício e a taxa de lucro nos EUA (1989-2008)  
em %.

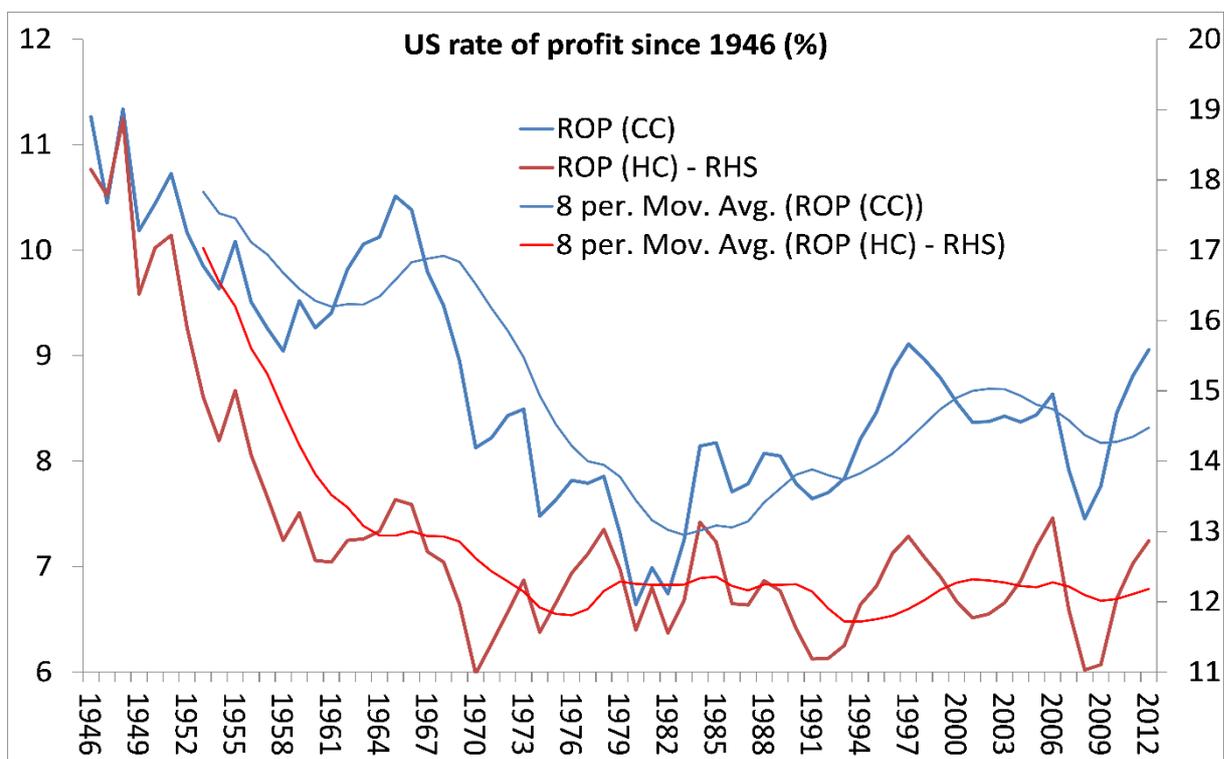


Fonte: ROBERTS (2009, p. 180).

No gráfico abaixo (Figura 26) é possível observar a queda da lucratividade em 1997 e a reversão do movimento posterior à crise de 2001. O período entre 2001 e 2005 é interpretado por Roberts como um ciclo curto que pode ocorrer dentro de ciclo secular de lucratividade e vai de encontro à sua trajetória por quatro ou cinco anos, mas não a modifica. Apesar dessa breve recuperação, na sua interpretação, o capitalismo nos Estados Unidos continuava em um ciclo de baixa na lucratividade, caracterizado por crises e, em geral, encerrado em recessões. A previsão de Roberts (2009) sugeria que o término desse ciclo de baixa se daria por volta de

2013 ou 2015, alinhando-se com a duração típica de 15 a 18 anos dos ciclos de lucratividade, mas como será visto no próximo tópico, não foi o caso.

Figura 26 – Evolução da taxa de lucro marxista a custos de reposição e históricos da economia dos EUA em % (1946-2012).



Fonte: ROBERTS (2013).

A alta da lucratividade depois da recessão de 2001 nos EUA e nos países desenvolvidos foi alcançada via inflação dos preços no mercado imobiliário e, principalmente, pela criação de novas formas de crédito, ou seja, pela elevação do capital fictício, sendo essa a sua especificidade. Os lucros gerados não foram reinvestidos em “new equipment and plant, or new techniques so much, but more into real estate or into the stock market or into buying what appeared to be very profitable bonds.” (Roberts, 2009, p. 248). A lucratividade recuperou de meados de 2002 até 2005, quando atingiu o pico, mas num patamar menor que o de 1997. Segundo Roberts, depois de 2005, a lucratividade voltou a cair e, na última parte de 2006 foi a vez da massa de lucros começar a cair. Nesse momento, “a capitalist crisis was brewing.” (Roberts, 2009, p. 247).

Finanças e crédito desempenham papel crucial na explicação das crises. Eles constituem as bases do chamado “capital fictício”, cujo aumento, o autor descreve como uma contrapartida à tendência de queda na lucratividade na acumulação do “capital real”. O movimento cíclico de

expansão do capital fictício é identificado como uma "bolha especulativa" e a relação entre essas bolhas e a diminuição da lucratividade é delineada por Roberts da seguinte forma:

Capitalists experience the falling rate of profit almost simultaneously, so they start to buy these stocks and assets at the same time, driving prices up. When stock and other financial asset prices are rising everybody wants to buy them. This is the beginning of a 'bubble'. [...] But sooner or later, such bubbles burst when investors find that the assets (mortgage bonds) are not worth what they are paying for them. Because fictitious capital is unproductive (ie it does not create any new value), fictitious profits are actually a deduction from real profits, which becomes clear when they are cashed in. Then the compensating mechanism of speculation fails and the result is even greater overproduction than was avoided before by the credit boom. (ROBERTS, 2018, p.58).

Bolhas podem se formar em diversos mercados e ao longo da história houve diversos episódios, sendo um dos mais conhecidos a crise das tulipas, em 1637. O capital investido nesses mercados, como os de títulos de dívida, ações e derivativos, é fictício porque não se apoia no valor produzido, mas na expectativa de lucro (produção futura). Além disso, a valorização dos seus preços tem uma aparência independente, resultando apenas da compra e da venda em mercados específicos.

A remuneração desses ativos, no entanto, é interdependente dos outros elementos do sistema, estando vinculada à produção de lucros reais, ou seja, à criação de valor. Esses ativos representam direitos sobre o valor futuro produzido e são adquiridos com base na "expectativa de obter lucro". Para esse último ser realizado, é essencial que haja geração de valor na produção. Como, mesmo com o estouro da bolha – a deflação dos preços dos ativos –, a “base real” (produtiva) dos preços vigentes nesses mercados não é revelada, as causas das crises são atribuídas a questões de política econômica e decisões individuais dos “agentes”.

A deflação dos ativos é identificada por Roberts como o momento no qual os investidores percebem que aqueles ativos não valem tanto quanto estavam sendo vendidos e em que, pelo “comportamento de rebanho dos agentes financeiros” (SINGER, 2000), ocorre uma venda massiva que leva à desvalorização, resultando em perda para aqueles que compraram no período de alta. Mas a causa última do estouro da bolha está no movimento da economia real, na queda da lucratividade. O momento em que os títulos são vendidos (convertidos em dinheiro) demonstra que os lucros fictícios são deduções dos lucros reais. Uma vez que estes últimos caem, não será possível remunerar aos mesmos níveis o capital especulativo, evidenciando a preponderância da produção de valor sobre a especulação com capital fictício. A queda massiva dos valores dos títulos e das ações entram na categoria de “desvalorização do capital” e, em sua

interação com a economia real, completa o saneamento do capital necessário à restauração da lucratividade do sistema.

Durante as crises, a diminuição da oferta de crédito, resultante, por exemplo, do aumento da inadimplência e da deflação de ativos financeiros, e a restrição dos pagamentos por outros meios que não o dinheiro, fazem com que elas se manifestem nas esferas monetária e creditícia. Enquanto nos ciclos de alta débitos e créditos são compensados mutuamente por intermédio dos bancos, quando a restrição do crédito aumenta, a demanda por meios de pagamento ultrapassa a oferta, resultando em uma quebra da cadeia de pagamentos, numa insolvência generalizada. No entanto, “the crucial moment lies in the movement of productive capital.” (CARCHEDI; ROBERTS, (2023, p.158).

As crises surgem após períodos de prosperidade, nos quais a oferta de capital emprestável aumenta e a taxas de juros da economia tendem a cair, o que impulsiona tanto os negócios quanto a especulação especulações. Isso faz com que muitas explicações se concentrem erroneamente nessa especulação ou na baixa da taxa de juros que precedem as crises. Mas, como as crises financeiras são fruto do colapso, e não do aumento, do valor, o que cabe explicar é o porquê da desalavancagem da dívida e da deflação dos valores que precedem crises financeiras. As bolhas especulativas são inerentes ao modo de produção capitalista, mas sua existência não explica por que estouram. O aumento dos valores financeiros cria apenas o risco das crises, mas não as explica, mesmo que elas geralmente eclodam na esfera em que o capital fictício está mais desenvolvido.

A crise de crédito, cujo ponto de partida foi o estouro da bolha imobiliária nos EUA, teve como base o declínio da lucratividade a partir de 2005 e a redução dos lucros a partir de 2006. Isso resultou na revelação da natureza fictícia dos lucros gerados pela venda e compra de ativos financeiros, desvinculados da produção de “valor real”. A crise financeira de 2007 pode ser compreendida como uma "correção" do excesso de crédito acumulado após a recessão de 2001 nos EUA e a gravidade da recessão pode ser entendida pelo considerável acúmulo de dívida e ativos financeiros nas duas últimas décadas, especialmente após 2002 (CARCHEDI; ROBERTS, 2013). Dessa forma, a crescente dívida e especulação desempenharam um papel significativo, mesmo não sendo a causa direta das crises.

### **4.3 Da Grande Recessão à Longa Depressão**

A partir de setembro de 2009, o relato econômico direcionava-se para decretar o fim da Grande Recessão, com as grandes economias sofrendo menores perdas a partir do segundo

trimestre daquele ano e a produção industrial dos países asiáticos acelerando, o mesmo para os preços das ações nas bolsas (que aumentaram no decorrer do ano) e dos imóveis, que saíram do período de forte desvalorização nos EUA. Houve também, para os EUA, uma recuperação dos lucros em relação ao PIB, de 14% ao fim de dezoito meses de recessão (no meio de 2009) para 16% no fim desse último ano. Segundo a teoria marxista, a recuperação da produção capitalista está relacionada à lucratividade, de forma que, após setembro de 2009, o ponto mais baixo da lucratividade, a recuperação deveria se começar. A pergunta, no entanto, era: que tipo de recuperação esperar?

Segundo Roberts (2009), haveria algumas formas possíveis de recuperação. A primeira seria recuperação em "V", a forma normal do capitalismo, como ocorreu após em 2001 nos EUA. Nela, a fase de alta da produção e dos lucros igualam os níveis anteriores à recessão, com as perdas sendo totalmente recuperadas. Para 2010, nesse caso, deveria haver uma recuperação econômica de 3% ou mais. As bases dessa forma de recuperação são: a redução dos custos de produção – do capital constante, pela desvalorização massiva pós-crise, e do capital variável, pelo aumento do desemprego e da competição no mercado de trabalho. Com isso, as empresas, gradualmente, “start to increase production again, and eventually begin to invest in new capital and rehire those in the ‘reserve army of labour’ without a job. This boosts demand for investment goods and eventually workers start buying more consumer goods and recovery get under way.” (ROBERTS, 2009, p.271). O autor não acreditava que fosse o caso, porque, nos EUA, havia uma capacidade ociosa na produção de 30%, com uma capacidade produtiva muito maior que a demanda solvente, além de um grande acúmulo de dívida pública e privada.

A segunda forma seria a recuperação em “U”, denominada por Roberts “recuperação sem emprego”, com baixo investimento. A terceira é em forma de W, ou “double-dip”. Nela, a capacidade ociosa e a dívida acumulada no sistema são grandes demais para que investimento e consumo se recuperem totalmente, de forma que a recuperação da produção se inicia, mas tem curta duração, com a economia recaindo em crise. Esse foi o caso das recessões de 1980 e 1982. Uma outra forma, ainda, seria a recuperação em “L”, que Roberts identifica com a estagnação da economia japonesa após 1989. Nesse último caso, a ação do Estado, liquidando a dívida dos bancos e resgatando esses últimos com empréstimos, impediu a desvalorização do capital que é necessária para uma recuperação da lucratividade, de forma que os bancos continuaram com altos passivos, mas não recuperaram o papel de prestamistas.

Por fim, a aposta de Roberts era em um outro tipo de recuperação, com a forma de um “sinal de raiz quadrada” invertido. Nesse caso,

The big fall in output is over. Now there will be an upturn. But it will fall short of restoring the rate of economic growth achieved before the Great Recession. Instead of 3-4% a year, output in the major economies will be closer to 1-2% a year. That will not be good enough to restore profitability to previous levels. The capitalist system will thus face the risk of a new slump further down the road. (2009, p.273).

A representação é a do gráfico abaixo (Figura 27).

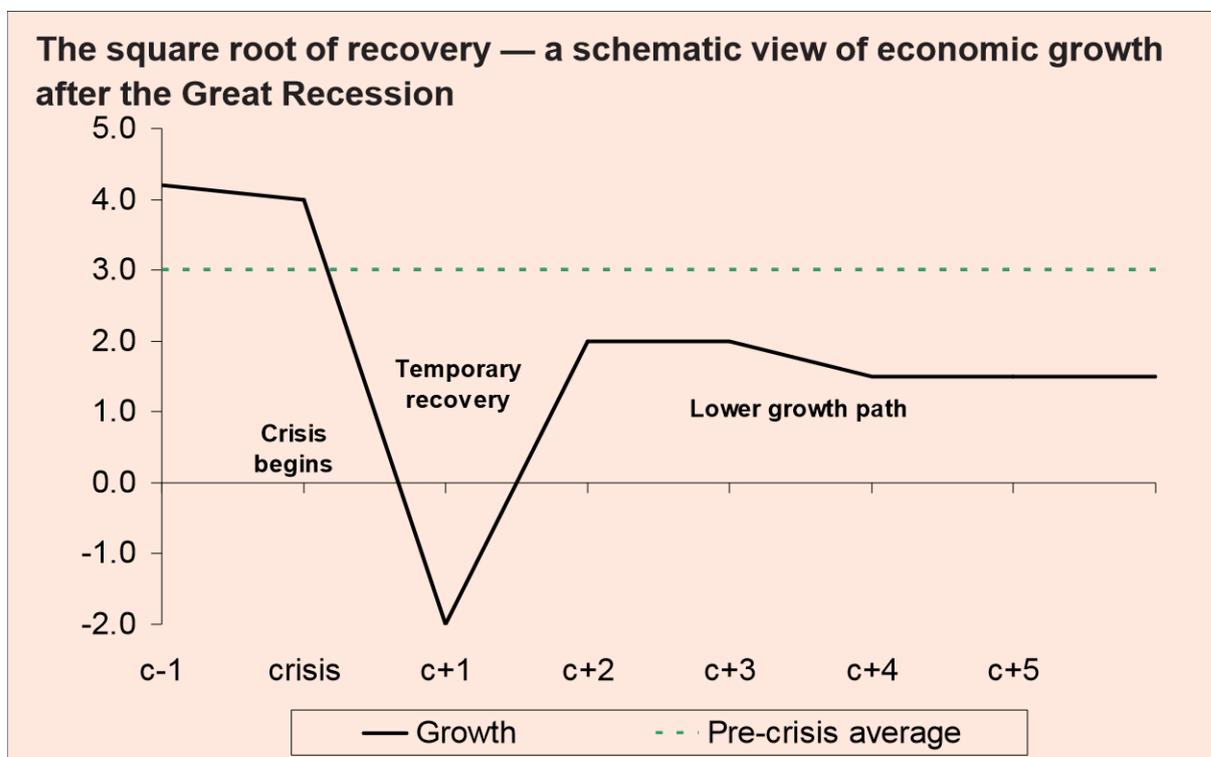
Seguindo o caráter cíclico do capitalismo, o crescimento da produção deixaria de ser negativo, mas dificilmente retornaria aos níveis anteriores. Esse indicador crucial, assim como o seu fator determinante, o investimento, está intrinsecamente ligado à lucratividade, a qual, por sua vez, não demonstrava indícios de uma revitalização iminente. Os fatores necessários – ausentes em 2009 e na visão de Roberts em níveis insuficientes até a atualidade – para a recuperação da taxa de lucro eram: depreciação de capital e desvalorização do capital fictício (dívida privada, corporativa e familiar, e pública).

Em 2009, a depreciação gerada pela Grande Recessão não havia sido, ainda, grande o suficiente a ponto de proporcionar um forte aumento do investimento – e com este do emprego – e da produção. Havia muito capital acumulado em relação à mais-valia produzida para valorizá-lo. Roberts oferece duas medidas dessa sobreacumulação, uma relacionada à produção de bens e outra à dívida acumulada. A primeira é o tamanho da capacidade industrial (maquinaria e instalações) em relação à produção. Segundo o autor, “at the bottom of this slump, capacity utilisation was as low as 70%. In other words 30% of industrial capital is permanently idle and needs to be written off. (2009, p.285). Ou seja, ainda havia muito capital parado, uma sobreacumulação de capital – em relação à demanda – que precisava ser eliminada.

A segunda medida era a da dívida acumulada, principalmente por bancos e instituições financeiras na forma de ativos sem valor. Havia, nas palavras do autor, “a huge overhang of fictitious capital (debt and loans) pressing down on the profitability of capitalist production.” A estimativa apresentada por Roberts era que “banks have written off about \$2-3trn out of debt assets of around \$60trn globally, so less than 5%.” (2009, p.285). Para a lucratividade ser recuperada, no entanto, seria necessária uma ainda maior destruição de capital fictício. O que acontecia, nos anos posteriores à Grande Recessão, no entanto, era que os governos dos países avançados e os bancos centrais aumentavam fortemente a dívida pública existente e a emissão monetária a fim de melhorar os balanços deteriorados dos bancos privados. Esse acúmulo de dívida, em caso de qualquer aumento da taxa de juros básico das economias poderia precipitar crises de crédito, um perigo presente até hoje. Na visão de Roberts, em 2009-10, a recuperação da lucratividade em curso pós-crise não seria duradoura, sendo necessário “another slump to reduce the cost of capital and reverse the squeeze on profits. That may be few years away —

probably around 2014. And this slump may be so severe that it would make the Great Recession of 2008-09 look not so great after all.” (ROBERTS, 2009, p.286).

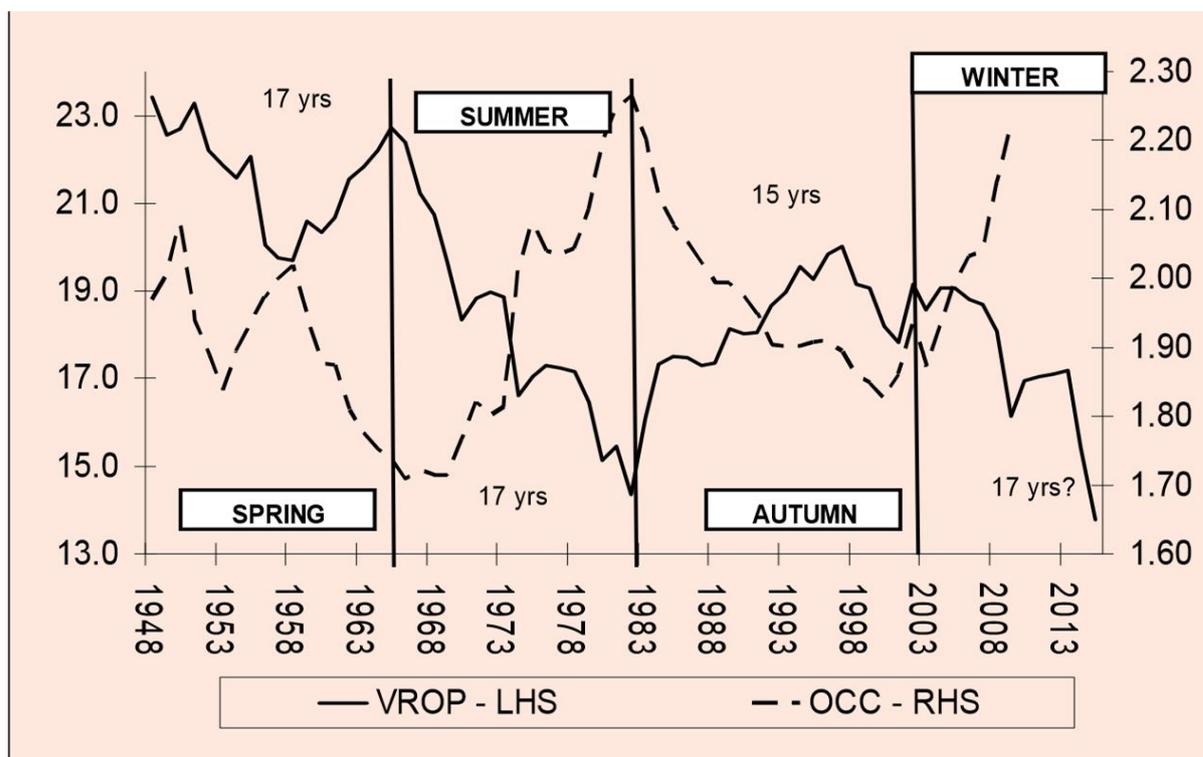
Figura 27 – visão esquemática do crescimento econômico após a Grande Recessão (√).



Fonte: ROBERTS (2009, p. 272).

A Grande Recessão, desaguar de um período de baixa da lucratividade iniciado em 1997, foi mais grave e duradoura devido ao acúmulo de crédito no sistema concomitante a esse ciclo de baixa da taxa de lucro. Roberts observava, ainda, que o período vivenciado pelo capitalismo correspondia ao de “inverno” do ciclo de Kondratiev (Figura 28), caracterizado pela coexistência de baixa lucratividade e preços de produção reduzidos. A convergência desses ciclos de baixa está na tese defendida por Roberts sobre o período do capitalismo iniciado com a crise de 2007-9, qual seja, que o sistema vive uma Longa Depressão (ROBERTS, 2009, p. 311).

Figura 28 – evolução da taxa de lucro em valor (VROP) e da composição orgânica do capital (OCC) nas estações do ciclo de Kondratiev (1948-2014)



Fonte: ROBERTS, 2009, p.311.

Esses períodos econômicos – de depressão – são, como as recessões, marcados por baixo investimento, emprego e produção, mas muito mais raros. De acordo com a definição da economia convencional, uma recessão pode ser definida como o encolhimento do PIB por pelo menos dois trimestres consecutivos. Dessa maneira, o capitalismo está frequentemente envolvido nelas. Foram onze as ocorridas nos Estados Unidos desde 1945, desencadeadas, em média, a cada seis anos. De 1859 até 2009 ocorreram 33 ciclos (ROBERTS, 2016, p.13).

Diferente das recessões, as depressões não são fenômenos usuais no capitalismo, sendo a própria existência delas postas em xeque por algumas escolas. Elas são definidas por Roberts da seguinte maneira:

Uma depressão se define aqui como o momento em que uma economia tem um crescimento muito abaixo de seu índice de produção anterior (total e per capita) e abaixo da sua média de longo prazo. Também significa que os níveis de emprego e investimento estão muito abaixo dos picos e também das médias de longo prazo. (ROBERTS, 2016, p.13, tradução nossa)

Leva-se em conta, portanto, além da queda dos indicadores, a tendência de longo prazo (média e absoluta). Além disso, Roberts insere outro elemento: o movimento da lucratividade dos capitalistas antes e depois da depressão, sendo este fator o mais

importante da sua análise. As depressões têm caráter raro porque ocorrem quando as fases de queda dos diferentes ciclos do capitalismo coincidem: queda no ciclo de lucratividade, queda nos preços (deflação) e saturação do ciclo de inovações. Esse fenômeno ocorre a cada 60 ou 70 anos e o período que após a Grande Recessão é justamente um desses. Por isso Roberts o definiu como Longa Depressão, que é o título de um dos seus livros.

Houve três depressões na história do capitalismo. A primeira, iniciada em 1873, durou até 1897; a segunda durou de 1929 a 1939 e a terceira, identificada por Roberts, se iniciou com a crise de 2008 e perdura até hoje. A longa depressão do século XIX começou em 1873 e foi a “primeira crise internacional” propriamente dita (ROBERTS, 2016). Ela teve início na Europa, com a quebra da bolsa de Viena, e espalhou-se para os Estados Unidos, culminando na falência do banco Jay Cooke & Company.

Em um processo muito parecido com os narrados por Marx para a Europa do século XIX, no livro 3 de *O Capital*, esse banco passou a financiar a construção da ferrovia do Pacífico Norte nos Estados Unidos em uma época de boom do negócio ferroviário. Acumulando títulos que, com o tempo se tornaram invendáveis, a instituição se endividou excessivamente e sofreu quando os correntistas retiraram dinheiro em massa, uma corrida bancária. À quebra do banco Cooke's seguiu-se a de outras instituições e a da bolsa de Nova York, que culminou no seu fechamento por alguns dias.

Roberts (2016) debate com algumas escolas que tentaram desvendar as causas dessa crise, inclusive com as que negam a sua existência. A explicação monetarista enxergava a causa na imposição de um “novo padrão ouro” pelo governo, que, reduzindo o dinheiro circulante, teria desacelerado a atividade econômica. O pânico financeiro, então, agravou a situação, com todos buscando se livrar de ativos financeiros e entesourar dinheiro. Seguiu-se a isso a derrubada dos preços das ações e uma deflação (ROBERTS, 2016, p.47).

Os economistas da escola austríaca (principalmente Murray Rothbard), apoiados principalmente nos níveis inalterados ou crescentes da renda per capita nos EUA durante os anos 1870 e 1880, consideravam que os dados não permitiam concluir que essa depressão do século XIX tenha existido. Para estes, o que ocorreu de fato foi uma deflação, mas como essa não chegou a afetar o nível de vida da população, o período é considerado apenas mais um episódio deflacionário, mas não uma depressão, porque, na época, as principais economias continuaram crescendo.

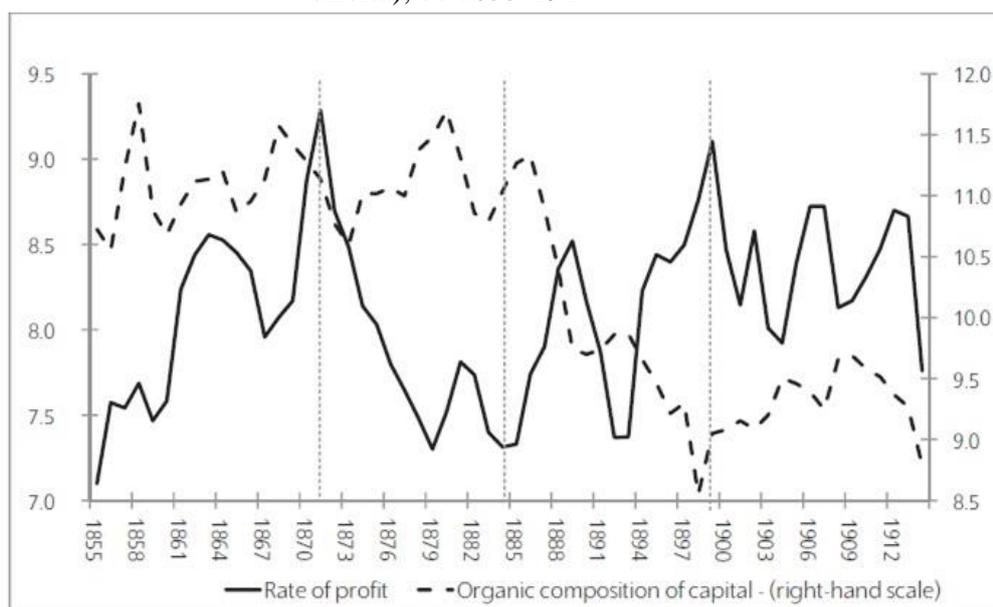
Para Roberts, como já mencionado, na consideração das depressões não basta analisar a paralisia ou a continuidade do crescimento, mas o nível em que ele se deu. Durante as décadas de 70 e 90 do século XIX, economias como as da Inglaterra, dos Estados

Unidos e da França desaceleraram em relação ao período entre 1850 e 1870 respectivamente 45%, 25% e 24%. Assim, não se pode desconsiderar a depressão do século XIX, mesmo com as consequências para cada país sendo diversas. Além disso, Roberts argumenta que a renda não caiu porque a deflação foi muito grande e persistente.

Esse período também teve grande importância pois marcou o fim da hegemonia do capitalismo inglês, acelerada pelo impacto da longa depressão. Partindo da análise do economista Arthur Lewis, sobre o comportamento do capitalismo inglês, Roberts avança na crítica das explicações centradas nos aspectos monetários e financeiros da crise. Para ele, a decadência das economias deve ser compreendida, ao contrário, a partir da dinâmica da produção, mais precisamente do comportamento da taxa de lucro.

Ao seguir a pista de Marx com a LQTTL, que relaciona a queda da lucratividade com a elevação da composição orgânica do capital, Roberts calcula que, entre 1850 e 1870, anos de crescimento do capitalismo inglês, a taxa de lucro aumentou, enquanto a partir de 1870 decaiu, oscilando até 1890, mas com saldo negativo. O gráfico abaixo (Figura 29) mostra a relação inversa entre a evolução da taxa de lucro e a da composição orgânica do capital. A relação entre as duas grandezas era similar nos Estados Unidos, mas com uma queda da lucratividade mais pronunciada no fim da década de 70.

Figura 29 – taxa de lucro da Inglaterra (%) e composição orgânica do capital (escala da direita), de 1855-1914.



Fonte: ROBERTS (2016, p.42).

O nexu entre a taxa de lucro e o movimento do PIB nas economias está no “investimento”. A taxa de lucro, segundo Marx, é o motor da economia capitalista, de forma que ela determina se os capitalistas investem produtivamente ou não. Se a taxa de lucro diminuiu entre 1870 e 1890, é possível explicar a redução do crescimento das economias pela queda no investimento dos capitalistas. Com essa teoria, Roberts investiga as demais depressões e busca as regularidades no comportamento da economia, de forma que cada crise não apareça sempre como “única”, inexplicável ou motivada por causas externas ao sistema.

A segunda depressão foi a Grande Depressão, da primeira metade do século XX. O principal evento dessa crise foi a quebra da bolsa de Nova York em 1929, antecedida por uma queda da produção industrial de 20% (ROBERTS, 2016, p.62). A quebra da Bolsa teve consequências catastróficas, com os eventos sendo conhecidos pela maioria das pessoas. A Bolsa voltou a subir nos anos 30, mas sem que a “economia real” acompanhasse. Entre 1929 e 1933, o PIB dos Estados Unidos caiu 30%, o desemprego aumentou de 3% para 25%, o índice de produção industrial caiu 52,6%, os preços 33% e a oferta de dinheiro 35% (ROBERTS, 2016, p.63).

Foram várias as explicações dos economistas para o colapso da economia entre 1929 e 1933. Entre as que são reproduzidas por Roberts está a do monetarista Milton Friedman, que atribuiu a causa da crise à inação do FED em socorrer os bancos por meio da injeção de liquidez na economia. Elevando os juros em 1928 e não agindo de modo consequente para financiar o sistema financeiro, este contribuiu para que vários bancos quebrassem e para que as empresas, por não conseguirem financiamento, deixassem de investir. Essa explicação intervencionista é oposta à dos austríacos (Hayek, Mises, etc.), que acreditavam na autorregulação do mercado e que a crise serve para restaurar a saúde do sistema, eliminando as empresas menos produtivas e liquidando os investimentos mal alocados. Para estes, a causa da crise foi o boom especulativo dos anos 20 e a resolução dela não passava por uma ação do governo.

Para Irving Fisher, a raiz da Grande Depressão estava igualmente no superendividamento dos anos 20, incentivado pelo crédito abundante devido à baixa taxa de juros. Com a crise, os devedores ficaram insolventes e os bancos sofreram com corridas bancárias, o que gerou a quebra de vários deles – 744 entre 1929 e 1930. O pessimismo com os lucros teria desestimulado o investimento e a insegurança levado os bancos a entesourar dinheiro, prejudicando ainda mais o retorno da economia e acelerando

a queda dos preços. Com a deflação, o pagamento da dívida por parte dos detentores ficou ainda mais dificultado, daí a continuidade do processo. Roberts, entretanto, não concorda que o problema maior da crise de 1929 foi o das quebras bancárias, pois estas já vinham ocorrendo num ritmo maior durante os anos 20. O essencial foi o desempenho da economia real a partir de 1929, que caiu quase 50% até 1930, com o desemprego aumentando três vezes. A crise bancária seguiu essa tendência, não a criou.

Uma outra explicação da Grande Depressão é a de Keynes, que a atribuiu à redução da demanda agregada. A redução da demanda pode advir de um menor gasto dos consumidores, do investimento reduzido dos capitalistas ou dos gastos deprimidos do governo, de forma que o incremento de um dos três fatores permitiria recuperar a demanda agregada. Como os consumidores – famílias ou trabalhadores – não tem como reforçar a renda durante uma crise e os capitalistas não arriscarão aumentar investimentos em uma depressão, o sistema necessita de uma intervenção externa, cabendo ao governo elevar seus gastos de forma a recuperar a renda. O investimento em grandes obras públicas para gerar empregos, o aumento dos empréstimos ou emissão de dinheiro são alguns meios para sair da situação.

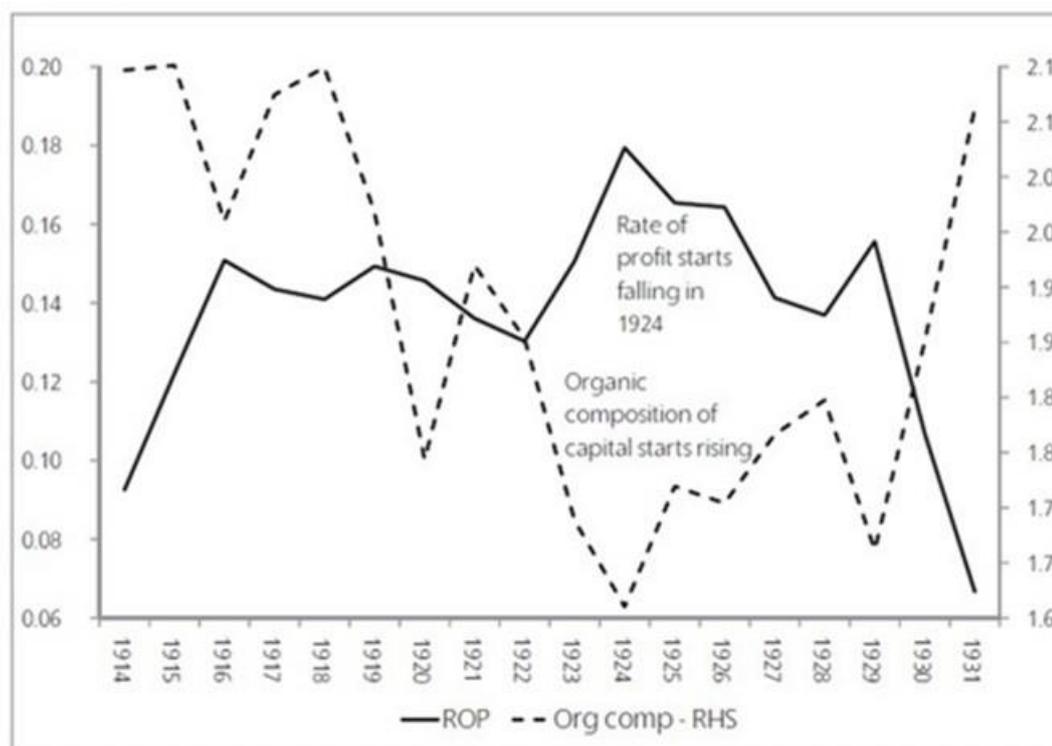
Roberts critica a explicação de Keynes porque ela não é “causal”, não sendo capaz de explicitar o motivo da demanda agregada cair. Também nega a ideia de que uma intervenção externa seja necessária para recuperar a economia, porque mesmo na Grande Depressão a economia de alguns países foi retomada sem que isso fosse necessário. A maioria das economias iniciaram a recuperação em meados de 1933 e a dos Estados Unidos voltou aos níveis de produção anteriores à crise em 1936. As medidas do governo, com o chamado New Deal, no entanto, não foram suficientes para superar a crise. Logo que os incentivos estatais foram suspensos e os impostos aumentados, os Estados Unidos entraram em nova recessão, que abarcou todo o ano de 1938. Portanto, o sucesso do New Deal, que, indiretamente, seguiu as indicações keynesianas, esteve longe de ser absoluto.

A explicação de Michael Roberts foge novamente das explicações creditícias ou focadas na circulação, voltando-se para o estado da “economia real” (para a lucratividade). No gráfico mostrado pelo autor (Figura 30), é possível observar que a taxa de lucro começou a cair a partir de 1924, com leve recuperação em 1929 e baixa total em 1930. Essa queda coincidiu com o aumento da composição orgânica do capital e ocasionou a migração do capital para o setor financeiro, o que implicou na enorme especulação com ações nos anos que antecederam a crise de 29. A depressão nos EUA foi longa, na realidade, porque a taxa de lucro só retornou aos níveis de 1929 em 1940. Porém, a causa da recuperação não foi o

New Deal, mas, sim, a conversão da economia em uma “economia de guerra”, com a entrada dos EUA na 2ª Guerra Mundial.

Roberts sustenta que não há provas de recuperação econômica relevante antes da Guerra. Foi em 1940 que o PIB voltou a crescer em 1940 e o desemprego baixou para 10%, quando já havia chegado a mais de 20%. O investimento que aumentou na época foi o do governo, mas em armas e bens necessários à guerra. O consumo dos trabalhadores continuou caindo, pois as medidas de guerra do governo, como a instituição dos bônus de guerra, o racionamento e o aumento de impostos o limitava. Dessa maneira, “não foi o consumo o que restaurou o crescimento econômico, como os keynesianos (e os que creem que a causa das crises é o subconsumo) esperavam; na realidade foi o investimento em armas de destruição.” (ROBERTS, 2016, p.75, tradução nossa). O modo como a economia dos EUA saiu da Grande Depressão reforça o argumento de Roberts sobre a causa das crises ser a queda da lucratividade. A alta da lucratividade se deu após uma destruição do capital acumulado anteriormente – fisicamente e pela reconversão produtiva das indústrias civis em indústrias de guerra. Com essa taxa de lucro maior, então, uma nova fase ascendente pôde surgir. A ação do governo não elimina essa necessidade.

Figura 30 – taxa de lucro dos EUA e composição orgânica do capital (1914–1931)



Fonte: ROBERTS (2016, p.42).

Após a Grande Depressão o “consenso” de que uma nova crise desta magnitude não poderia se repetir durou longos anos. Depois da 2ª Guerra perdurou a chamada Idade de Ouro do capitalismo, quando as taxas de lucro eram altas, a força de trabalho abundante – devido à desmobilização dos exércitos após a guerra – e a força produtiva do trabalho estava em alta. Essa foi a época do “Welfare state” e do pleno emprego nos países centrais, mas ela não durou muito tempo.

A partir dos anos 60 a taxa de lucro voltou a cair na maioria das economias, com a composição orgânica do capital e os salários em alta, impedindo o aumento da taxa de exploração. A lucratividade permaneceu em queda até 1980, época em que, segundo Roberts, emergiram crises de lucratividade clássicas, aceitas unívocamente como tal. Essas crises não se converteram em depressões, no entanto, porque a baixa do ciclo de lucratividade não coincidiu com a de outros, como a do ciclo de preços e o de construção. O período foi de “estagflação”, de crescimento lento com inflação (ROBERTS, 2016).

As recessões dos anos 80 levaram à eliminação dos capitalistas menos eficientes e aumentaram o desemprego nas principais economias, o que abriu margem para a recuperação, que passa sempre pela destruição de capitais e pelo aumento da taxa de exploração. A ação política dos governos eleitos na Inglaterra e nos EUA também contribuiu para auxiliar o capital na recuperação da taxa de lucro, por meio de medidas contracionistas que golpearam a capacidade de resistência da classe trabalhadora. Essas medidas fizeram parte do ideário conhecido como neoliberal, que defendia a privatização de empresas estatais, corte de gastos do governo, redução impostos das empresas e desregulamentação do sistema financeiro. A taxa de lucro voltou a crescer às custas da elevação da taxa de mais-valia, mas essa alta não teve longa duração. A partir de 1997, a lucratividade voltou a cair, o que abriu margem para a eclosão de uma nova crise financeira.

O primeiro evento da crise financeira foi o estouro da bolha das “ponto.com” no ano 2000, a que se seguiu uma recessão nos Estados Unidos em 2001. O período posterior foi marcado por um aumento do crédito e pelo surgimento dos novos produtos financeiros, de forma que a recuperação foi relativamente rápida para a maioria das economias. Essa recuperação, baseada na expansão do crédito, entretanto, não foi definitiva. A prova disso é que em 2007 outra bolha estourou, a do mercado imobiliário, redundando na crise financeira de 2008 e na Grande Recessão de 2007-9.

A tese sustentada por Roberts até os dias de hoje é que “A Grande Recessão” foi apenas o ponto de partida para uma nova depressão – a “Longa Depressão” –, a terceira vivenciada pelo capitalismo em 135 anos e que tem raízes, como as demais, na queda da

lucratividade, que é a base do investimento e da produção no capitalismo. A primeira razão para a continuidade do capitalismo em um período de depressão foi que, pós-2009, fim da recessão propriamente dita, a lucratividade não retomou ao nível do último pico pré-crise (2005) e muito menos ao do início do ciclo de baixa (1997). Uma segunda razão, essa mais específica do período prévio a 2007-9, foi o aumento da liquidez global – dívida, empréstimos e derivativos – e da dívida privada.

O forte endividamento – principalmente privado, das famílias e das empresas – esteve, como foi visto no primeiro e no segundo tópico, na base da crise de crédito global de 2008, cujo gatilho foi o estouro da bolha imobiliária dos EUA. Os altos níveis de endividamento no sistema (capital fictício) encobriam a baixa da lucratividade na produção. Com a deflação dos ativos, entretanto, essa realidade foi revelada. Roberts (2016) defende que, apesar da desvalorização do capital fictício pós-crise, a dívida privada – para não mencionar o endividamento público, que cresceu fortemente pós-crise – continuava muito alta, impedindo a recuperação da lucratividade, desincentivando investimentos e aumentando o risco de uma nova crise de crédito em caso de aumentos das taxas de juros.

Portanto, as duas principais razões que impedem, na visão de Roberts, até hoje, a recuperação dos níveis de produção e do investimento e travam o capitalismo em uma Longa Depressão são: baixa lucratividade e alto endividamento privado. O primeiro fenômeno depende, para sua recuperação, de uma forte desvalorização do capital constante e variável. E o segundo, os altos níveis de endividamento, que contribuíram, no período prévio à Grande Recessão, para segurar as taxas de lucro, tem agido de forma a impedir a realização dessa eliminação de capital necessária à recuperação da lucratividade. Essa tese, ainda sustentada pelo autor, foi sintetizada da seguinte maneira:

The current low-growth world is a reflection of the burden of still high debt levels on the cost of borrowing relative to potential return on capital and thus on growth. The job of a slump (to devalue assets, both tangible and fictitious) has not yet been achieved. If interest rates should start to rise, that could easily trigger a new slump as the cost of servicing corporate and government debt would rise to unsustainable levels. A slump will follow to “cleanse” the remaining “excesses” of capital that still hold back a significant rise in profitability. In the meantime, economic growth in the major economies remains well below precrisis trend rates and along with it the underlying ability of capitalist economies to deliver higher productivity. The Long Depression continues. (ROBERTS, 2016, p.130).

O capítulo de conclusão será um breve comentário crítico sobre a tese de Roberts. Também será mostrado, no fim, que Roberts continua sustentando a tese da Longa Depressão mesmo após a crise da pandemia do COVID (2020), que foi a maior queda na produção da história

do capitalismo e que deveria ter servido como a recessão que ele esperava encerrar o ciclo de baixa lucratividade. A continuidade do diagnóstico passa pelo enfoque do autor sobre os riscos do alto endividamento público e privado no capitalismo, tema que está na ordem do dia, desde 2020, devido à alta inflacionária que se estendeu na economia mundial a partir da pandemia e que foi agravada pela guerra Rússia-Ucrânia. Uma outra temática que será trazida na conclusão, essa ausente no restante do trabalho, é a das consequências políticas da teoria das crises defendida por Roberts (LQTTL).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AGONIA DA LONGA DEPRESSÃO – PERMANÊNCIA E VALIDADE DE UMA TESE**

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre a obra de Michael Roberts e sua explicação da Grande Recessão, nasceu do conhecimento prévio das suas análises e de uma concordância de fundo com o autor. Roberts faz parte do campo mais amplo do marxismo, reivindicando diretamente, para validar seus argumentos o suposto marxiano sintetizado na tese onze sobre Feuerbach, de que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diversas formas, trata-se agora de transformá-lo.” (MARX, 2007). A defesa da Lei da Queda tendencial da taxa de lucro, por exemplo, tema do primeiro capítulo dessa dissertação, tem uma natureza teórica, porque o autor a julga mais ajustada à realidade, mas, também, política, pois a crítica endereçada a outras teorias passa por estas não enfrentarem diretamente o problema da crise a partir dos fundamentos do modo de produção, mas de aspectos derivados, como a circulação e o crédito.

As consequências práticas das demais teorias é que elas, pela incapacidade de realizar uma crítica dos fundamentos do sistema, demonstrando como as formas irracionais desenvolvidas pela economia nas crises advém da essência do capitalismo – do seu aspecto imutável, da contradição entre acumulação e produção – implicam em proposições de reforma do sistema. A teoria subconsumista, por exemplo, criticada já por Marx por supor que um aumento dos salários que aumente a demanda de bens de consumo poderia solver as crises, se traduz em uma política do movimento operário que preconiza a luta economicista por condições de trabalho e melhorias salariais.

Principalmente após a crise de 1929, esse tipo de reivindicação é direcionada cada vez mais para o Estado, à medida que este se transformou um “ator” econômico de suma importância para a saída das crises e o ritmo da acumulação privada se tornou menos pujante mesmo nos países centrais, com o proletariado perdendo poder de reivindicação. As consequências dessas políticas para o movimento operário seriam: a estatização das lutas e a defesa de governos populistas.

A LQTTL, ao contrário, demonstrando como as contradições das crises são insolúveis dentro do modo de produção capitalista, é capaz de oferecer aos trabalhadores uma alternativa teórica que os guie para uma prática efetivamente anticapitalista. Roberts é ainda mais veemente, porque defende não só a natureza diagnóstica da teoria científica, mas sua natureza preditiva. Nesse âmbito, a LQTTL é mais ajustada porque capaz de “predizer” crises, a partir da forma cíclica que ela adquire concretamente.

Roberts critica, por exemplo, Kliman e Freeman (2013) por defenderem a lei, mas, em sua defesa, darem a ela um caráter indeterminado. Esses autores, em uma discussão com Heinrich (2013), na qual Roberts também tomou parte, pontuam que, apesar de a LQTTL ser correta, efetivamente ela não diz que “the rate of profit must, under all circumstances, fall in the long run. In fact, however, the law is not a prediction of what must inevitably happen, but an explanation of what does happen; it explains why the rate of profit does tend to fall in the long run” (KLIMAN et al., 2013, p.3). Essa descrição, que dá uma natureza indeterminada à LQTTL, segundo Roberts, tem, assim como a negação da lei, consequências práticas para o movimento operário. O argumento de Freeman e Kliman,

[...] besides being vacuous, is disastrous for labour’s struggle against capital. If we cannot predict the inevitability of the tendential fall in rate of profit and thus of crises, we deprive labour’s fight of its objective ground, the recurrent attempt by the system to supersede itself owing to its internal contradictions. Labour’s fight, then, rather than being the conscious manifestation of the system’s blind force of selfdestruction, becomes a purely voluntaristic act. (CARCHEDI; ROBERTS, 2013, p. 581).

Não é suficiente, portanto, um diagnóstico baseado na LQTTL. Como essa última é inevitável – porque os fundamentos que a embasam fazem parte do sistema e ciclicamente promovem crises –, é possível prever que, futuramente, novas crises de lucratividade surgirão.

Esse caráter preditivo da LQTTL deriva da natureza cíclica da lei. No entanto, além deste, ela possui, na visão de Roberts, um caráter secular, que indica uma queda da lucratividade no longo prazo. No mais tardar, isso indicaria o colapso do sistema. Um desenrolar possível desse processo foi descrito por Henryk Grossman em seu *Law of the Accumulation and Breakdown*. Neste livro, a produção motivada pelo lucro tornar-se-ia inviável devido à incapacidade de manter, com uma produção de valor cada vez menor (relativamente) um ritmo de acumulação que possibilitasse, pelo menos, a manutenção do consumo da classe capitalista. Uma vez que a produção de valor se tornasse insuficiente para elevar produção e consumo capitalista, mesmo com um aumento da taxa de mais-valia, então o modo de produção se tornaria inviável. Como já foi visto, os fatores contratendências agem antes, impedindo o colapso.

A LQTTL se baseia na elevação da composição orgânica, cujo mecanismo é descrito pela Lei Geral de Acumulação capitalista, de Marx. Roberts (2018) conjectura um cenário em que a composição técnica do capital se elevasse de tal forma que todo o trabalho humano fosse eliminado, de substituição total da força de trabalho por máquinas. Nesse caso, como seria o modo de produção capitalista? Para o autor:

This is no longer capitalism. The analogy is more with a slave economy as in ancient Rome. In ancient Rome, over hundreds of years, the formerly predominantly small-holding peasant economy was replaced by slaves in mining, farming and all sorts of other tasks [...] The class struggle did not end. The struggle was between the slave-owning aristocrats and the slaves and between the aristocrats and the atomised plebs in the cities. A fully robot economy means that the owners of the means of production (robots) would have a super-abundant economy of things and services at zero cost (robots making robots making robots). The owners can then just consume. They don't need to make 'profit', just as the aristocrat slave owners in Rome just consumed and did not run businesses to sell commodities to make a profit." (ROBERTS, 2018, p.166-167)

Esse seria o contexto de uma automação levada à cabo de maneira anárquica pelo capitalismo, que, ao fim, se converteria em uma outra coisa. Mas a realidade desse processo, no que ele realmente resultaria, não tem caráter inevitável. Há mais de uma possibilidade: esse cenário, de uma forma neo-escravista de sociedade, com uma extrema desigualdade de renda e riqueza, mas, também, um outro, em que os resultados de um incremento de produtividade e diminuição do tempo de trabalho beneficiassem a todos. As alternativas são políticas, dependendo da correlação de forças entre capital e trabalho na luta de classes.

O tema das consequências políticas das diferentes teorias explicativas sempre foi parte da tradição marxista. É possível dizer, no entanto, que esse debate, que deságua no da estratégia política, tornou-se, no decorrer do século XX, praticamente escasso. A busca por recuperá-lo por parte de autores marxistas, de maneira embasada, buscando relacionar teoria e prática, apesar de não suprir vácuos organizativos, é de suma importância. Sam Williams (2019), por exemplo, abriu uma polêmica, ao mesmo tempo com Roberts, Harvey e Heinrich, como defensores de teorias diferentes das crises, propondo uma outra que julgava a mais ajustada ao raciocínio de Marx e dos marxistas clássicos do século XX e à realidade, qual seja, a das crises de superprodução.

O autor é crítico da LQTTL e de Roberts porque considera que a sua abordagem da crise, apesar de defender o socialismo, desencoraja lutas econômicas e sindicais. No caso de a economia funcionar tal como descrito pela LQTTL, então, um cientista social/socialista bem informado deveria "explicar aos trabalhadores que a luta sindical é muito limitada e que enquanto o capitalismo existir, será a própria luta dos trabalhadores que levará à crise" (WILLIAMS, 2019), porque é essa, segundo o autor, a consequência prática dessa teoria. No caso de a economia funcionar tal como postulado pela teoria subconsumista, o oposto seria

verdadeiro, ou seja, que, com a luta sindical ou políticas de incremento dos salários é possível resolver o problema das crises, que são causadas por problemas de demanda.

A LQTTL propõe que a taxa de lucro, motor da economia capitalista, pode ser decomposta em composição orgânica do capital e taxa de mais-valia, com essa primeira representando a tendência e a segunda a contratendência. É possível concluir que, se o aumento da taxa de mais-valia torna maior a taxa de lucro, a elevação dos salários em relação à mais-valia produzida diminuiria a taxa de lucro. Segundo Williams, ao indicarem que a recuperação econômica depende da redução dos salários e uma recuperação atrasa a retomada, autores como Roberts desencorajam a luta sindical, pois os resultados positivos desta aparecem como prejudiciais à economia em geral (WILLIAMS, 2019).

Para Williams, os autores da “escola” da LQTTL têm uma interpretação errônea tanto do texto marxiano no qual se baseiam quanto da realidade. A base teórica desses autores é uma descrição de Marx sobre uma situação de superprodução absoluta de capital – quando o capital acumulado não consegue auferir mais lucro do que antes do incremento, devido à baixa da taxa de lucro. No capitalismo, a superprodução significa que o capital não consegue “explorar o trabalho num grau de exploração condicionado pelo desenvolvimento “saudável”, “normal”, do processo de produção capitalista, num grau de exploração que aumenta pelo menos a massa de lucro ao aumentar a massa do capital empregado.” (MARX, 2017, p. 295). Essa situação, segundo Williams, pressupõe a impossibilidade de incrementar a mais-valia e a taxa de mais-valia, o que ocorreria em caso de uma redução absoluta do exército industrial de reserva. Mas os ciclos do capitalismo, pelo menos desde a Segunda Guerra, não têm sido marcados por ausência de força de trabalho disponível. Apenas para alguns ramos é possível falar de escassez, não para a economia em geral, pois o capitalismo tende a criar sistematicamente uma força de trabalho sobrando.

No lugar da teoria das crises ligada à LQTTL ou ao subconsumo, Williams propõe que a causas das crises do capitalismo é a superprodução de mercadoria em relação à mercadoria-dinheiro. Dentro do ciclo de reprodução capitalista, sintetizado na fórmula  $D-M...P...M'-D'$ , a crises ocorreriam nessa última transição e “têm o efeito de desacelerar o desenvolvimento da reprodução capitalista ampliada. No longo prazo, isso mantém o desenvolvimento da produção dentro dos limites do mercado – isto é, das relações capitalistas de produção.” (WILLIAMS, 2019).

A teoria de Williams é que as duas funções de dinheiro, como meio de circulação e representante do valor, entram em conflito no decorrer do ciclo econômico. Durante a prosperidade da produção, a demanda por dinheiro é muito alta e os preços crescem, o que pode

fazer a produção do material monetário cair por se tornar pouco ou nada lucrativa. Nesses momentos, o valor de troca produzido (como preço) na forma de mercadorias em geral tende a aumentar em relação à quantidade de valor de troca na forma da mercadoria-dinheiro, originando a situação que ele identifica como superprodução de mercadorias em geral em relação à mercadoria-dinheiro, que mede o valor de troca das outras mercadorias em seu valor de uso. A desaceleração da produção de dinheiro em relação à de mercadorias em geral é compensada pelo capitalismo de várias formas: aumento da rotação do dinheiro, diminuição da quantidade necessária de dinheiro físico circulante pela liquidação de dívidas e aumento de crédito.

A consideração do crédito e das crises creditícias por Williams enriquece a sua teoria das crises de superprodução. A produção acelerada de mercadorias é possibilitada e, ao mesmo tempo, propulsiona a criação de dinheiro de crédito pelos bancos. Como esse dinheiro, no entanto, não está ancorado em qualquer base real, uma vez que as instituições criadoras sejam “cobradas” pelos depositantes, o jogo acaba. Nesse momento,

[...] “o dinheiro em espécie reina’ novamente e todo o “sistema artificial de liquidação de pagamentos,” a que Marx se refere no Volume III d’O Capital, construído sobre a base do crédito, desmorona. A crise de superprodução generalizada surge e emerge à superfície na forma de armazéns cheios de mercadorias invendáveis, fábricas fechadas, trabalhadores ociosos porque “demais” foi produzindo, além da desaceleração do comércio internacional” (WILLIAMS, 2019).

Essa teoria, diferente de outras explicações marxistas, supõe a produção mercantil exige que o dinheiro seja mercadoria, não só papel-moeda corrente. O dinheiro fiduciário só é possível como “representante da circulação de dinheiro real” (WILLIAMS, 2019). Por isso os bancos centrais podem criar papel moeda para sustentar a demanda e evitar crises de superprodução, mas não é possível eliminar as crises de superprodução porque elas decorrem de um limite último que é o da oferta de material-dinheiro “real” (ouro).

Quando a produção de papel-moeda em moedas nacionais cresce mais rápido que a produção de metais preciosos (ouro), elas sofrem uma depreciação ante essa mercadoria-dinheiro. Caso o processo prossiga, “a inflação consome o próprio poder de compra que a autoridade monetária está tentando criar “do nada” ao invés de a partir de ouro sólido produzido por trabalho humano.” (WILLIAMS, 2019). A incompreensão desse fato, segundo Williams, têm feito os marxistas serem incapazes de compreender as crises contemporâneas.

O intuito de expor essa teoria, aqui, é destacar a proposição de uma teoria das crises radical, que busca dar conta de aspectos contemporâneos do capitalismo, por parte de um ator que criticou diretamente a “escola da LQTTL” – Roberts, mais especificamente – e do subconsumo. Em meus estudos, essa teoria, assim como a que busca unificar sistema de crédito e produção como última forma da teoria das crises de Marx (CIPOLLA, 2018), se apresentaram como alternativas importantes que, se não me fizeram discordar da explicação de Roberts, me desviaram da concordância prévia com a LQTTL.

De retorno ao tema das consequências políticas das diferentes teorias, uma primeira questão a ser levantada é que, mesmo considerando a discussão levantada por Williams instigante e provocadora, não há como tomar seu partido na crítica à LQTTL como desincentivadora das lutas economicistas e sindicais. A meu ver, a proposta de Marx e Engels já era demonstrar seus limites. Não é contrário à aceção desses autores, portanto, buscar uma teoria que demonstre que as lutas econômicas esbarram com a luta socialista e que os interesses gerais da sociedade podem conflitar com interesses de partes da classe trabalhadora.

Um outro aspecto da discussão, no qual concordo com Williams e discordo da obra de Roberts, é que a LQTTL não é, de fato, a única explicação capaz de sustentar a necessidade do socialismo. Uma justificativa frequente da LQTTL como teoria das crises marxistas por Roberts é que ela é capaz de demonstrar a partir do desenvolvimento interno das contradições do modo de produção, a necessidade do socialismo e da revolução social. Do ponto de vista marxista, apenas uma teoria (LQTTL) capaz de explicar a partir dos fundamentos do modo de produção a necessidade das crises seria revolucionária. A exposição da teoria de Williams, assim como as outras teorias citadas no capítulo um, mostram, no entanto, que, historicamente, proposições políticas revolucionárias conviveram com outras alternativas teóricas. A escola da LQTTL é posterior aos anos 30. Socialistas clássicos como Lenin e Rosa Luxemburgo tinham outras teorias das crises, o que não só fez perder o objetivo estratégico revolucionário.

A advertência acima não retira a importância de estudos que buscam aliar, a partir dos estudos da obra de Marx, bem como da realidade, ação revolucionária e o desenvolvimento da acumulação de capital (CALIGARIS, 2017). O cumprimento dessa tarefa, no entanto, exige superar o teorismo da “leitura metodológica” de O Capital e as perspectivas que abandonam a crítica da Economia Política em busca de um mergulho no factual e no fenomênico. O que a proposta do socialismo científico trouxe de crítico e novo foi a justificativa do socialismo a partir do desenvolvimento do real, e não dos desejos dos proponentes. Por isso, essa forma específica como Roberts justifica politicamente a LQTTL – como a “única forma de demonstrar

o caráter irracional do sistema pela explicação da regularidade das crises” – não é suficiente para validá-la teoricamente. Uma “boa intenção política” para sustentar argumentos.

Na esteira das considerações críticas sobre a obra de Roberts, cabe, por fim, examinar e tecer considerações sobre as suas proposições teóricas mais concretas, a explicação da Grande Recessão e da Grande Depressão. O exame a seguir visa apenas mostrar como o autor sustenta sua tese da Grande Depressão nos dias de hoje e apresentar algumas críticas (KINCAID, 2016) feitas à teoria do autor sobre a Grande Recessão e as crises em geral pela LQTTL.

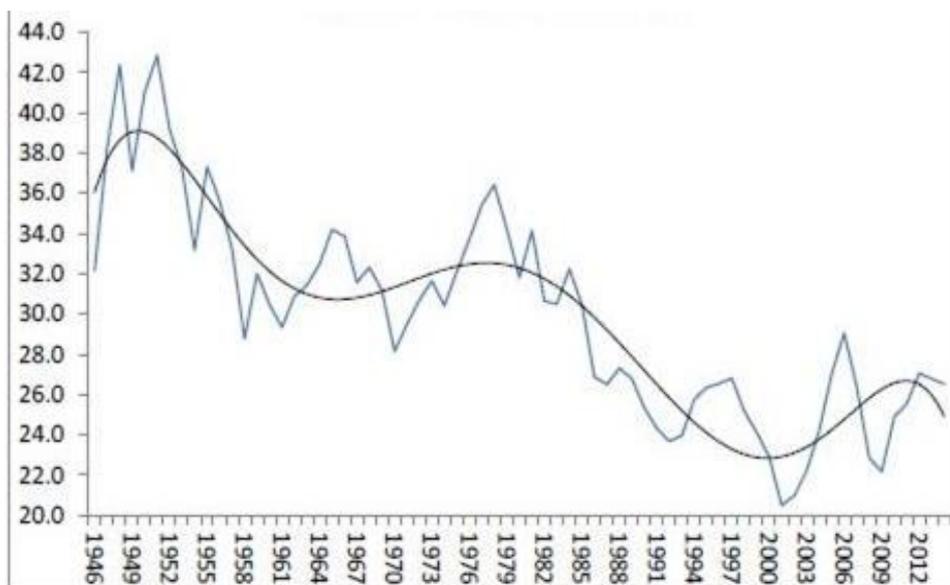
John Kincaid (2016) é um marxista atento, leitor e admirador do próprio Roberts. Após a publicação de *The Long Depression* (2016) e motivado por algumas das suas análises, o autor examinou, a partir do cálculo da taxa de lucro dos EUA – utilizando a mesma metodologia de Roberts e Kliman –, se a tese de Roberts de que “a declining rate of profit which is the underlying cause of the sequence of crisis which has afflicted the major industrial economies since the late 1990s.” (KINCAID, 2016) é correta. A conclusão foi que ele não acreditava que “Michael’s data about US profit rates actually support some e of the conclusions he draws about trends over the past 20 years.” (KINCAID, 2016). Como essa análise é centrada diretamente na tese de Roberts, expondo-a honestamente (apesar da discordância), ela servirá como o ensejo para o exame crítico.

Kincaid analisa a tese de Roberts a partir das informações do gráfico (Figura 31) elaborado por Roberts (2015) sobre a evolução da taxa de lucro corporativa dos EUA entre 1946 e 2014. Das proposições feitas por Roberts a partir dos dados, o autor concorda que houve uma tendência de queda da taxa de lucro ao longo do período, mas ressalta que é importante focar em padrões cíclicos, não na tendência unilinear, que não existe de maneira unívoca. Já à segunda proposição de Roberts (2015), Kincaid responde negativamente. Não é possível concluir a partir dos dados que “Profitability peaked in the late 1990s after the neoliberal recovery. Since then the US rate of profit has been static or falling” (ROBERTS, 2015).

Com os cálculos refeitos a partir da metodologia de Roberts (Figura 32), Kincaid conclui que, na verdade, a taxa de lucro em 2005-6 era maior do que em 1997-8 e que isso torna improvável que a queda da taxa de lucro tenha sido a causa da Grande Recessão, porque não houve grande oscilação da lucratividade no período. A taxa de lucro, segundo Kincaid, caiu apenas em 2008, mas foi resultado, não causa crise. Não é possível, além disso concluir, com Roberts (2015), que “since about 2010-12, profitability has started to fall again”. Para Kincaid (2016), “profitability did not ‘start to fall after 2010-12’. After rising sharply from the 2010 low point, profit rates stayed level in 2013, rose fractionally in 2014, and only in 2015 was there the beginnings of a fall.”. A taxa de lucro das figuras 32 e 33 é a taxa de lucro corporativa das

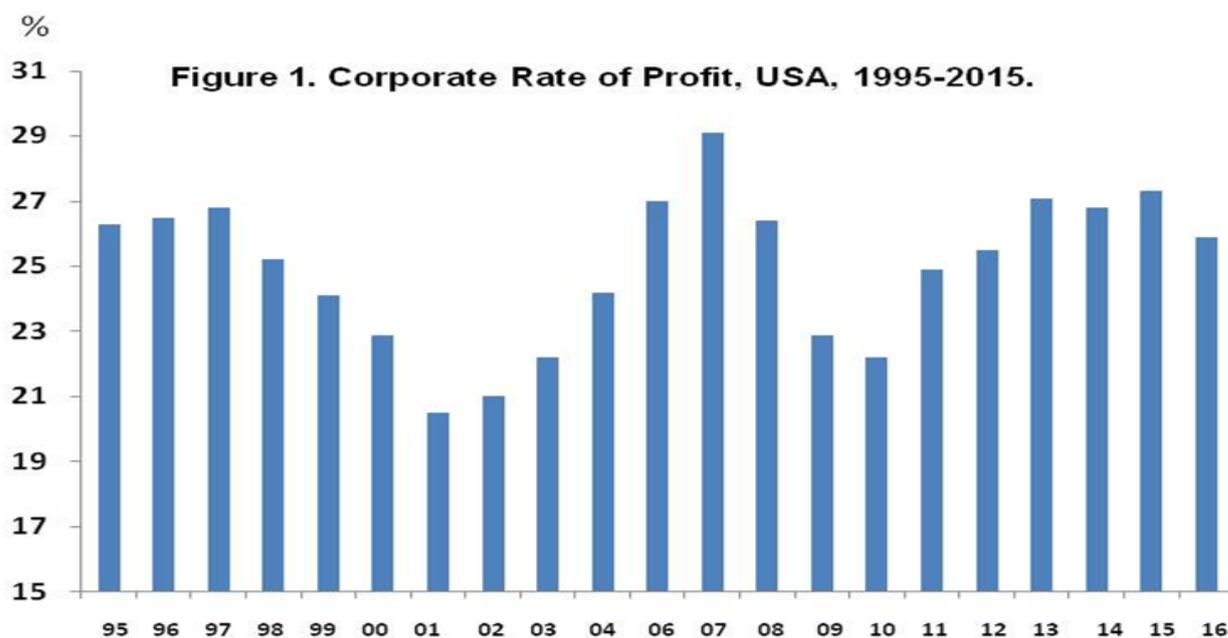
empresas, que Roberts utilizou em texto de 2015. A medição da taxa de lucro em geral, explicada no capítulo 2, defendida por Roberts em *The Long Depression*, segundo Kincaid, não modifica as conclusões críticas

Figura 31 – evolução da taxa de lucro corporativa dos EUA (1946-2014).



Fonte: ROBERTS (2015).

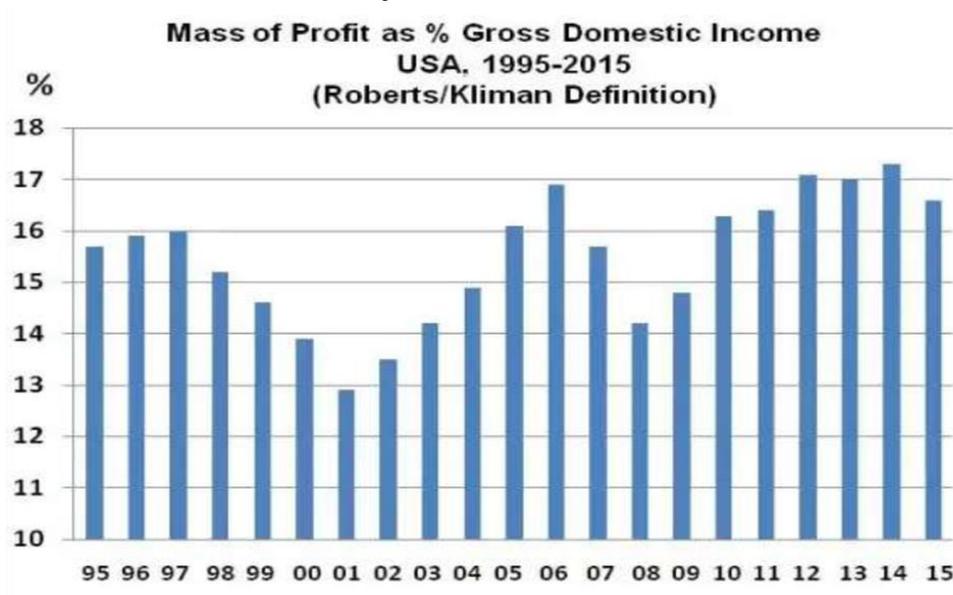
Figura 32 – Evolução da taxa de lucro corporativa dos EUA (1995-2015) de acordo com as definições de Roberts/Kliman – Kincaid.



Fonte: KINCAID (2016).

À outra proposição de Roberts (2015), que “the fall in the rate of profit in the US economy has now given way to a fall in the mass of profits”, Kincaid também responde de modo negativo. Essa sequência, da queda da lucratividade conduzindo à queda da massa de lucros, não ocorria no período examinado (Figura 33). Também não era possível afirmar como Roberts que qualquer recuperação da massa de lucros fosse apenas temporária. O que ocorreu foi o contrário do que Roberts (2015) concluiu. A massa de lucro recuperou-se antes da taxa de lucro em 2009. Nesse ano, enquanto a taxa caiu novamente, a massa cresceu, e a recuperação, diferente de temporária, foi sustentável até 2015.

Figura 33 – massa de lucro como % da renda doméstica para os EUA (1995-2015) de acordo com as definições de Roberts/Kliman – Kincaid.



Fonte: KINCAID (2016).

Outro questionamento de Kincaid é que o aumento da composição orgânica seja o mecanismo primordial nas variações cíclicas da taxa de lucro. Segundo o autor, "Marx himself saw the organic composition of capital as changing over longer periods of time, not as the cause of short-run movements in the business cycle." (KINCAID, 2016). Um outro aspecto que seria mais importante para o movimento das taxas de lucros e que, pelo uso das estatísticas oficiais da economia doméstica, está ausente das medidas de Roberts e Kliman, é a consideração da renda gerada pelas empresas dos EUA no exterior e o capital enviado para paraísos fiscais. Por essa exclusão, não é possível afirmar que "profit rates have in fact been 20 per cent lower than in the 1960s." (KINCAID, 2016).

Kincaid contesta, ainda, como logicamente questionável, a proposição de Roberts de que a recorrência das crises torna necessária uma causa única para explicá-las. O fato de a taxa de lucro se mover ciclicamente mostra que, mais importante do que explicar o movimento a partir de uma tendência unilinear e buscar uma causalidade única, é necessário olhar o movimento dialeticamente, porque “capitalism is a complex adaptive system. The contradictions as they evolve (‘find room to move’ in Marx’s phrase) change the immediate configurations of the system. The tendency of profit rates to fall is not in itself a contradiction.” (KINCAID, 2016).

A crítica de Kincaid a Roberts demonstra outra frente de crítica, empírica. O uso dos dados a fim de estudar concretamente a economia é uma importante contribuição de Roberts ao estudo econômico e à teoria marxista, na medida em que ajuda a concretizar categorias teóricas de Marx. A ausência de um trabalho sério e crítico sobre esses dados, como o de Kincaid, para reconsiderar essas medidas, entretanto, pode ser um empecilho para o avanço, deixando o autor livre para reafirmar teses não contestadas por outros especialistas.

O argumento de um outro pesquisador com conhecimento do tema oferece mais confiança para desenvolver dúvidas, como, por exemplo, que muitos dos gráficos apresentados por Roberts não oferecem evidências conclusivas de suas teses. O autor, por exemplo, no gráfico da Figura 17 citada no capítulo 3, constrói interessantes medidas das taxas de lucro mundial, mas, nas conclusões, se além às afinidades, não explorando, por exemplo, o fato de a queda da taxa de lucro pré-crise que ele menciona para a economia mundial ter início em pontos diferentes nas diferentes medidas (notadamente na de Maito, na qual a taxa de lucro só diminui após a crise), o que contrastaria com seu diagnóstico de que a queda da taxa de lucro foi uma das causas da crise.

Uma outra dissonância entre gráficos e avaliações diz respeito à da redução da lucratividade pós-1997 como causa da Grande Recessão, uma das principais teses do autor. Nesse caso, falta uma medida relativa que possibilite determinar quando um ciclo de baixa da lucratividade se inicia e, principalmente, qual a medida que transforma a possibilidade de crise em uma recessão concreta. É provável que, pela quantidade de fatores operantes na concretude da economia, isso nem mesmo seja possível, o que torna a busca de Roberts por “ciclos” com duração determinada, a fim de obter previsões, forçosa. É possível, sim, estabelecer tendências e, com elas, traçar panoramas – o que Roberts muito bem o fez em *The Great Recession (2009)*, “prevendo” a ocorrência e a gravidade da crise. Entretanto, a tentativa de, em todos os anos, prever recessões com base em uma análise dos dados passados pode levar ao desgaste e ao descrédito da teoria.

Essa exposição, é importante ressaltar, não tem como pretensão aceitar definitivamente ou refutar as teses de Roberts. Um empreendimento dessa espécie está fora do escopo dessa dissertação e apenas seria possível com o aprofundamento da pesquisa e dos estudos sobre o tema da lucratividade e das crises. Considero de suma importância o trabalho empírico e teórico de Roberts e ressalto, por fim, como uma das grandes qualidades, o empenho do autor em sustentar suas proposições por longos períodos, enriquecendo-as com novos dados e descobertas.

Desde o seu primeiro livro, Roberts defende que o capitalismo se encaminhava para uma depressão. No segundo (2016), buscou embasá-la de modo mais firme, mantendo como fatores causantes os mesmos que havia indicado anteriormente, o acúmulo de capital no sistema e a grande quantidade de dívida acumulada (capital fictício). Essa tese é sustentada por meio de um embasamento empírico e teórico. O autor a mantém até os dias hoje.

Com base na análise dos ciclos, Roberts (2009) apontava, como já mencionado que outra recessão (entre 2015-16) seria necessária para limpar o capital excedente, possibilitando uma recuperação da lucratividade. Em *The Long Depression* (2016), a visão do autor era que a atuação dos governos e dos “mercados” continuava, apesar do período de baixo crescimento e da crise de crédito em 2007, que resultou na redução na dívida corporativa, aumentando a liquidez mundial e que o capitalismo ainda necessitava de uma nova baixa para que a recuperação fosse possível.

Veio, então, em 2020, a maior queda da produção mundial já vivenciada pelo capitalismo, com a pandemia do COVID. Essa poderia ter servido como a recessão saneadora, mas não foi o caso. A pandemia foi enfrentada com ainda maior endividamento público pela via de subsídios, programas de estímulo ao consumo e injeções de crédito pelos bancos centrais. Em 2022, pelo aumento inflacionário, que Roberts atribui aos bloqueios das cadeias globais de valor na COVID, à baixa produtividade de longo prazo das economias avançadas e à guerra Rússia-Ucrânia, houve uma conversão da política de “quantitative easing” (QE) em “tightening easing” (ROBERTS, 2023). Com os dois riscos sistêmicos presentes na economia desde 1997 e mais especificamente da Grande Recessão – a baixa lucratividade e o alto endividamento –, a possibilidade de uma nova recessão depois da COVID continua vigente e foi o grande tema econômico nos anos de 2022 e 2023.

O escopo temporal e analítico desse trabalho não permite prosseguir as análises para o trabalho atual de Roberts, limitando-se a indicar que o autor mantém a sua tese (2022), pois considera que as contradições que fizeram iniciar a Grande Depressão continuavam vigentes e carregadas com outras, como o risco sanitário, as contradições geopolíticas e a catástrofe climática. Apesar das limitações, esperamos que a leitura possa trazer contribuições para a análise de Economia Política no Brasil e para o conhecimento da obra de um autor, que, por meio do seu

trabalho, tem ajudado a esclarecer muitas das contradições vividas pela sociedade capitalista atual. Embora tenha limites, consideramos que o trabalho de Roberts é essencial e deve ser conhecido por todos os interessados na temática.

## REFERÊNCIAS

ANDREWS, Edmund L. Greenspan is concerned about froth in housing. **The New York Times**, Washington, 21 Maio. 2005. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2005/05/21/business/greenspan-is-concerned-about-froth-in-housing.html#:~:text=Greenspan%20told%20the%20Economic%20Club,-%20particularly%20in%20second%20homes>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BALLS, Andrew. FED chife upbeat on economy. **Financial Times**, Washington, 16 fev. 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1db0b9bc-9ef5-11da-ba48-0000779e2340>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Basu, Deepankar et al. World Profit Rates, 1960–2019. **Review of Political Economy, Londres**, p. 1–16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/09538259.2022.2140007>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/figure/10.1080/09538259.2022.2140007?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 17 nov.2023.

BERNANKE, BEN S. Speech by Chairman Bernanke on monetary policy and the global economy. **Board of Governors of the Federal Reserve System**. Disponível em:

<https://www.federalreserve.gov/newsevents/speech/bernanke20130325a.htm>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CALIGARIS, G. Revisitando el debate marxista sobre “el derrumbe” del capitalismo. Una crítica metodológica. **Izquierdas**, v. 39, p. 182–208, 2018.

CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. The rate of profit and circulating capital. [S.l.]: **Marx 2010**, 2012. Disponível em:

[http://marx2010.weebly.com/uploads/5/4/4/8/5448228/second\\_submission.docx](http://marx2010.weebly.com/uploads/5/4/4/8/5448228/second_submission.docx). Acesso em: 30 nov. 2023.

CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. The Long Roots of the Present Crisis: Keynesians, Austerians, and Marx’s Law. **World Review of Political Economy**, vol. 4, n. 1, p. 86–115, 2013.

CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. **World in Crisis: A Global Analysis of Marx's Law of Profitability**. 1 ed. Chicago: Haymarket Books, 2018.

CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. **Capitalism in the 21st Century**. Londres: Pluto Press, 2022. E-book (378 p.).

CLEMENTE, Leonel Toshio; FILHO, Eduardo Augusto de Lima Maldonado. Custos correntes versus custos históricos no cálculo da taxa de lucro: uma proposta para solução empírica. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 37, n. esp., p. 137-153, jan. 2022.

CIPOLLA, F. PAULO. Genealogia das teorias marxistas de crise. **Nova Economia**, v.28, n.1, p.71-101, 2018.

DALY, Kevin et al. The Savings Glut, the Return on Capital and the Rise in Risk Aversion. **Global Economics Paper**, n. 185, p. 1-18, mai. 2009. Acesso em: 1 dez. 2023.

DUMENIL, G. e LEVY, D. THE CRISIS OF THE EARLY 21st CENTURY: GENERAL INTERPRETATION, RECENT DEVELOPMENTS, AND PERSPECTIVES. **World Review of Political Economy**. Vol. 2, n.4, p.562-580, 2011.

FINE, B. e SAAD-FILHO, A. **Marx's Capital**. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2004.

FOLHA ONLINE. Governo dos EUA abre ajuda bilionária para salvar gigantes do setor imobiliário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 Setembro. 2008. Mercado. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2008/09/442316-governo-dos-eua-abre-ajuda-bilionaria-para-salvar-gigantes-do-setor-imobiliario.shtml>. Último acesso em: 19 jul. 2023.

FOLEY, D. K. The Value of Money, the Value of Labour Power, and the Marxian Transformation Problem. **Review of Radical Political Economics**. Vol. 14, n.2, p. 37-47, 1982.

G1. Senado dos EUA aprova pacote de ajuda a bancos em dificuldades. **G1**, São Paulo, 2 out. 2008. Economia e Negócios. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL781195-9356,00-SENADO+DOS+EUA+APROVA+PACOTE+DE+AJUDA+A+BANCOS+EM+DIFICULD ADES.html](https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL781195-9356,00-SENADO+DOS+EUA+APROVA+PACOTE+DE+AJUDA+A+BANCOS+EM+DIFICULD ADES.html). Último acesso em: 19 jul. 2023.

HARVEY, D. Teoria da Crise e a queda da taxa de lucro. **Geografares**, v.1, n. 28, p. 15–35, 2019.

GROSSMAN, H.; KENNEDY, T. **The law of accumulation and breakdown of the capitalist system**: Being also a theory of crises. Londres: Pluto Press, 1992.

HEINRICH, MICHAEL. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx's Studies in the 1870s. **Monthly Review**, v.64, n. 11, 2013.

HERSZENHORN, David M. Bailout Plan Wins Approval; Democrats Vow Tighter Rules. **The New York Times**, Nova York, 4 out., 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/10/04/business/economy/04bailout.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INMAN, Phillip. Wall Street crisis: Bank of America buys Merrill Lynch. **The Guardian**, Londres, 15 set. 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2008/sep/15/merrillynch.wallstreet>. Acesso em: 19 jul. 2023.

KINCAID, Jim. What Caused the 2007 Crisis in the US?. **Readings of Capital**. [S.l.], 29 jan. 2017. Disponível em: <https://readingsofcapital.com/2017/01/29/what-caused-the-2007-crisis-in-the-us/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

KLIMAN, A. et al. The Unmaking of Marx's Capital: Heinrich's Attempt to Eliminate Marx's Crisis Theory. **SSRN Electronic Journal**, 2013. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=2294134>. Acesso em: 13 dez. 2023.

KLIMAN, Andrew. **The Failure of Capitalist Production Underlying Causes of the Great Recession**. Londres: Pluto Press, 2011.

KONDRATIEFF, N. D.; STOLPER, W. F. **The Long Waves in Economic Life**. The Review of Economics and Statistics, v. 17, n. 6, p. 105, nov. 1935.

Kotz, D. M. The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. **Review of Radical Political Economics**, v. 4, n.3, 305-317, 2009.

LI, M.; XIAO, F.; ZHU, A. LONG WAVES, INSTITUTIONAL CHANGES, AND HISTORICAL TRENDS: A STUDY OF THE LONG-TERM MOVEMENT OF THE PROFIT RATE IN THE CAPITALIST WORLD-ECONOMY. **Journal of World-Systems Research**, v.13, n.1, p. 33–54, 2007.

LUXEMBURG, ROSA. **A acumulação do capital**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MAITO, E. The Historical Transience of Capital: The Downward Trend in the Rate of Profit since the 19th Century. MPRA, p. 1-22, 2014. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/pra/mprapa/55894.html>>. Acesso em: 3 out. 2024.

MAKSAKOVSKY, P. **The Capitalist Cycle: An Essay on the Marxist Theory of the Cycle**. 1 ed. Londres: Haymarket Books, 2009.

MANDEL, E. **Long Waves of Capitalist Development**. 2 ed. Londres: Verso, 1995.

MARX, K. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy**. 1 ed. Londres: Penguin Publishing Group, 1973.

MARX, K. **Capital: A Critique of Political Economy, Volume 1**. 1 ed. Harmondsworth: Penguin, 1976.

MARX, K.; ENGELS, F. **Karl Marx, Frederick Engels: Collected Works**. 1 ed. Londres: Lawrence & Wishart, 1989.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: Marx, K.; Engels, F. **A ideologia alemã**. Prefácio Emir Sader. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 1.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. v. 1.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 2.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 3.

MINSKY, Himan. **The Financial Instability Hypothesis**. Levy Economics Institute Working Paper, v. 74, 1992. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=161024>. Acesso em: 3 out. 2024.

MOHUN, S. The Present Crisis in Historical Perspective. In: Historical Materialism conference, 2010, [s.l.]. Disponível em: <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/01/simonmohun-trends.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

MOHUN, S. Rate of profit and crisis in the US economy: a class perspective. In: **Social Fairness and Economics**. 1 ed. Abingdon: Routledge, 2012, p.188–215.

MOSELEY, F. Marx, Engels, and the Text of Book 3 of Capital. **International Journal of Political Economy**, v. 32, n. 1, p. 3–13, 2004.

PANITCH, G; GINDIN, S. **The Making of Global Capitalism: The Political Economy of the American Empire**. 1. ed. Londres: Verso, 2013.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the 21st Century**. 1. ed. Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

RAMIREZ, Carlos D. The \$700 Billion Bailout: A Public-Choice Interpretation. **Review of Law & Economics**. [S.l.], v. 7, n.1, p. 291-318, nov. 2011.

ROBERTS, Michael. **The Great Recession**. 1 ed. Londres: Lulu Press, 2009.

ROBERTS, Michael. **Measuring the Rate of Profit, Profit Cycles and the Next Recession**, In: Conferência Anual da AHE, 2011a, [s.l.].

ROBERTS, Michael. Andrew Kliman and The Failure of Capitalist Production. **Michael Roberts Blog**. Londres, 8 dez. 2011b. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2011/12/08/andrew-kliman-and-the-failure-of-capitalist-production/>. Acesso em: 21 nov. 2023

ROBERTS, Michael. A “class” rate of profit. **Michael Roberts Blog**. Londres, 23 jan. 2012a. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2012/01/23/a-class-rate-of-profit/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROBERTS, Michael. Trying to understand the difference. **Michael Roberts Blog**. Londres, 21 fev. 2012b. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2012/02/21/trying-to-understand-the-difference/>. Acesso em: 1. dez. 2023.

ROBERTS, Michael. A world rate of profit: Globalisation. In: **Michael Roberts Blog**. Londres, jul. 2012c. Disponível em: [https://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/07/roberts\\_michael-a\\_world\\_rate\\_of\\_profit.pdf](https://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/07/roberts_michael-a_world_rate_of_profit.pdf). Acesso em: 1. dez. 2023.

ROBERTS, Michael. US rate of profit – up slightly in 2012, flat in 2013, down in 2014?. In: **Michael Roberts Blog**. Londres, jul. 2013. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2013/12/16/us-rate-of-profit-up-slightly-in-2012-flat-in-2013-down-in-2014/>. Acesso em: 1. dez. 2023.

ROBERTS, Michael. A world rate of profit revisited with Maito and Piketty. **Michael Roberts Blog**. Londres, 23 abril. 2014. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2014/04/23/a-world-rate-of-profit-revisited-with-maito-and-piketty/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ROBERTS, M. Tendencies, triggers and tulips. *In*: IIRE Economy Seminar, 2014, Amsterdam. Londres: Michael Roberts Blog, 2014.

ROBERTS, M. Revisiting a world rate of profit. *In*: CONFERENCE OF THE ASSOCIATION OF HETERODOX ECONOMISTS, jul. 2015, Southampton. Disponível em: <https://www.hetecon.net/ahe-conferences/conference-papers/2015-conference/>.

ROBERTS, M. A world rate of profit: a new approach. In: **Michael Roberts Blog**. Londres, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ROBERTS, M. **The Long Depression: Marxism and the Global Crisis of Capitalism**. 1 ed. Chicago: Haymarket Books, 2016.

ROBERTS, M. **Marx 200: a review of Marx's economics 200 years after his birth**. London: Lulu.com, 2018. E-book (207 p.).

ROBERTS, M. Monocausalidade e teoria da crise: uma resposta a David Harvey. **Geografares**, v.1, n. 28, p. 36–54, 2019a.

ROBERTS, Michael. US rate of profit measures for 2018. **Michael Roberts Blog**. Londres, 4 nov. 2019b. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2019/11/04/us-rate-of-profit-measures-for-2018/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROBERTS, M. Ricardo and/or Marx?: A review of classical political economics and modern capitalism: theories of value, competition and trade by Lefteris Tsoulfidis and Persefoni Tsaliki. **Marxism** 21, v. 17, n.1, p. 220- 238, 2020.

ROBERTS, Michael. The US rate of profit before the COVID. **Michael Roberts Blog**. Londres, 13 set. 2020. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/09/13/the-us-rate-of-profit-before-the-covid/>. Acesso em: 1 dez.2023.

ROBERTS, M. Luxemburg 150. **Michael Roberts Blog**. Londres, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/03/06/luxemburg-150/>. Acesso em: 11 maio. 2023.

ROBERTS, M. The rate and the mass of profit. **Michael Roberts Blog**. The Next Recession. Londres, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/08/25/the-rate-and-the-mass-of-profit/>. Acesso em: 21 maio. 2023.

ROBERTS, M. 2023: virá outra grande recessão. **IHU Unisinos**, São Leopoldo, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625676-2023-vira-outra-grande-recessao-artigo-de-michael-roberts>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ROBERTS, M. The three contradictions of the Long Depression. **Michael Roberts Blog**. Londres, 13 março. 2022. Disponível em:

<https://thenextrecession.wordpress.com/2022/03/13/the-three-contradictions-of-the-long-depression/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SHAIKH, A. The falling rate of profit as the cause of long waves: Theory and empirical evidence. In: KLEINKNECHT, A.; MANDEL, E.; WALLERSTEIN, I. (Eds.). **New findings in long-wave research**. London: Palgrave Macmillan UK, p. 174-202, 1992.

SHAIKH, A. **The First Great Depression of the 21st Century**. *Socialist Register*, v.47, p. 44-63, 2011. Disponível em:

<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/14330#:~:text=The%20general%20economic%20crisis%20that,that%20was%20not%20its%20cause>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SINGER, P. **Para entender o mundo financeiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TEDESCO, L. P. N. **A crise do subprime, suas origens e interpretações contextualizadas a partir de uma análise do caso da falência da New Century**. Orientador: Stefan Alexander. 2019. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Curso de Economia, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Emergency Economic Stabilization Act of 2008. In:

**Wikipedia, The Free Encyclopedia**, [s.l], 3 dez. 2023. Disponível em:

[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Emergency\\_Economic\\_Stabilization\\_Act\\_of\\_2008&oldid=1186861042](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Emergency_Economic_Stabilization_Act_of_2008&oldid=1186861042). Acesso em: 3 dez. 2023.

WILLIAMS, Sam. David Harvey, Michael Roberts, Michael Heinrich e o Debate da Teoria das Crises. **LavraPalavra**, São Paulo, 1 abr. 2019. Disponível em:

<https://lavrpalavra.com/2019/04/01/david-harvey-michael-roberts-michael-heinrich-e-o-debate-da-teoria-das-crises/>. Acesso em: 13 dez. 2023